

REVISTA CIENTÍFICA SOPHIA - FACULDADE AVANTIS



# Sophia

REVISTA CIENTÍFICA

Ano IV - n.1 - dez 2012  
[www.avantis.edu.br](http://www.avantis.edu.br) - Balneário Camboriú - SC

**Avantis**  
A Faculdade!



## REVISTA CIENTÍFICA SOPHIA

ISSN: 2176-2511

Ano: IV

Número: 01

Dezembro/2012

Balneário Camboriú – SC

### SOCIEDADE CIVIL AVANTIS DE ENSINO SUPERIOR

Presidente: Artenir Werner

Vice-presidente: André Werner

Diretora Geral: Isabel Regina Depiné Poffo

#### Comissão Científica

Prof.<sup>o</sup> Dr. André Viana Custódio (UNISC)

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Joseane de Souza (USP)

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maiana Farias Oliveira Nunes (UFRS)

Prof.<sup>o</sup> Msc. Werner José Bertoldi (UFSC)

#### Endereço para correspondência:

Revista Faculdade AVANTIS – Comitê Editorial

Av. Marginal Leste, Nº 3600, Km 132 –

Bairro dos Estados

Balneário Camboriú – SC – CEP: 88339-125

Fone: (47) 3363-0631

E-mail: [revistacientificasophia@avantis.edu.br](mailto:revistacientificasophia@avantis.edu.br)

#### Periodicidade Anual

Tiragem desta Edição: 3.000

Autorizada a reprodução desta publicação,  
desde que citada a fonte.

#### Comitê Editorial

Editor Responsável: Isabel Regina Depiné Poffo

Conselho Editorial: Gabriela Depiné Poffo,

Iris Weiduschat, Tayane Medeiros d'Oliveira, Werner

José Bertoldi, Mara Regina Zluhan

Capa/Arte: Marcio Martison

Concepção da Arte/Capa: Traços da escultura da personificação da sabedoria (Sophia), com referência às cores da instituição (verde).

Capa Atual: João Saulo Feijó Júnior.

Revisão de Texto: Iris Weiduschat e Werner José Bertoldi

Revisão Técnica: Tayane Medeiros d'Oliveira

Diagramação: Tayane Medeiros d'Oliveira

Bibliotecária Assessora: Aline Medeiros d'Oliveira

CRB 14-1063

Impressão e Acabamento: Jawi Indústria Gráfica Ltda.

### Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

#### Revista Científica Sophia.

Sociedade Civil Avantis de Ensino Ltda. - Faculdade Avantis, Balneário Camboriú, SC:

Avantis Educação Superior, 2012.

v. IV, n. 1, dezembro: 2012

Anual

ISSN: 2176-2511

1. Psicologia. 2. Administração. 3. Ciências Contábeis. 4. Sistemas da Informação. 5. Educação Física. 6. Direito. 7. Arquitetura e Urbanismo. 8. Revista Científica. 9. Periódico.

CDD 21<sup>a</sup> ed.  
070.4



A Revista Científica Sophia nasceu há 3 anos. E hoje, com muita satisfação, divulgamos a sua quarta edição. O tímido crescimento de nossa revista revela uma experiência singela, mas que reúne o reconhecimento da comunidade acadêmica, maturidade do conselho editorial e permuta de obras para ampliação do acervo de nossa biblioteca.

A Revista Científica Sophia tem presença no mundo moderno que vivemos, e discute os paradoxos evidentes da atualidade. Por um lado, os imensos avanços da ciência crescem, exponencialmente, à medida que o tempo passa, acenando possibilidades reais para um mundo cheio de novidades e de grandes avanços científicos para a resolução dos problemas que afligem a humanidade. Por outro lado, a população tem aumentado geometricamente, causando vários problemas de ordem econômica, social e ambiental. Fica claro que, apesar deste paradoxo, temos também um fato muito marcante, a existência de uma forte interação entre ciência e sociedade.

É com este reconhecimento que convidamos você à leitura dos artigos publicados nesta quarta edição. Ciência e sociedade se encontram, uma alicerçando a outra. Esta coexistência está presente nos artigos aqui publicados, na área do Direito, na Educação, na Administração, em Ciências Contábeis, na Psicologia, na Arquitetura e Urbanismo e em Sistemas de Informação.

Envie seu artigo para análise de nosso conselho editorial e participe de nosso trabalho acadêmico e científico.

Profa. MS. Isabel Regina Depiné  
Diretora Geral da Faculdade AVANTIS

03.

APRESENTAÇÃO

06.

**ANÁLISE DO DESENVOLVIMENTO MOTOR DE CRIANÇAS PORTADORAS E NÃO PORTADORAS DA SÍNDROME DE DOWN**

*Adriana Nones, Jerusa dos Santos e Altair Argentino Pereira Júnior*

14.

**A BUSCA DA CIDADE SUSTENTÁVEL: APLICAÇÃO DE MODELO METABÓLICO DE ASSENTAMENTOS HUMANOS AOS INDICADORES MUNICIPAIS DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ/SC**

*Aline Estela Largura e Arnaldo Debatin Neto*

24.

**TRANSTORNO DE HUMOR: A DEPRESSÃO INFANTIL NO PROCESSO ESCOLAR**

*Ana Carolina Ramos, Camila Cristina Haas, Jéssica Daiane da Silva e Luiz Arthur Rangel Grino*

35.

**ANTROPOLOGIA E EDUCAÇÃO: VINCULAÇÕES NECESSÁRIAS**

*César Augusto Jungblut*

43.

**DATA MINING EM UMA BASE DE DADOS DE UM AMBIENTE EDUCACIONAL: UM ESTUDO AVANÇADO DA GESTÃO COM AUXÍLIO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**

*Cristiano Rodrigues e Alan Edgar Sultowski*

52.

**CONSIDERAÇÕES SOBRE MOTÉIS COMO ATIVIDADE EMPRESARIAL NO ORDENAMENTO JURÍDICO**

*Elaine Gonçalves Weiss de Souza*

62.

**CONSIDERAÇÕES SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS, O CONTEXTO DA ADOÇÃO E A ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO**

*Fabiana Aparecida Carlon, Marlucci Eliane de Maria e Eliz Marine Wiggers*

69.

**APOIO PSICOPEDAGÓGICO NO ENSINO SUPERIOR**

*Iris Weiduschat, Isabel Regina Depiné e Mara Zluhan*

77.

**EXCELÊNCIA DA CAMINHADA NA LIPOLISE**

*Leo Junior Trindade Cardoso e Zilá Gomes de Moraes Flores*

**RESPONSABILIDADE CIVIL: ENSAIO SOBRE A NATUREZA JURÍDICA**  
*Mario Henrique Bassio*

84.

**A PRODUÇÃO CIENTÍFICA EM GESTÃO DO CONHECIMENTO APLICADA À TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO**  
*Sigmundo Preissler Junior, João Artur de Souza e Gertrudes A. Dandolini*

92.

**SEMIÓTICA E SEMÂNTICA: A PROBLEMÁTICA EXPERIMENTAL DA PROPRIEDADE DA LINGUAGEM NO FENÔMENO DO JORNALISMO DIGITAL NA COMUNICAÇÃO CULTURAL DA SOCIEDADE - SIGNOS PÚBLICOS E SIGNOS PRIVADOS**  
*Tayane Medeiros d'Oliveira e Paulo Negrini Filho*

103.

**Sophia**  
REVISTA CIENTÍFICA

FACULDADE AVANTIS

## ANÁLISE DO DESENVOLVIMENTO MOTOR DE CRIANÇAS PORTADORAS E NÃO PORTADORAS DA SÍNDROME DE DOWN

Adriana Nones<sup>1</sup>

Jerusa dos Santos<sup>2</sup>

Altair Argentino Pereira Júnior<sup>3</sup>

### RESUMO

O objetivo deste estudo foi analisar o desenvolvimento motor de crianças com Síndrome de Down (SD) na faixa etária de 2 a 5 anos, e fazer um comparativo com crianças não portadoras da síndrome. Foi utilizada a Escala de Desenvolvimento Motor proposta por Rosa Neto (2002), que avalia as áreas de motricidade fina, motricidade global, equilíbrio, esquema corporal e organização espacial. Os dados foram analisados através da estatística descritiva, com o uso do software Microsoft Excel 2007, foram colocados separadamente por etapas do desenvolvimento motor e, expresso através de gráficos. Através dos resultados desta pesquisa foi possível verificar que as crianças com SD tiveram escores inferiores em motricidade fina, motricidade global, equilíbrio, esquema corporal perante as crianças sem Síndrome de Down. Em relação à organização espacial 80% das crianças com SD conseguiram realizar os testes propostos e apenas 20% não conseguiram realizar. A organização espacial das crianças com SD obtiveram melhor desempenho comparado com os outros testes, observou-se que há importância da intervenção da fisioterapia de forma na melhoria das aquisições das áreas analisadas. Concluí-se que o atraso do desenvolvimento motor das crianças com SD está relacionado com a hipotonia generalizada, hiper mobilidade articular e a frouxidão ligamentar que são características significantes responsáveis pelo atraso no desenvolvimento.

**PALAVRAS CHAVE:** Síndrome de Down. Criança. Desenvolvimento Motor.

### *ANALYSIS OF MOTOR DEVELOPMENT OF CHILDREN CARRIERS AND NOT CARRIERS OF DOWN SYNDROME*

### ABSTRACT

The aim of this study was to assess the motor development of children with Down syndrome (DS) aged 2-5 years and make a comparison with children not living with the syndrome. The Scale of Motor Development proposed by Rosa Neto 2002, which evaluates the areas of fine motor, gross motor control, balance, body structure and spatial organization. Data were analyzed using descriptive statistics, using the software Microsoft Excel 2007, were placed separately in stages of motor development, and expressed through graphics. Through the results of this research was possible to verify that children with DS scored lower on fine motor, gross motor control, balance, body scheme before the children without Down syndrome. Regarding the spatial organization 80% of children with DS were able to perform the proposed tests and only 20% could not perform. The spatial organization of children with DS had better performance compared with other tests, it was observed

---

1 Acadêmica do Curso de Fisioterapia –Fameblu Uniasselvi. Email: drika.nones@hotmail.com

2 Acadêmica do Curso de Fisioterapia –Fameblu Uniasselvi. Email: jerusadosantos@gmail.com

3 Orientador da pesquisa. Professor da Faculdade Avantis; Professor da UNIFEBE. Graduado em Fisioterapia pela Universidade do Vale do Itajaí; Mestre em Ciências do Movimento Humano pela Universidade do Estado de Santa Catarina. E-mail: altjunior@avantis.edu.br

that there is importance of physical therapy intervention in order to improve the acquisition of the areas analyzed. We concluded that the delay of motor development of children with DS is related to the generalized hypotonia, joint hypermobility and laxity characteristics that are responsible for significant developmental delay.

**KEY WORDS:** Down Syndrome. Children. Motor development.

## 1 INTRODUÇÃO

O desenvolvimento motor define-se como um processo ordenado, contínuo, sequencial e progressivo, que se inicia com a própria vida, sendo fortemente influenciado pela maturação (PERROTTI; MANOEL, 2001).

Conforme Rosa Neto (2002), as possibilidades motoras das crianças evoluem de acordo com a sua idade e chegam a ser cada vez mais variadas e complexas, sendo que, a atividade motora é de suma importância no desenvolvimento global da criança. Com o intuito de avaliar as diferentes etapas do desenvolvimento motor da criança, Rosa Neto, (2002), propõe uma Escala de Desenvolvimento Motor (EDM), que é composta por testes para avaliar o desenvolvimento motor de crianças de 2 aos 11 anos de idade.

A Síndrome de Down é uma doença genética caracterizada por um erro na distribuição genética, que resulta em três cromossomos no par 21, essa trissomia é anormalidade cromossômica autossômica mais comum em seres humanos. A incidência é de 1 em 700 nascidos vivos e está associada ao avanço da idade materna (CARAKUSHANSKY, 2001; BERTOTI, 2002).

Há uma conformidade da comunidade científica que o atraso de desenvolvimento motor em crianças portadoras da Síndrome de Down, não deve apenas às etapas de vida do portador, mas sim às características individuais que são decorrentes de herança genética, estimulação, educação, meio ambiente, problemas clínicos, dentre outros (AMBROSANO *et. al.*, 2005; VIRJIBABUL *et. al.*, 2006; SILVA *et. al.*, 2006).

Em cada etapa, ocorre organização particular, de maneira hierarquicamente organizada, onde os níveis inferiores da sequência de desenvolvimento motor influenciam o alcance dos

níveis mais complexos (GIMENEZ *et. al.*, 2004).

Sabe-se, através de diferentes estudos e pesquisas que crianças com alguma necessidade específica – física ou mental – apresentam um desenvolvimento mais tardio das funções motoras e cognitivas, o que não significa que não possam atingir um grau de normalidade nos diferentes aspectos do desenvolvimento (ROSA NETO, 2002; LORENZINI, 2002).

Neste contexto, se dá à importância de analisar e comparar o desenvolvimento da criança portadora de Síndrome de Down com a criança que não possui a síndrome, tornando mais evidente a criança com atraso motor. E consequentemente uma maneira mais eficaz de intervir na melhoria do desenvolvimento global da criança. Estudos sobre a motricidade infantil são realizadas com o objetivo de avaliar, analisar o desenvolvimento da criança em diferentes etapas evolutivas (ROSA NETO, 2002).

O objetivo desta pesquisa foi comparar o desenvolvimento motor entre crianças portadoras de Síndrome de Down e crianças não portadoras. Especificamente, avaliar através de testes motores que permitam observar as diferenças no desenvolvimento motor de crianças portadoras de SD e crianças não portadoras da SD, que possuam a mesma faixa etária.

## 2 METODOLOGIA

Esta pesquisa foi caracterizada por ser descritiva e quantitativa. O presente estudo foi realizado na Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), do município de Blumenau no Estado de Santa Catarina, nos meses de setembro de 2010, e envolveu os escolares de 2 a 5 anos, totalizando 10 indivíduos, sendo 6 meninos e 4 meninas, portadores de síndrome de down.

Foi realizado o comparativo, incluindo os mesmos testes na Unidade Educacional Infantil Curumim no Município de Indaial, envolvendo escolares da mesma faixa etária de 2 a 5 anos de idade, totalizando 6 meninos e 4 meninas.

Como critérios de inclusão no estudo escolheram-se crianças na faixa etária de 2 a 5 anos, independente de sexo, cor e raça. Já como critérios de exclusão no estudo a idade inferior a 2 anos e superior a 5 anos. A avaliação do perfil motor foi realizada pelo uso da Escala de Desenvolvimento Motor – EDM, proposta por Rosa Neto (2002).

Foram analisadas as seguintes atividades:

- Motricidade Fina (óculo manual): 2 anos - Construção de um torre, 3 anos - Construção de uma ponte. Motricidade Fina (destreza): 4 anos - Enfiar linha na agulha, 5 anos - Fazer um nó.
- Motricidade Global (coordenação): 2 anos - subir em cima de um banco. Motricidade Global (Controle do corpo): 3 anos - Saltar sobre uma corda, 4 anos - Saltar sobre o mesmo lugar, 5 anos – Saltar uma altura de 20cm.
- Equilíbrio (postura estática): 2 anos - Equilíbrio estático sobre um banco, 3 anos - Equilíbrio sobre um joelho. Equilíbrio (postura dinâmica): 4 anos - Equilíbrio sobre o tronco flexionando, 5 anos – Equilíbrio nas pontas dos pés.
- Esquema Corporal (Imitação dos gestos simples): prova de imitação dos gestos simples (2, 3, 4 e 5 anos).
- Organização Espacial (percepção do espaço) 2 anos tabuleiro na posição normal, Organização Espacial, (sensorial) 3 anos - Tabuleiro na posição invertida, 4 anos - Prova de palitos, 5 anos - Jogo de paciência.
- Foi solicitado aos responsáveis das crianças que assinassem o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

### 3 RESULTADOS

No gráfico 1, observa-se que 40% das crianças com SD apresentaram a motricidade fina de acordo com a faixa etária esperada, e 60% das crianças não apresentaram.

No gráfico 2, observa-se que 100% das crianças sem a síndrome, conseguiram realizar os testes, estando de acordo com a faixa etária esperado.

## MOTRICIDADE FINA

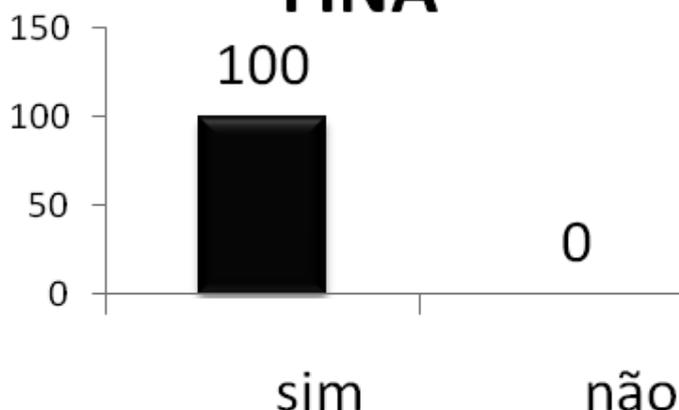


GRÁFICO 1 – Motricidade fina de crianças com SD  
Fonte: Os autores, 2012.

## MOTRICIDADE FINA

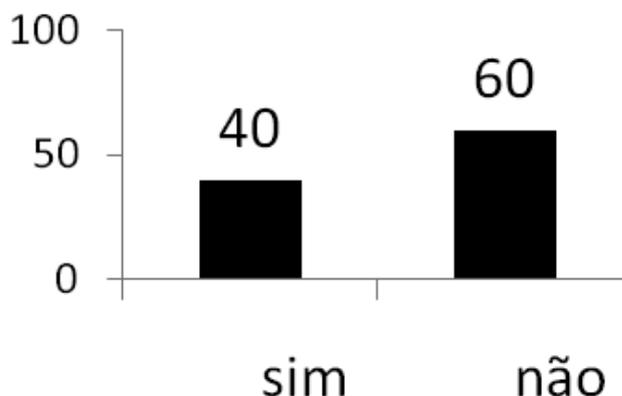
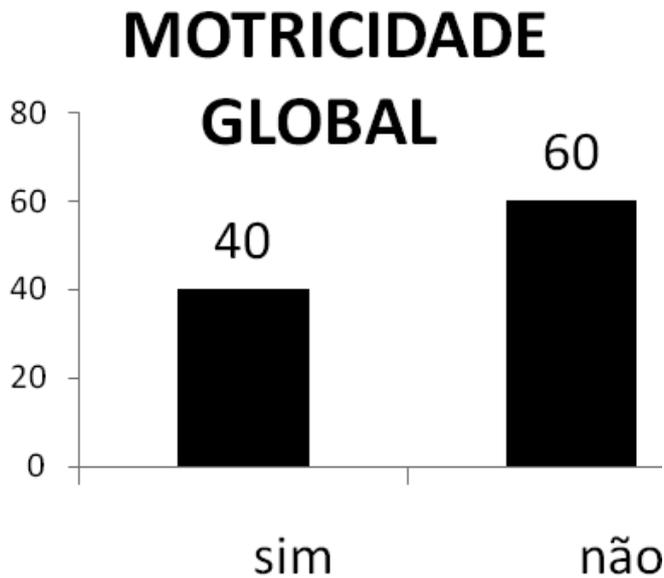


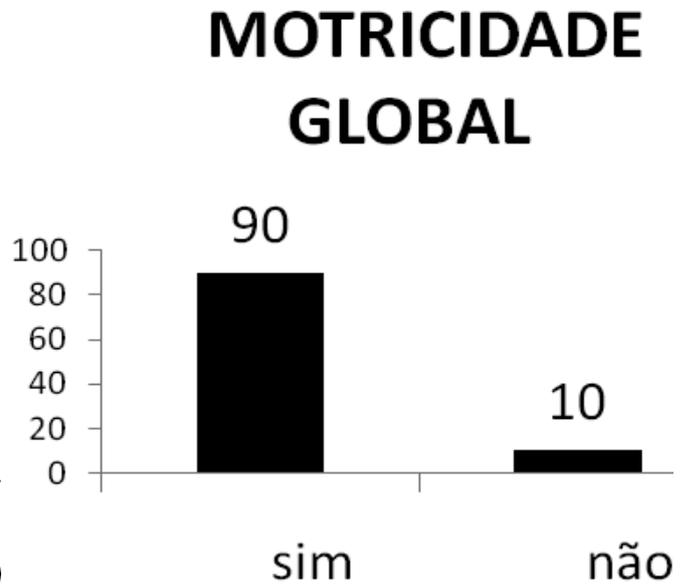
GRÁFICO 2 – Motricidade fina de crianças sem SD  
Fonte: Os autores, 2012.

No gráfico 3, observa-se que 40% das crianças com SD apresentam a motricidade global de acordo com a faixa etária esperada e 60% das crianças não apresentaram.



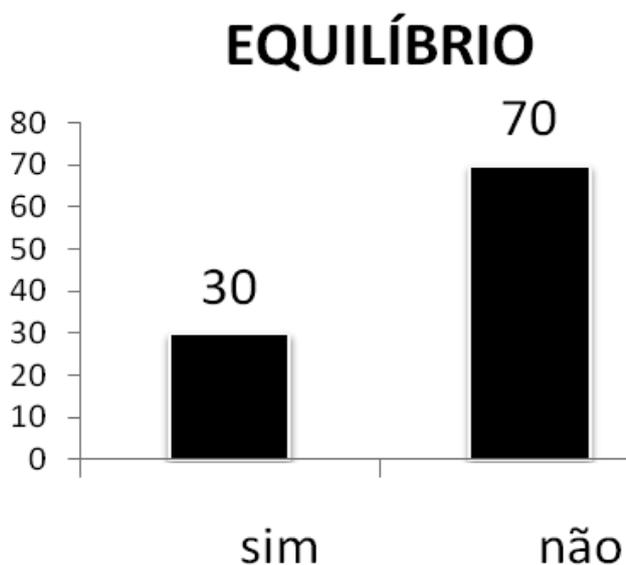
**GRÁFICO 3** – Motricidade Global de crianças com SD  
Fonte: Os autores, 2012.

No gráfico 4, observa-se 90% das crianças sem a Síndrome de Down apresentam a motricidade global de acordo com a faixa etária esperada e 10% das crianças não apresentaram esta aquisição.



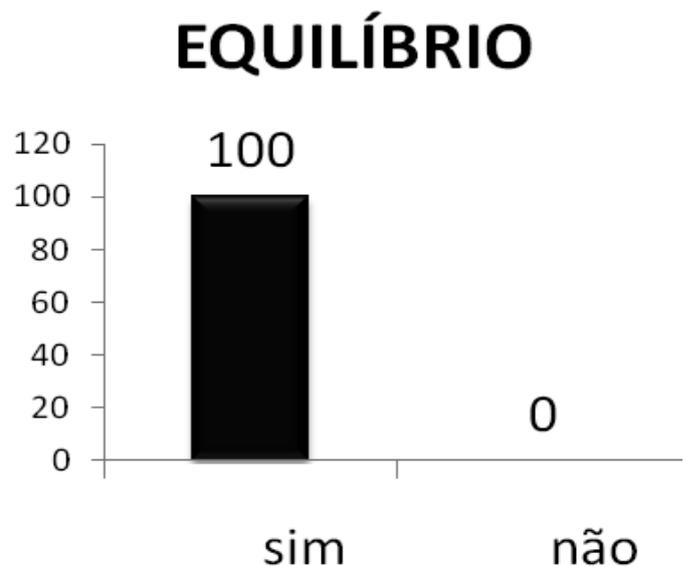
**GRÁFICO 4** – Motricidade Global de crianças sem SD  
Fonte: Os autores, 2012.

No gráfico 5, observa-se que 30% das crianças apresentam equilíbrio de acordo com a faixa etária esperada e 70% das crianças não apresentaram.



**GRÁFICO 5** – Equilíbrio de crianças com SD  
Fonte: Os autores, 2012.

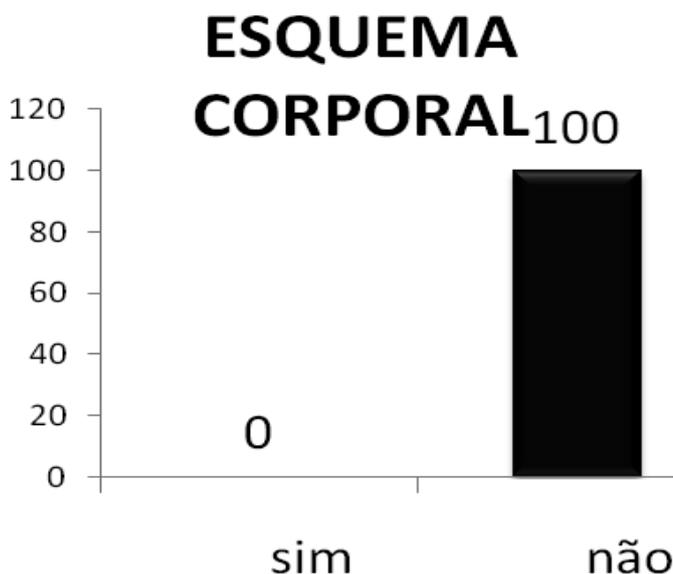
No gráfico 6, observa-se que 100% das crianças sem SD, apresentaram o equilíbrio de acordo com a faixa etária esperada.



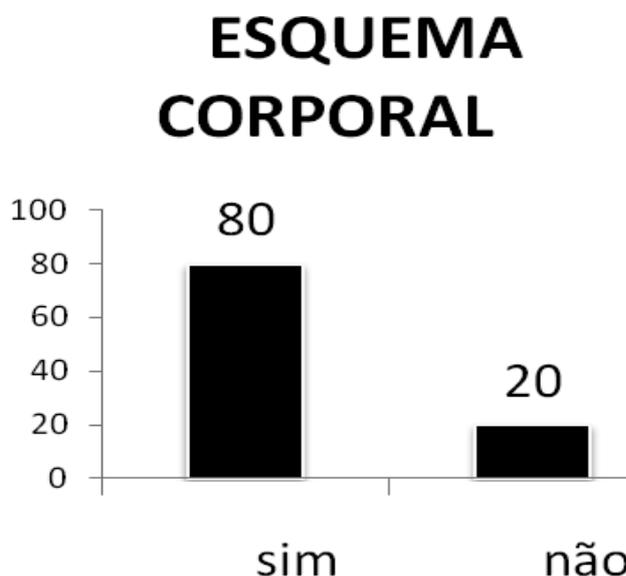
**GRÁFICO 6** – Equilíbrio de crianças sem SD  
Fonte: Os autores, 2012.

No gráfico 7, observa-se que 100% das crianças com SD, não conseguiram realizar os testes de esquema corporal.

No gráfico 8, observa-se que 80% das crianças apresentam esquema corporal de acordo com a faixa etária esperada e 20% das crianças não apresentaram.



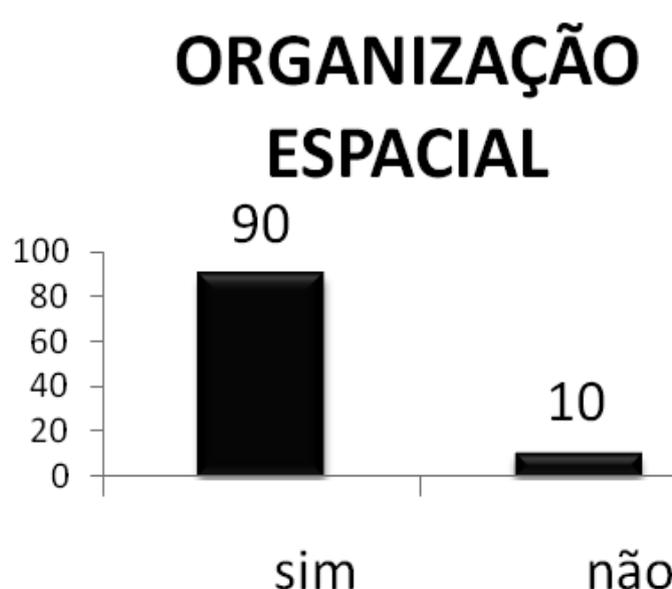
**GRÁFICO 7** – Esquema corporal de crianças com SD  
Fonte: Os autores, 2012.



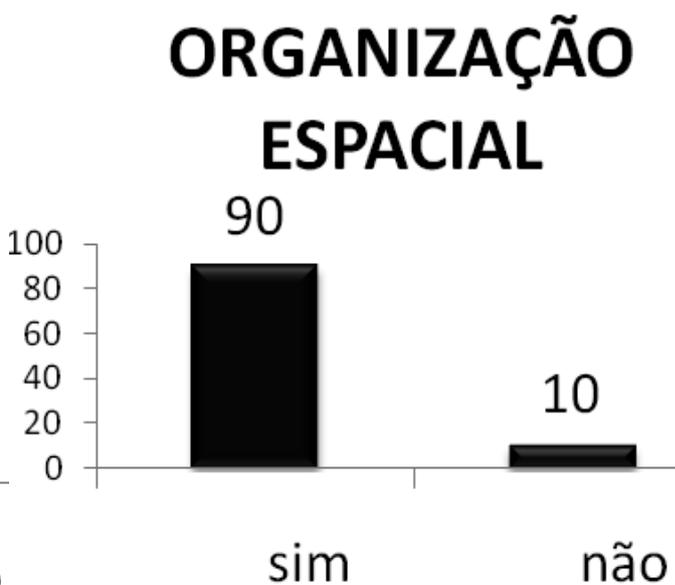
**GRÁFICO 8** – Esquema corporal de crianças sem SD  
Fonte: Os autores, 2012.

No gráfico 9, observa-se que 80% das crianças possuem organização espacial de acordo com a faixa etária esperada e 20% não apresentaram.

No gráfico 10, observa-se que 90% das crianças apresentam organização espacial de acordo com a faixa etária esperada e 10% não apresentaram.



**GRÁFICO 9** – Organização espacial de crianças com SD  
Fonte: Os autores, 2012.



**GRÁFICO 10** – Organização espacial de crianças sem SD  
Fonte: Os autores, 2012.

#### 4 DISCUSSÃO

Através dos resultados desta pesquisa foi

possível observar que as crianças com SD tiveram escores inferiores nos testes de motricidade fina em relação às crianças sem SD. A importância

das áreas córtico-sensório-motoras das mãos e dos dedos faz ressaltar a fineza extrema dos controles tácteis e motores. Para Gimenez (*et. al.*, 2004), quanto aos movimentos finos, vale ressaltar que a sua execução envolve precisão, atenção e habilidades sensoriais e perceptuais, atributos que estão comprometidos nas crianças com síndrome de Down.

A motricidade global nas crianças com SD mostrou-se comprometida quando comparado a crianças sem SD o que está de acordo com o estudo realizado por Campbell (1994); este afirma que a hipotonia generalizada, hipermobilidade articular e frouxidão ligamentar é uma importante características musculoesquelética da Síndrome de Down e resulta em pé plano, instabilidade patelar, escoliose 52% e instabilidade atlanto axial. Resultando em produção de força muscular baixa e reações posturais lentas, fatores estes que dificultam a motricidade global de crianças com SD.

A análise do equilíbrio mostrou-se comprometida nas crianças com SD e totalmente desenvolvida nas crianças sem a SD. A criança com Síndrome de Down tem mostrado persistência dos reflexos e integração lenta do desenvolvimento das reações posturais, acarretando dificuldades no controle postural, controle antigravitacional e déficit nas respostas posturais. Essa deficiência de movimentos apresentada pela criança portadora de SD é atribuída principalmente aos distúrbios no controle motor e no equilíbrio (AMBROSANO *et. al.*, 2005; SILVA; KLEINHANS, 2006).

Observa-se que 100% das crianças com SD não apresentaram compatibilidade com os testes de esquema corporal. Segundo Wallon (1989), Almeida (2007), crianças com alguma necessidade especial apresenta um desenvolvimento mais tardio das funções motoras e cognitivas, não significando que essas crianças não possam atingir um estágio de normalidade.

Na maioria das vezes, os problemas de aprendizagem residem sobre as áreas de percepção, atenção, memória, associação

e fixação de informações, os quais podem perdurar na vida jovem e adulta (WILLRICH, 2009; MEDEIROS, 2000; NASCIMENTO, 2008).

Observou-se que o esquema corporal estava totalmente comprometido nas crianças com SD, entretanto apenas 20% das crianças sem SD apresentaram comprometimento nesta habilidade motora.

A hipotonia é um dos distúrbios amplamente relacionado ao atraso de desenvolvimento motor, especificamente a motricidade fina e global, assim com atrasos em outras áreas do desenvolvimento, como a aquisição da fala e do desenvolvimento cognitivo (TECKLIN, 2002).

Em relação à organização espacial as crianças com SD apresentaram pouca diferença quando comparadas as crianças sem SD. De acordo com Almeida; Santos; Weiss (2010), ao longo dos anos, as crianças com SD adquirem habilidades relacionadas à mobilidade, que passam a fazer parte do cotidiano destas crianças, tornando-as mais independentes, em especial quando estas são estimuladas para a aquisição das habilidades motoras.

Segundo Caetano *et. al.*, 2005; Silveira *et. al.*, 2005 o desenvolvimento motor infantil não acontece de forma linear, é necessário um ambiente diversificado que propicie meios diversos de resolução de problemas, uma vez que o movimento se apresenta e se aprimora por meio dessa interação, das mudanças individuais com o ambiente e a tarefa motora.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com esta pesquisa conclui-se que as crianças portadoras de SD possuem atraso no desenvolvimento motor quando comparadas com crianças sem SD. A hipotonia generalizada, hipermobilidade articular e a frouxidão ligamentar são importantes características musculoesqueléticas da Síndrome de Down e são fatores significantes que resultam em atrasos do desenvolvimento.

Muitas vezes, o atraso no desenvolvimento motor são problemas de aprendizagem que residem sobre as áreas de percepção, atenção, memória, associação e fixação de informações, os quais podem perdurar a vida jovem e adulta, se houver a estimulação dessas áreas os problemas poderão ser amenizados de forma significativa.

As crianças com SD tiveram um melhor desempenho nos testes de organização espacial comparado com os outros testes, isso indica que a atuação da fisioterapia e a estimulação por parte dos educadores é de grande importância para o desenvolvimento e aprendizado motor dessas crianças.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, G. M. F. **Deficiência mental**: avaliação e classificação do desenvolvimento motor. 2007. 129f. Dissertação (Mestrado em Ciências do Movimento Humano) – Centro de Ciência da Saúde e do Esporte, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.
- \_\_\_\_\_.; SANTOS, A. P. M.; WEISS, S. I. L. Avaliação e intervenção no desenvolvimento motor de uma criança com Síndrome de Down. **Revista Brasileira de Educação Especial**. LOCAL, v. 16, n. 1, p. 19-30. 2010.
- AMBROSANO, A. A. *et. al.* Aplicação da escala Alberta Infant Motor Scale (AIMS) em Síndrome de Down no tratamento de crianças da APAE de Barbacena. **Fisioterapia Brasil**. LOCAL, v. 6, p. 314-317. 2005.
- BERTOTI, D. B. **Retardo Mental**: Foco na Síndrome de Down. In: TECKLIN J. S. *Fisioterapia Pediátrica*. Porto Alegre: Artmed, 2002.
- CAETANO M. J. D.; SILVEIRA, C. R. A.; GOBBI, L. T. B. Desenvolvimento motor de pré-escolares no intervalo de 13 meses. **Revista Brasileira de Cineantropometria e Desempenho Humano**. LOCAL, v. 7, n. 2, p.05-13, 2005.
- CAMPBELL, F. A; RAMEY, C. I. *Effects of early intervention on intellectual and academic achievement: a follow-up study of children from low income families*. **Child Development**. LOCAL, v. 65, n. 2, p. 684-698, 1994.
- CARAKUSHANSKY, G.; MUSTACCHI, Z. Síndrome de Down. In: \_\_\_\_\_. **Doenças genéticas em pediatria**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2001.
- GIMENEZ, R. *et. al.* Combinação de padrões fundamentais de movimento: crianças portadoras de Síndrome de Down. **Revista Brasileira de Educação Física Especial**. LOCAL, v. 10, n.1, p. 101-116. 2004.
- LORENZINI, M. V. **Brincando a brincadeira com a criança deficiente**: novos rumos terapêuticos. Barueri: Manole, 2002.
- MEDEIROS, P. C.; LOUREIRO, S. R.; LINHARES, M. B. M.; MATURANO, E. M. A auto-eficácia e os aspectos comportamentais de crianças com dificuldade de aprendizagem. **Psicologia Reflexão e Crítica**. LOCAL, v.13, n. 3, p. 327-336. 2000.
- NASCIMENTO, R.; MADUREIRA, V. S. F.; AGNE, J. E. Avaliação do desenvolvimento neuropsicomotor de crianças em Centros de Educação Infantil em Concórdia. **Revista Neurociências**. LOCAL, v. 16, n. 4, p. 284-291. 2008.
- PERROTTI, A. C, MANOEL, E. J. Uma visão epigenética do desenvolvimento motor. **Revista Brasileira de Ciências e Movimento**. LOCAL, v. 9, n. 4, p. 77-82. 2001.
- ROSA NETO, F. **Manual de Avaliação Motora**. Porto Alegre: Artmed. 2002.
- SILVA, M. F. M. C.; KLEINHANS, A. C. S. Processos cognitivos e plasticidade cerebral na Síndrome de Down. **Revista Brasileira de Educação Especial**. LOCAL, v. 12, n. 1, p. 123-138, 2006.
- TECKLIN, J. S. **Fisioterapia pediátrica**. 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2002.
- VIRJI-BABUL N. *et. al.* *Perceptual motor deficits in children with Down syndrome: Implications for intervention*. **Down Syndrome Researchs**

**Practical.** LOCAL, v. 10, p. 74-82. 2006.

WALLON, H. **As origens do pensamento na criança.** São Paulo: Manole, 1989.

WILLRICH, A., AZEVEDO, C. C. F., FERNANDES, J. O. Desenvolvimento motor na infância: influência dos fatores de risco e programas de intervenção. **REVISTA. LOCAL**, v.17, n.1, p.51-56. 2009.

**A BUSCA DA CIDADE SUTENTÁVEL: APLICAÇÃO DE MODELO METABÓLICO DE ASSENTAMENTOS HUMANOS AOS INDICADORES MUNICIPAIS DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ/SC<sup>1</sup>**

Aline Estela Largura<sup>2</sup>  
Arnoldo Debatin Neto<sup>3</sup>

**RESUMO**

O crescimento populacional desordenado no Brasil demanda pesquisas acerca da mobilidade urbana, principalmente nas grandes cidades. Este é o objeto de estudo do presente artigo que utiliza a metodologia de análise de dados estatísticos com a aplicação do Modelo Metabólico Estendido de Assentamentos Humanos (NEWMAN, 1999). Por meio deste levanta-se hipóteses para delinear o grau de adequação dos critérios estabelecidos no modelo, com o cruzamento de dados do município de Balneário Camboriú, Santa Catarina.

**PALAVRAS CHAVE:** Mobilidade Urbana. Critérios. Dados Estatísticos.

***SEARCH FOR A SUSTAINABLE CITY: APPLICATION OF THE MODEL OF METABOLIC INDICATORS TO HUMAN SETTLEMENTS MUNICIPAL BALNEÁRIO CAMBORIÚ/SC***

**ABSTRACT**

Due to uncontrolled population growth, Brazil has suffered much in the question that comes to urban mobility, especially in large cities, thinking of this question the purpose of this paper is to use the methodology of data analysis of statistical data, application of the Metabolic Model Extended Human Settlements (Newman, 1999), and through this to find out how well the criteria of the model, making the crossing with the data from the city of Balneário Camboriú, Santa Catarina.

**KEY WORDS:** Urban Mobility. Criteria. Statistical Data.

---

1 O respectivo artigo foi apresentado no *ZEMCH 2012 International Conference* em 20th - 22nd August 2012 em Glasgow, UK em língua inglesa.

2 Mestre em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Santa Catarina. Graduada pela UNIVALI. Coordenadora e Professora do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Faculdade Avantis. E-mail: alineestela.l@gmail.com

3 Doutor em Engenharia da Produção. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). E-mail: debatin@cce.ufsc.br

## 1 INTRODUÇÃO

O ordenamento do território é cada vez mais entendido, tanto ao nível técnico como político, como uma questão fundamental para que se consiga planejar a cidade de forma sustentável e que se encontra fortemente relacionada com as políticas públicas. Contudo, são inúmeras e facilmente verificáveis as disfunções existentes como, por exemplo, o aumento da dependência do automóvel particular.

Este artigo parte de uma análise de uma

estratégia existente nos níveis comunitário e nacional e de uma revisão da literatura para defender a introdução de padrões mínimos baseados em critérios de desenvolvimento sustentável e na avaliação estratégica dos planos regionais de ordenamento do território.

Em nível internacional existe um considerável número de iniciativas relacionadas com a sustentabilidade no meio urbano. Na Europa e em outros países, acordos, propostas e cartas de princípios estão sendo discutidas como podemos observar na Tabela 1. Essas iniciativas incidem na definição de princípios, objetivos,

NOME	TIPO	INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL OU REFERÊNCIA
Princípios Orientadores para o Desenvolvimento Territorial Sustentável do Continente Europeu (2000)	Documento diagnóstico com propostas de acção	Conselho da Europa
<i>Sustainable urban design: an environmental approach</i>	Documento de diagnóstico com propostas de acção	Thomas, 2003
<i>Urban Exchange Initiative II</i>	Documento de Diagnóstico com Propostas de acção	<i>Urban Exchange Initiative</i> , 1999
Carta Urbana Europeia (1992)	Carta de Princípios	Conselho da Europa
Carta de Álborg (1994)	Carta de Princípios	<i>International Council for Local Environmental Initiatives</i>
Indicadores de qualidade do ambiente urbano	Documento com proposta de indicadores	Partidário, 2000
<i>Try this way: desenvolvimento sustentável ao nível local</i>	Documento com proposta de acção	Conselho Europeu de Urbanistas, 2002
Cidades europeias sustentáveis (1996)	Documento diagnóstico com propostas de acção	CE, 1998

**TABELA 1** – Documentos e projetos relevantes no âmbito da sustentabilidade em meio urbano

Fonte: Newman e Kenworthy (1999).

análise de problemas e propostas de atuação.

preservar o meio ambiente.

Newman e Kenworthy (1999) desenvolveram um método de medição da Sustentabilidade Urbana - o Método Metabólico, que consiste na idéia de que a cidade é um ecossistema complexo e dinâmico. Para alcançar a sustentabilidade, a partir deste método, é necessário controlar as entradas de insumos e assim, as saídas. Com isso equilibram-se os recursos, contribuindo para uma melhora na dinâmica dos assentamentos, da habitabilidade e da qualidade de vida dos usuários, além de

Neste artigo será aplicado o referido Modelo Metabólico no município de Balneário Camboriú/SC, para medir sua sustentabilidade urbana.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 DESENVOLVIMENTO URBANO SUSTENTÁVEL

A noção de desenvolvimento urbano sustentável traz consigo alguns conflitos teóricos

de difícil resolução. Um destes conflitos está entre os conceitos de urbano e ambiental. Ambas as noções não são estáticas e vêm se modificando com o tempo, sendo necessária sua conceituação histórica. (COSTA, 1999).

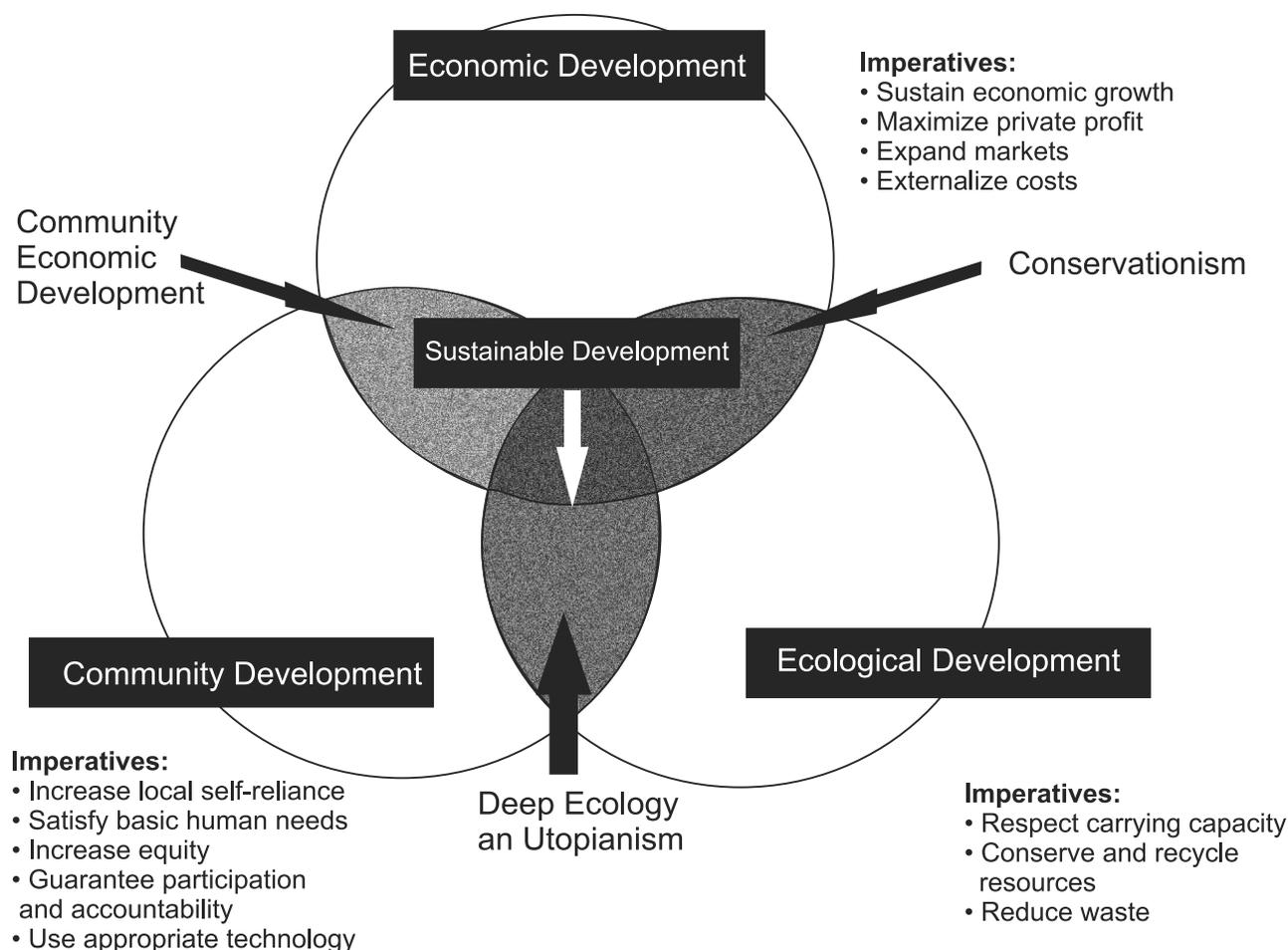
Henri Acselrad (1999) proporciona várias abordagens sobre o assunto, como as questões econômicas, políticas, a relação técnico-material com as cidades, a cidade como espaço da qualidade de vida e de legitimação das políticas urbanas.

Newman e Kenworthy (1999) definem o

conceito de sustentabilidade como:

Um processo global político que tenta reunir simultaneamente, as maiores necessidades de nossa época: a necessidade de desenvolvimento econômico para erradicar a pobreza, a necessidade de proteção ambiental do ar, água, solo e biodiversidade, da qual todos dependem em última instância, e da necessidade de justiça social e diversidade cultural para que as comunidades locais possam expressar seus valores em resolver tais questões.

Este modelo é assim representado pelos autores na figura 1:



**FIGURA 1** - Tripé do Desenvolvimento Sustentável  
Fonte: Newman e Kenworthy (1999).

## 2.2 MODELOS METABÓLICOS

Baseado no conceito de Desenvolvimento Sustentável e aliado ao pensamento de que “a cidade é um dinâmico e complexo ecossistema” (BRUGMANN; HERSH, 1991) e o amplo estudo de Tjallingii (1991 apud NEWMAN; KENWORTHY, 1999), Newman e

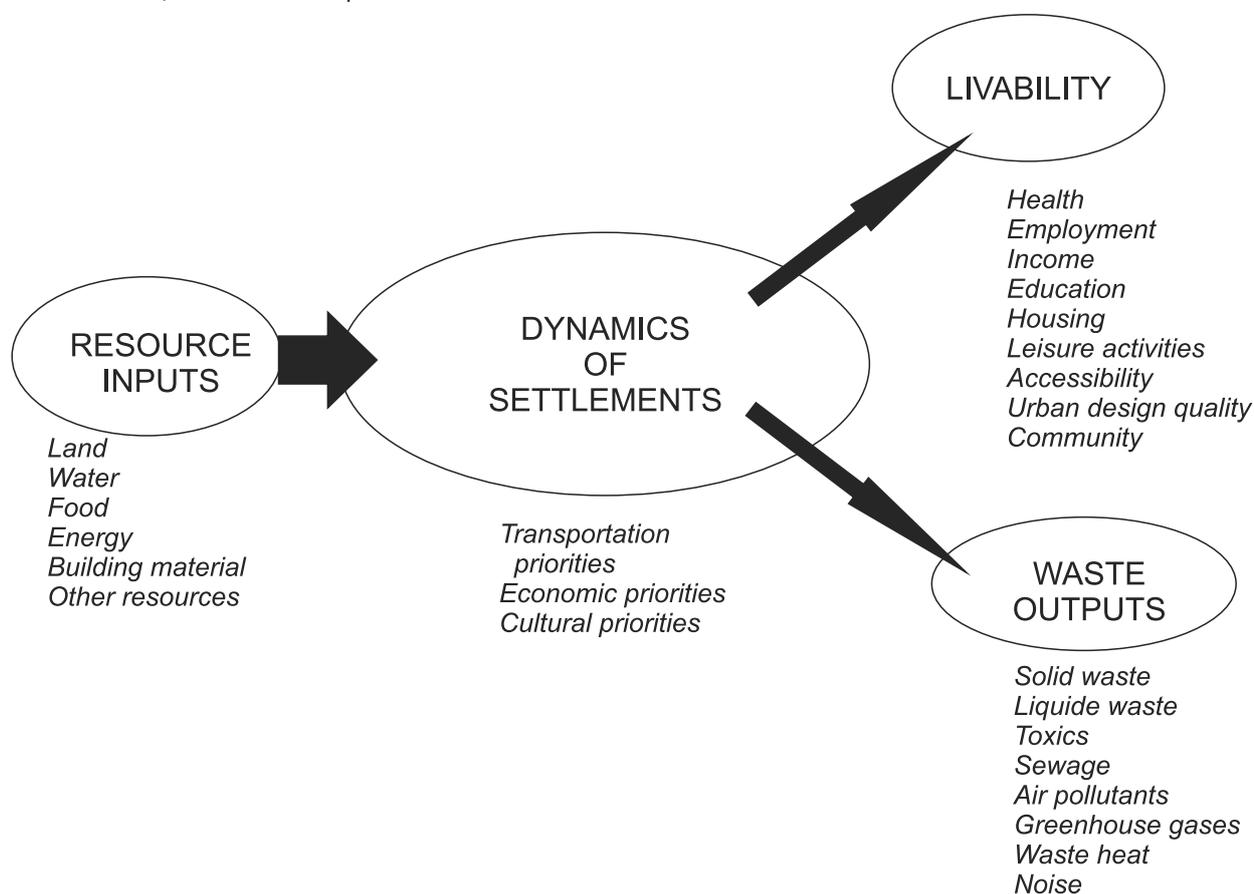
Kenworthy (1999) desenvolveram um método para medição da sustentabilidade, através de dados quantitativos municipais. A este método, chamaram de Modelo Metabólico Estendido de Assentamentos Humanos (figura 2).

No método é relacionado o tamanho da cidade (densidade) com a sustentabilidade

(eficiência), onde, quanto maior for uma cidade, maior sua eficiência ou complexidade estrutural. Newman e Kenworthy (1999, s/p) ainda dizem que:

os padrões ecológicos auxiliam a ver que quanto maior se torna a cidade, como em um ecossistema maduro, ela se direciona para um uso mais eficiente

dos recursos e um maior nível de informação, organização e controle ambiental.



**FIGURA 2** - Esquema do Modelo Metabólico Estendido de Assentamentos Humanos  
Fonte: Newman e Kenworthy (1999).

O esquema do modelo mostrado acima ilustra o funcionamento de um assentamento urbano. Primeiro, tem-se a Entrada de Insumos, que abastecem a cidade. São eles a água, alimentos, materiais de construção, terra, energia e outros. Os insumos desempenham papel importante na dinâmica do assentamento, pois através deles é possível priorizar transportes, atividades econômicas e culturais.

Os resultados deste processo são:

- A Habitabilidade, que quanto maior, melhor para a qualidade e sustentabilidade do Assentamento Urbano;
- A Saída dos Insumos, que quanto menor,

mais sustentável é o Assentamento.

Nota-se neste processo, que o controle dos Insumos é crucial para a eficiência do Assentamento Urbano, tanto no controle de entrada, quanto de saída, pois a habitabilidade depende destes fatores.

Tendo o Modelo Metabólico como base fundamental, é possível variar os indicadores de acordo com os objetivos e a viabilidade da cidade.

Cada indicador necessita de mais detalhes e explicações, mas a ideia básica permanece. Há uma lista com cerca de 150 indicadores sugeridos pelo Banco Mundial (*WORLD BANK*, 1994) e pelo

Centro de Assentamentos Urbanos das Nações Unidas. Os indicadores estão divididos em 5 áreas, especificados no quadro 1 abaixo:

### **1. Energia e qualidade do ar**

- a. Reduzir da energia total usada por pessoa
- b. Diminuir energia usada por dólar na produção das indústrias
- c. Aumentar a proporção de bridging fuel (gás natural) e energias renováveis (solar, eólica, biocombustível, etc.)
- d. Reduzir a quantidade total de poluição do ar por pessoa
- e. Redução total emissão de gases do efeito estufa
- f. Atingir zero dias de não cumprimento das normas de qualidade do ar e saúde
- g. Reduzir a frota média e média de consumo de combustível
- h. Reduzir número de veículos que não obedecem às normas de emissão
- i. Redução do número de residências com queixas so

### **2. Água, materiais e lixo**

- a. Reduzir o total de água consumida por pessoa
- b. Atingir zero dias de não cumprimento das normas de qualidade de água potável
- c. Aumentar a proporção de esgoto e lixo industriais tratados para qualidade de reutilização
- d. Diminuir a proporção de esgoto e lixo industriais descarregados para córregos e/ou oceanos
- e. Reduzir o consumo de materiais de construção por pessoa (incluindo diminuição do uso de madeiras nobres “velhas” por de reflorestamento)
- f. Reduzir consumo de papel e embalagens por pessoa
- g. Diminuir a proporção de resíduos sólidos por pessoa (aumentar taxa de reciclagem por componente)
- h. Aumentar a proporção de resíduo orgânico reutilizado no solo e na produção de alimentos

### **3. Solo, Espaços Verdes e Biodiversidade**

- a. Preservar solo agrícola e paisagem natural na periferia urbana
- b. Aumentar a quantidade de espaços verdes em parques locais ou regionais por pessoa, principalmente no cinturão verde em torno da cidade
- c. Aumentar a proporção de requalificação urbana em relação a novos desenvolvimentos
- d. Aumentar o número de áreas zoneadas para serem servidas especialmente por transporte público
- e. Aumentar a densidade de população e emprego nas zonas orientadas ao transporte público

### **4. Transporte**

- a. Redução do uso de carro por pessoa
- b. Aumentar o uso de transporte público, caminhada/bicicleta e carpool e reduzir o uso do carro com uma pessoa só
- c. Reduzir tempo/ tamanho médio de viagem de/para o trabalho
- d. Aumentar a velocidade média do transporte público em relação à velocidade dos carros
- e. Aumentar quilometragem do serviço de transporte público em relação a rede de estras construída
- f. Aumentar recuperação dos custos do transporte através das tarifas
- g. Diminuir eespaços de estacionamento por 1000 trabalhadores nos centros de negócios
- h. Aumentar quilometragem de ciclovias exclusivas

### **5. Habitabilidade, amenidades humanas e saúde**

- a. Diminuir mortalidade infantil para cada 1000 nascimentos
- b. Aumentar nível de escolaridade (média de anos por adulto)
- c. Aumentar oportunidade de lazer local
- d. Diminuir acidentes de trânsito para cada 1000 habitantes
- e. Diminuir crimes para cada 1000 habitantes
- f. Diminuir mortes por violência urbana
- g. Diminuir a proporção de habitação precárias

h. Aumentar quilometragem de ruas amigáveis ao pedestre (baseado num indicador específico) em cidades e subcentros

i. Aumentar proporção de cidade ou subúrbio com orientações de desenho urbano para ajudar as comunidade no redesenvolvimento

j. Aumentar proporção de cidade que permita uso misto e vilas urbanas de alta densidade

**QUADRO 1** - Metas anuais e Indicadores para a Cidade Sustentável

Fonte: Newman e Kenworthy (1999).

Analisando os indicadores de sustentabilidade das cidades juntamente com o Modelo Metabólico, é possível definir políticas e programas para melhorar estes índices.

### 2.3 METODOLOGIA

Para utilização do modelo, foram levantados dados referentes às Entradas de Insumos, à Dinâmica dos Assentamentos, à Habitabilidade e à Saída de Insumos, fornecidos pela Prefeitura Municipal de Balneário Camboriú, órgãos estaduais e federais (quadro 2).

Os dados foram apresentados em datas distintas, pois a pouca idade da cidade gerou dificuldade para encontrá-los.

#### Entrada de recursos

Terra

Água

Alimentos (sem dados)

Energia Elétrica

#### Dinâmica do assentamento

Prioridades de transporte

Prioridades economicas (sem dados)

Prioridades culturais (sem dados)

#### Habitabilidade

Saúde

Educação

Habitação

Empregos (sem dados)

Atividades de lazer (sem dados)

Segurança (sem dados)

Clima

Comunidade (sem dados)

Acessibilidade (sem dados)

#### Saída de recursos

Resíduos sólidos

Esgoto

Poluição do ar (sem dados)

Emissão de gases (sem dados)

**QUADRO 2** - Dados Estatísticos fornecidos pelos Órgãos Competentes

Fonte: A autora, 2011.

### 3 OBJETO DE ESTUDO

O município de Balneário Camboriú, possui uma área de 47 km<sup>2</sup> e uma população de 108.089 habitantes, segundo dados fornecidos pelo censo do IBGE de 2010.

Em 1964, o distrito obteve autonomia, passando a município com o topônimo de Balneário de Camboriú, alterado, em 1979, para Balneário Camboriú.

Balneário Camboriú é a primeira cidade entre os municípios turísticos do Estado de Santa Catarina, com a melhor qualidade de vida, de acordo com o IDH – (Índice de Desenvolvimento Humano), e segundo pesquisa divulgada pela ONU, está entre as dez cidades do Brasil.

Balneário Camboriú como muitas cidades brasileiras, teve um crescimento urbano acelerado e desordenado decorrente da falta de planejamento urbano. Pode-se notar pelos dados fornecidos pelo IBGE, que em 1991 a cidade tinha uma população de 40.308 habitantes, e conforme os dados do último censo, 2010 sua população passou a ter aproximadamente 108.089 habitantes, mostrando um crescimento de aproximadamente 4.500 pessoas por ano.

A cidade explora o turismo, sua principal atividade econômica. Em consequência, desenvolveram excelente infra-estrutura turística, com destaque para a rede hoteleira com 110 hotéis e quase 20 mil leitos, restaurantes de diversas categorias e diversidade gastronômica, nacional e internacional.

Outra atividade que está em crescimento no município é a construção civil sendo responsável pela segunda maior quantidade de emprego oferecido na cidade, perdendo apenas para o setor turístico. Entretanto a cidade não apresenta planejamento urbano adequado para suportar esse crescimento desenfreado.

Abaixo serão apresentados os dados (quadro 3, 4, 5 e 6) obtidos na experiência de aplicar o Modelo Metabólico em uma cidade de médio porte, como Balneário Camboriú, seguido pelas conclusões obtidas no mesmo.

#### 4 RESULTADOS

<b>APLICAÇÃO DO MODELO METABÓLICO</b>				
<b>Balneário Camboriú</b>	<b>1980</b>	<b>1991*</b>	<b>2000</b>	<b>2010</b>
População	21,854	40,308	73,455	102,081
Taxa de Crescimento Populacional	3,70	3,70	3,70	3,70
<b>ENTRADA DE RECURSOS</b>				
<b>TERRA</b>	<b>1980</b>	<b>1991*</b>	<b>2000</b>	<b>2010</b>
Densidade (hab/km <sup>2</sup> )	-	-		2,193,9
Grau de Urbanização (%)	-	-		
<b>ÁGUA</b>	<b>1980</b>	<b>1991*</b>	<b>2000</b>	<b>2010</b>
Unidades Atendidas - Total			55,418	67,6
Unidades Residenciais			49,341	59,,836
Unidades Comerciais	-		5,607	7,239
Unidades Industriais	-		269	432
Unidades de Utilidade Pública	-			
Unidades do Poder Público	-		201	166
<b>ALIMENTOS</b>	<b>1980</b>	<b>1991*</b>	<b>2000</b>	<b>2010</b>
Volume Comercializado (frutas, legumes e verduras)				
Volume Comercializado (rede social)				
Volume Comercializado Total				
<b>ENERGIA ELÉTRICA</b>	<b>1980</b>	<b>1991*</b>	<b>2000</b>	<b>2010</b>
Consumo Total			42,227	68,967
Residencial				
Setor Secundário				
Setor Comercial				
Rural				
Outras Classes				
Consumo Livre (Indústria)	-	-		

**QUADRO 3** - Dados estatísticos de Balneário Camboriú/SC - Referentes à Entrada de Recursos  
Fonte: A autora, 2011.

<b>DINÂMICA DO ASSENTAMENTO</b>				
<b>Balneário Camboriú</b>	<b>1980</b>	<b>1991*</b>	<b>2000</b>	<b>2010</b>
População	21,854	40,308	73,455	102,081
Taxa de Crescimento Pop.	3,70	3,70	3,70	3,70
<b>PRIORIDADES DE TRANSPORTE</b>	<b>1980</b>	<b>1991*</b>	<b>2000</b>	<b>2010</b>
Transporte Público - nº empresas	-	-	-	1
Transporte Público - nº linhas	-	-	-	13
Transporte Público - nº pagantes (dia útil)*	-	-	-	-
Passageiros Transportados	-	-	-	6000
Veículos - Frota (total)	-	-	-	-
Malha Viária (km)	-	-	-	-
Ciclovia - km	-	-	-	14,00
Rodoviário (mov. Passageiros)	-	-	-	-

**QUADRO 4** - Dados estatísticos de Balneário Camboriú/SC - Referente à Dinâmica do Assentamento

Fonte: A autora, 2011.

<b>HABITABILIDADE</b>				
<b>Balneário Camboriú</b>	<b>1980</b>	<b>1991*</b>	<b>2000</b>	<b>2010</b>
População	21,854	40,308	73,455	102,081
Taxa de Crescimento Pop.	3,70	3,70	3,70	3,70
<b>SAÚDE</b>	<b>1980</b>	<b>1990</b>	<b>2007</b>	<b>2010</b>
Estabelecimentos de Saúde - Total	-	-	-	383
Estabelecimentos de Saúde - Público	-	-	-	47
Estabelecimentos de Saúde - Particular	-	-	-	336
Leitos para Internação - Total	-	-	234	-
Leitos para Internação - Público	-	-	147	-
Leitos para Internação - Particular	-	-	87	-
<b>EDUCAÇÃO</b>	<b>1980</b>	<b>1990</b>	<b>2007</b>	<b>2010</b>
Matrículas (pré-escola)	-	-	1461	-
Matrículas (fundamental)	-	-	12,639	-
Matrículas (médio)	-	-	3,916	-
Matrículas (profissional)	-	-	444	-
<b>HABITAÇÃO</b>	<b>1980</b>	<b>1991</b>	<b>2000</b>	<b>2010</b>
Habitantes por Domicílio	-	-	-	-
Domicílios Total	-	-	23,993	-
Domicílios Particulares	-	-	14,695	-
Domicílios Coletivos	-	-	9,298	-
<b>EMPREGOS</b>	<b>1980</b>	<b>1991</b>	<b>2000</b>	<b>2010</b>
População Economicamente Ativa - PEA	-	-	-	-
População Ocupada - PO	-	-	-	-
População em Idade Ativa - PIA	-	-	-	-

<b>ATIVIDADES DE LAZER</b>	<b>1980</b>	<b>1991</b>	<b>2000</b>	<b>2010</b>
Equipamentos Públicos				
Bosques (m <sup>2</sup> )				
Total Áreas Lazer (m <sup>2</sup> )				
<b>SEGURANÇA</b>	<b>1980</b>	<b>1991</b>	<b>2000</b>	<b>2010</b>
Crimes contra pessoa	-			-
Crimes contra o patrimônio	-			-
Costumes	-			-
Tóxicos	-			-
Outros	-			-
Total	-			-
<b>CLIMA</b>	<b>1997</b>	<b>2001</b>	<b>2005</b>	<b>2010</b>
Média Temperatura	20,40	20,90	22,50	24,40
<b>COMUNIDADE - Equip. Municipais</b>	<b>1980</b>	<b>1991</b>	<b>2000</b>	<b>2010</b>
Ação Social				
Abastecimento				
Cultura				

**QUADRO 5** - Dados estatísticos de Balneário Camboriú/SC - Referentes à Habitabilidade

Fonte: A autora, 2011.

<b>SAÍDA DE RECURSOS</b>				
<b>Balneário Camboriú</b>	<b>1980</b>	<b>1991*</b>	<b>2000</b>	<b>2010</b>
População	21,854	40,308	73,455	102,081
Taxa de Crescimento Pop.	3,70	3,70	3,70	3,70
<b>RESÍDUOS SÓLIDOS</b>	<b>1980</b>	<b>1990</b>	<b>2000</b>	<b>2011</b>
Coletados pela Limpeza Pública - Total	-			4,130,778
Coleta Domiciliar Convencional	-			3,706,745
Coleta Domiciliar Seletiva	-			583,015
Coleta Domiciliar Total	-			
<b>ESGOTO</b>	<b>1980</b>	<b>1990</b>	<b>2005</b>	<b>2011</b>
Unidades Atendidas			46,518	57,406
Unidades Atendidas Residenciais			40,854	50,366
Unidades Atendidas Comerciais			5,375	6,670
Unidades Atendidas Industriais			210	288
Unidades Atendidas na Utilidade Pública				
Unidades Atendidas no Poder Público			79	82
<b>POLUIÇÃO DO AR</b>	<b>1980</b>	<b>1990</b>	<b>2000</b>	<b>2010</b>
<b>EMISSÃO DE GASES</b>	<b>1980</b>	<b>1990</b>	<b>2000</b>	<b>2010</b>

**QUADRO 6** - Dados estatísticos Balneário Camboriú/SC - Referentes à Saída de Recursos

Fonte: A autora, 2011.

## 5 CONCLUSÃO

A aplicação do modelo metabólico, como sugere Newman e Kenworthy (1999), no município de Balneário Camboriú não obteve resultados satisfatórios devido ao fato da dificuldade em conseguir os dados necessários para a análise do modelo.

Portanto, o que se pode concluir é que a cidade de Balneário Camboriú, sendo e muito nova (47 anos), possui dados insuficientes para a aplicação do modelo metabólico como método de auxílio ao planejamento urbano.

## REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri. **Sustentabilidade e desenvolvimento**. Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional. Rio de Janeiro: De Paulo Editora 1999.

BRUGMANN, J.; HERSH, R. **Cities as Ecosystems: Opportunities for Local Government**. Toronto: ICLEI, 1991.

NEWMAN, Peter; KENWORTHY, Jeffrey. **Sustainability and cities: Overcoming for Automobile Dependence**. Washintgon: Island Press 1999.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=420200#.Balneário Camboriú](http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=420200#.Balneário_Camboriú)>. Acesso em: 21 maio 2011.

COMISSÃO EUROPÉIA. **European Sustainable Cities**. 2 ed. Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Européias. Luxemburgo Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Européias, 1998.

## TRANSTORNO DE HUMOR: A DEPRESSÃO INFANTIL NO PROCESSO ESCOLAR

Ana Carolina Ramos<sup>1</sup>  
Camila Cristina Haas<sup>2</sup>  
Jéssica Daiane da Silva<sup>3</sup>  
Luiz Arthur Rangel Cyrino<sup>4</sup>

### RESUMO

O presente artigo apresenta um breve estudo sobre a Depressão Infantil (DI) em crianças e adolescentes na fase escolar. As constantes variações de humor, a melancolia, apatia, surtos agressivos, o afastamento das atividades sociais, as emoções descontroladas, muitas vezes confundidas com simples reações comportamentais, são possíveis sintomas deste transtorno de humor. Importa também conhecer a causa promovendo a vigilância constante uma vez que no dia-a-dia da criança a DI é reconhecida por desencadear desequilíbrios psicoemocionais que geram ineficácia no desempenho escolar, e causam sérios distúrbios comportamentais e cognitivos. Pais, professores, em primeira instância, ao detectarem os sinais desse transtorno, precisam buscar por auxílio imediato como ajuda dos médicos e psicólogos os quais buscarão por métodos e técnicas apropriadas para minimizar os efeitos da DI e tratar suas causas. Assim, tenta-se coibir um desgaste familiar desencadeado pelo estresse gerado pela presença da DI e sérias consequências na vida psicoafetiva e escolar da criança. Os pesquisadores elencados nesta revisão literária aprofundaram seus conhecimentos objetivando descobrir as causas, estudando as consequências para poder remediar a DI contribuindo para melhorar a qualidade de vida das crianças e dos adolescentes. Portanto, antes de a DI se tornar uma constante na vida da criança, há que se primar pela prevenção como melhor caminho para se combater esse transtorno já na raiz de suas causas evitando-se assim o sofrimento e o desequilíbrio psicoemocional infantil.

**PALAVRAS CHAVE:** Transtorno de humor. Depressão. Depressão infantil. Desempenho escolar.

### *HUMOUR DISTURBANCE: THE INFANT DEPRESSION IN THE SCHOLAR PROCESS*

### ABSTRACT

The present article presents a brief study about Childhood Depression in children and teenagers at school age. The constant mood variations, melancholy, apathy, sorrow as well as aggressiveness, social activity apartness, the uncontrolled emotions, many times mistaken by behavioral reactions, are possible symptoms of this mood disorder. It's also important to know the cause promoting a constant surveillance since that in the child's day-by-day the Childhood Depression is recognized by initiate psicoemocional unbalance that create ineffectiveness in the school development and cause serious behavioral and cognitive disorder. Parents and teachers in first instance, when noticing the signs of this disorder, should look for immediate help of doctors and psychologists and apply the most adequate treatment. That way, people can try to restrain a family friction due to the stress

---

1 Acadêmica do Curso de Psicologia da UNIVILLE. Email: anynhah\_nana@yahoo.com.br

2 Acadêmica do Curso de Psicologia da UNIVILLE. Email: camilynhah@hotmail.com

3 Acadêmicas do Curso de Psicologia da UNIVILLE. Email: jessicadaiane\_psico2@hotmail.com

4 Professor de Psicofarmacologia do Curso de Psicologia da Faculdade UNIVILLE. Graduado em Medicina pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) e Mestre em Neurociências pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Email: rangel7@uol.com.br

caused by this disorder as well as serious consequences in the child's psychoaffective and school life. The involved searches in this review have deepened their understanding trying to find out the causes and study the consequences so that they could remedy the CD, contributing to make the children's life better. Therefore, before the CD become a constant in the child's life, the people should ensure the prevention as the best way to fight this disorder at the root of its causes, avoiding in this manner, the child's suffering and unbalance.

**KEY WORDS:** Mood disorder. Depression. Childhood depression. School performance.

## 1 INTRODUÇÃO

A Depressão Infantil (DI) foi reconhecida como distúrbio clínico desde os anos 70 quando foi definida como um sintoma de difícil diagnóstico por confundir-se com outros sintomas comportamentais da criança. Alguns estudos a partir dos anos 80, o diagnóstico da depressão infantil foi diferenciado da adulta e a classificaram como entidade sindrômica, reconhecendo o seu surgimento para antes dos seis anos, a idade pré-escolar, declarando como síndrome própria da infância e por apresentar características específicas a essa idade.

Segundo Nedley (2009, p. 17) alguns dos sintomas da depressão apresentados pelos adultos são também característicos nos casos de DI, como:

tristeza profunda, agitação ou perturbação, distúrbio do sono, distúrbios de peso e apetite, falta de concentração, sentimento de culpa excessiva ou indignidade, pensamentos mórbidos e fadigas.

Os modelos que servem de parâmetro para um possível diagnóstico e provável tratamento estão baseados em alguns modelos de depressão, como o modelo biológico, que pesquisa a depressão enquanto doença e reforça a importância dos fatores bioquímicos e genéticos como origem dos sintomas; o modelo comportamental que enfatiza a importância da aprendizagem e das intermediações com o meio e com o ambiente; para o modelo cognitivo é extremamente importante às cognições no surgimento e manutenção de procedimentos disfuncionais; e, por fim, o modelo psicanalítico que chama a atenção para os processos intrapsíquicos na evolução depressiva, contudo com apenas um destes modelos já seria suficiente para explicar o fenômeno e a complexidade da

depressão (CRUVINEL; BORUCHOVITCH, 2003).

Em se tratando de crianças, a DI é considerada basicamente como um transtorno do humor com sérios riscos que podem comprometer seu crescimento, atrapalhando o desenvolvimento psicossocial.

Para os autores Sukiennik e Salle (2002), particularmente nos casos infantis, a depressão muitas vezes é vista como uma característica normal própria do amadurecimento psicológico, portanto esta é uma questão bastante crítica para se estabelecer os limites do transtorno depressivo.

A relação entre DI e desempenho escolar tem chamado à atenção de muitos pesquisadores uma vez que se tem comprovada a interferência dos distúrbios depressivos principalmente na fase das séries iniciais atrelados as incidências de desequilíbrios emocionais causados pelas dificuldades desencadeadas na aprendizagem ou por problemas comportamentais.

As crianças tendem a apresentar com frequência sentimentos de tristeza profundos e acentuadas oscilações de humor, mas um dos sérios problemas é que elas têm muita dificuldade em descrever o que sentem (HARRINGTON, 2002, apud MAJ; SARTORIUS, 2005). Somente na adolescência é que esses distúrbios são descritos com maior precisão.

Uma das situações emocionais evidenciadas em excesso no decorrer do período depressivo na escolar é o choro. Esta é uma das primeiras emoções desenvolvida pela criança logo nos primeiros dias de vida, mas seu significado ganha diferentes conotações conforme avança seu amadurecimento.

Conforme ilustra Cytryn e Mcknew (1996 apud AVANCI, 2008, p. 26):

Aflição ('distress') e excitação são as duas emoções primárias, presentes desde o nascimento; e o choro a primeira expressão da criança, produzindo uma resposta positiva na forma de cuidado materno. A aquisição das emoções se dá, primeiramente, através da identificação facial. Com a maturação do sistema nervoso central e as experiências de vida, todas as outras emoções vão se desenvolvendo a partir dessas duas primárias.

Já na idade escolar, quase sempre os meios de defesa ou de descontentamento da criança são também através do choro constante, do isolamento, da tristeza contínua, ou ainda a agressividade sem justificativa. Esses e outros estressores psicoemocionais podem desencadear disfunções biológicas próprias da depressão, tanto que esses episódios negativos de interação quando iniciados tendem a agravar o quadro clínico da criança.

Para Gonçalves *et. al.* (2009, p. 103):

Soma-se a essa sintomatologia a diminuição da atenção e concentração que, juntamente com o humor disfórico (tristeza, falta de esperança, irritabilidade e perda de interesse por todas as atividades), levam a desadaptação escolar, interferindo diretamente no rendimento o aluno através do prejuízo do desenvolvimento da cognição e da metacognição.

Depois do diagnóstico estabelecido, causas reconhecidas convêm atentar para o tratamento, as técnicas a serem utilizadas a fim de minimizar o processo doloroso da DI na criança e para a família.

Ficou claro nas pesquisas que a depressão na infância apresenta características bem definidas e diferenciadas da sintomatologia adulta. Portanto, há diferentes medidas para se avaliar as evidências epidemiológicas que vão desde questionários, entrevistas médicas validadas por normas internacionais até exames laboratoriais que vão avaliar a criança para que ela tenha um diagnóstico focado, claro e objetivo a fim de melhorar seu quadro clínico.

Relevante, também efetuar uma

investigação de qualidade para saber da saúde dos antecedentes da família, dos pais, se já eles foram acometidos por estes tipos de sintomas anteriormente, uma vez que os fatores genéticos são muito importantes para se identificar a origem da DI.

Portanto, convém levantar uma bibliografia especializada para que na ótica de vários autores possam-se esclarecer os temas relacionados com os transtornos depressivos em crianças, chamando a atenção para as causas depressivas psicossociais acometidas pelas crianças em idade escolar. Bem como discutir sobre a sintomatologia da DI presente também na vida escolar, causadora da desadaptação e desencadeando inúmeras dificuldades no decorrer da aprendizagem. Enfim, que possa servir de ponto de partida para futuras releituras e também de apoio aos profissionais habilitados aos tratamentos dessas deficiências.

## 2 A PROBLEMÁTICA DA DEPRESSÃO INFANTIL E SUA INFLUÊNCIA NA APRENDIZAGEM ESCOLAR

Desde o século XVIII, estudiosos vem descrevendo a DI, suas causas e consequências, mas somente a partir dos anos 70 é que estudos avançaram e essa consciência científica tornou-se popular nos meios acadêmicos.

Para um adulto receber o diagnóstico de uma doença com causa mental é um problema com grande carga emocional, porém esse diagnóstico surgir já na infância ou na adolescência, desestrutura a família e causa constrangimentos na criança.

Um indivíduo ao ser infectado por uma doença sofre imensamente com as alterações e desorganizações orgânicas desencadeadas pela enfermidade como também seu jeito de viver e acaba por interferir nas suas relações socioculturais. Assim, as crianças constroem representações que ajudam a organizar o sentido e orientam seus comportamentos ao irem convivendo no dia-a-dia com a doença (COUTINHO, 2005).

Nos últimos tempos, as pesquisas têm

abordado com maior frequência o tema dos transtornos de humor e depressão na infância e na adolescência. Contudo, nas observações do comportamento diário, essas reações talvez sejam fruto do excesso de carinho ou parte dos trejeitos da criança. Não haveria por certo algum exagero por parte dos médicos, ou psicólogos, ou professores quando das observâncias das atitudes comportamentais dessa criança, ou adolescente? É perante esta colocação que se desenvolve um rol de questionamentos sobre a presença do sintoma depressivo; mais ainda quando o assunto passa para as linhas do tratamento a fim de organizar, tratar, melhorar a qualidade de vida, aparecem às contradições geradas pelo medo e dúvida, desencadeando a aflição na criança e na família.

Em suas pesquisas Grillo e Silva (2004), apontam, ainda, as persistentes variações de humor depressivo, ocorrendo muitas vezes no mesmo dia, por isso seus hábitos, cuidados com a maneira de se trajar fica descontrolada e assumem uma aparência desleixada. Essas crianças vão apresentando sério desinteresse e pouco prazer ao executar tarefas, tornam-se insones ou desenvolvem uma sonolência excessiva, vivem fatigados e também procuram se isolar da família e se afastam dos amigos.

Muitos são os fatores que se relacionam ao estado depressivo infantil, sendo a família é um desses quesitos a ser acompanhada para se observar a convivência diária, a qualidade da afetividade dispensada à criança e as implicações hereditárias.

Os sintomas apresentados com frequência pelas crianças e adolescentes quanto à depressão e que são muito peculiares como, anorexia, irritabilidade, medos sem procedência, fadiga constante, psicomotricidade lenta, baixa capacidade de memória, insônia, desalento que levam a atentados suicidas. Nessa sintomatologia pode haver ou não a incidência de tristeza (BALLONE, 2003).

Registram Fonseca, Ferreira e Fonseca (2005, p. 230) que “a perturbação mais frequente na sintomatologia depressiva é uma imagem

negativa de si mesmo – as crianças se descrevem como tolas e frágeis”.

Segundo Miller (2003, p. 93),

uma criança deprimida pode apresentar um conjunto de sintomas que se manifestam através do pensamento, da emoção, comportamento ou problemas psicológicos.

Essas crianças quando depressivas podem desenvolver quatro classes de dificuldades e estas estão vinculadas a forma de pensar, situações emocionais, hábitos relacionados ao comportamento, ações e reações psicológicas. As dificuldades na forma de pensar podem resultar na fraca capacidade de concentração, tornarem-se indecisas, sentirem-se inúteis, desencadearem a morbidez e aparentam carregar uma culpa sem precedentes (MILLER, 2003).

Uma situação bem presente na depressão em crianças é a baixa apreensão dos conteúdos na aprendizagem que lhe causa irreparável prejuízo, uma vez que tende a desencadear grande desmotivação levando ao retraimento nas atividades socioculturais promovidas na unidade escolar.

Os problemas relacionados com a aprendizagem têm sido abordados por alguns estudiosos como a somatização de algumas situações negativas advindas dos transtornos depressivos e segundo Maj e Sartorius (2005, p. 193),

crianças deprimidas com frequência têm múltiplos problemas, como fracasso escolar, funcionamento psicossocial comprometido e transtornos psiquiátricos comórbidos.

Ao se detalhar as deficiências causadas pelos transtornos depressivos das crianças no desenvolvimento do aprendizado, convém esclarecer que a aprendizagem produz uma mudança no comportamento que provém dessas experiências e que resultam da interação de situações individuais e ambientais. A depressão é um dos fatores que podem gerar essas dificuldades exercendo uma influência negativa, prejudicando o desenvolvimento escolar.

Argumentam Santos e Graminha (2006) que a frustração é desencadeada pelo surgimento dos problemas pedagógicos durante a aprendizagem e que naturalmente gera desequilíbrio emocional na criança.

O desempenho escolar, quando positivo desencadeia diferentes consequências para a criança, por exemplo, quando ela desempenha bem seus afazeres escolares sua autoestima é elevada desencadeando um sentimento positivo de valor pessoal; contudo, se pais, professores ou outro adulto do rol próximo da convivência, exercerem pressão exigindo que atue com perfeição, o resultado dessa exigência tende a contribuir para a formação da vulnerabilidade da criança, criando uma instabilidade emocional depressiva.

Elucidam Lipp *et. al.* (2002) que a atitude dos educadores podem desencadear esses sentimentos, como por exemplo, demonstrar impaciência, advertir em voz mais alta que o normal, não instruir de forma clara e objetiva, passar tarefas além do necessário, não demonstrar satisfação com o trabalho do aluno e gerar situações de disputa na sala de aula.

As crianças que enfrentam situações difíceis ao desenvolver suas atividades na escola como, por ocasião das provas, situações de competição seja física ou sociocultural, conflitos com os colegas ou desentendimentos com professores, podem criar situações fóbicas, as reclamações de desconfortos físicos, psicológicos e também as seguidas crises depressivas. Em um estudo, Marturano e Gardinal (2008, p. 89) confirmam que:

As crianças com maior dificuldade relacionada ao desempenho relatam, além das situações específicas do domínio acadêmico, estressores interpessoais como ser agredido, ser provocado, ser excluído das brincadeiras e levar bronca do professor. As crianças com mais problemas de comportamento em relação aos companheiros relatam experiências generalizadas de estresse, incluindo, no domínio das demandas não acadêmicas, dificuldades no relacionamento com o professor.

Os adultos, pais, família, professores,

cuidadores, precisam estar constantemente em estado de observação, prestando atenção aos hábitos e atitudes praticados pela criança em suas atividades diárias, procurando identificar a presença de algum dos sintomas depressivos.

Registra Cruvinel e Boruchovitch (2003, p. 14) que:

A falta de informações de pais e professores sobre a depressão infantil pode contribuir para aumentar as dificuldades dos alunos e causar inúmeras sequelas emocionais no futuro. É evidente que família e educadores não estão preparados para fazer um diagnóstico na criança. Cabe ressaltar que nem é esse o papel dos mesmos. No entanto, um olhar mais atento a essas crianças permite que sejam reconhecidas mais cedo e encaminhadas para um diagnóstico mais cuidadoso associado à intervenção necessária.

Os problemas familiares e a convivência conturbada são fatores que também podem levar à DI. Algumas famílias enfrentam problemas de reestruturação, sofridos quase sempre pela privação psicossocial, sendo este, um dos elementos que facilitam o surgimento de outras patologias, e de acordo com Cruvinel e Boruchovitch (2003) algumas áreas da cognição da criança podem ser afetadas como a memória e o desenvolvimento do raciocínio, funções estas que debilitam a competência escolar. Quando os campos da memória e do raciocínio são afetados a criança deixa de produzir com competência, e começa a se sentir menosprezada, inibindo sua autoeficiência.

Considerando que a escola é um ambiente primeiramente reservado a desenvolver as potencialidades da criança, alargar suas interações sociais, aprimorar o conhecimento empírico e científico, favorecer o crescimento intelectual e moral entre outros. Contudo, a pressão exercida sobre o aprendiz para que ele se enquadre as normas e que responda aos anseios da sociedade escolar fazem com que ele passe sofrimento contínuo buscando por se ajustar e assim poder alcançar o sucesso.

Ainda corroboram Cruvinel e Boruchovitch (2003, p. 10) que as “crianças que apresentam crenças negativas sobre sua capacidade para

aprendizagem e baixa autoeficácia manifestam mais problemas escolares”.

Todas as pressões, sejam de ordem psicológica ou social, provocam na criança um forte senso de dever que conseqüentemente recai sobre as exigências excessivas sobre seu comportamento, seu progresso. Estas situações criam um rompimento no sucesso imediato, nas capacidades de conseguir por si só resolver seus problemas, essas negativas tornam-se frustrações desencadeando o estresse.

Para Lafer *et. al.* (2000, p. 40)

a falta de interesse ou de motivação depende da intensidade da depressão, e defendem que a queda no rendimento escolar pode refletir essa diminuição da motivação assim como da atenção e a hipersensibilidade.

A escola é uma arena para muitos propósitos, onde nem sempre as particularidades de cada criança são reconhecidas, são respeitadas. Na maioria das vezes, somente depois de um tempo significativo para a criança, é que professores ou cuidadores se apercebem de que aquele pequenino está apresentando problemas de ordem psicoemocional.

Relata Castro Neto (2002), que a sintomatologia dos transtornos depressivos nas crianças é notada e com frequência, como comportamentos razoavelmente “normais”. Convém ressaltar que quando a criança se recusa a ir para escola, essa atitude pode representar um dos sintomas depressivo gerado pelo estresse, e não é percebido pelos professores tão pouco pelos pais. Contudo, outros detalhes se somam a este como a escassa produção escolar, mas, há casos em que a criança obtém ótimos resultados na escola e, ainda assim, desenvolve um quadro depressivo.

Os períodos de insatisfação com a escola e nos meios familiares se agravam pelos lapsos de comportamento e uma súbita situação de autodefesa desencadeia a agressão e tende a cometer infrações que são fortemente repreendidas no ambiente escolar ou ao exigido pela família para o bom convívio,

para que se mantenha a ordem. Surgem então os questionamentos, os encaminhamentos buscando conhecer os motivos desse desequilíbrio, a princípio, comportamental.

A escola é o lugar onde as interações socioculturais acontecem e onde todo o processo de crescimento da criança se destaca, chamando a atenção para os momentos de aprendizagem, ressaltando potencial da vida em sociedade, que vão norteando o amadurecimento infantil.

A violência acontecida nos meios escolares é um fator importante que causa um sério desequilíbrio e favorece a introspecção das crianças, causando medo, podendo desencadear a fobia pelo ambiente escolar, aumentando as sensações de desconforto e estresse.

Segundo Avanti, Assis e Pesce (2008, p. 61):

Tradicionalmente, a escola deveria ser o local de defesa da criança e do adolescente, de reflexões sobre as relações entre pais e filhos, e de questões que afligem a sociedade. No entanto, tem se tornado palco de diferentes formas de violência contra essa população. A violência na escola não se limita apenas às condições do próprio sistema educacional brasileiro, mas também a atos violentos aprendidos nos lares e nas comunidades e reproduzidos na escola. Roubos, tapas, beliscões, empurrões, ameaças e calúnias entre os alunos são comuns, também presentes nas relações entre professores e alunos.

Os episódios violentos ocorridos no perímetro escolar criam sérias dificuldades para a criança, desfazendo a sua credulidade na instituição, naturalmente conhecida como espaço de proteção.

De acordo com Assis *et. al.* (2007), profissionais que trabalham com crianças devem estar atentos aos episódios violentos acontecidos na escola e na comunidade porque estes podem estimular o surgimento de sintomas depressivos nos alunos. É importante quando o profissional deposita bastante atenção no que as crianças falam, sentem e pensam. Quando necessário, o profissional em parceria com a família, deve encaminhar a criança para um local especializado e protetor. Pensar em interações com o Programa Saúde da Família ou com Serviços de Saúde

Escolar são fontes de ajuda para apoiar as crianças e famílias com quadro de relevante gravidade.

Um diagnóstico precoce da depressão é a melhor maneira de prevenção para este mal. Os pais precisam e devem observar o comportamento de forma mais apurada de seus filhos, seja dentro de casa ou em situações socioculturais a fim de monitorar mudanças significativas de comportamento, nas atitudes das crianças ou adolescentes evitando assim que o fato passe despercebido e se possível buscar por aconselhamento e um possível tratamento a tempo de evitar que se instaure um quadro de depressão com outros agravantes psicoemocionais e cognitivos.

Todo o desenvolvimento escolar da criança é de suma importância para qualquer procedimento terapêutico a fim de detectar os indícios depressivos, também quando há a necessidade de formar o diagnóstico, pois uma vez que a DI se manifesta em uma criança, os primeiros sinais são relacionados no dia-a-dia escolar, principalmente na execução das tarefas, é onde se começa a observar a fraca capacidade para desenvolver suas atividades.

Orientar individualmente a criança necessita ser um processo contínuo, obedecendo a um planejamento com parceria entre psicólogos, psicopedagogos, o educador, tanto quanto com a própria criança necessitada de amparo, pois que precisa desse apoio a fim de resolver seus problemas. Assim, o professor inicia um forte relacionamento com a criança e também com os pais (JEFFREY, 2003).

Convém alertar que a criança não tem conhecimento da sua condição depressiva. Para tanto é preciso um atendimento especializado com médicos especialistas na área da saúde mental, conjuntamente com os psicólogos e responsáveis pela parte pedagógica escolar, munidos de testes apropriados a cada nível etário e perfil psicossomático, só assim terão melhores condições de avaliar a extensão do problema e indicar outros recursos se necessário, como as terapias apropriadas e o acompanhamento para todos os membros da família a fim de

que colaborem para minimizar o problema que atinge a todos.

Dependendo da idade, causas e gravidade da situação, uma das técnicas a serem aplicadas às crianças serão os desenhos. Partindo do desenho da família de Louÿs Corman, que na verdade é um desenho que a criança faz de uma família imaginária, mas que acaba sendo a própria família, os profissionais através deste tendem a descobrir muitos detalhes, informações sobre a criança, a família e o funcionamento do sistema familiar, que certamente permitirão a elaboração de diagnósticos e traçar maneiras objetivas e eficazes de intervenção (BARBOSA; BARBOSA, 2012).

Há outros procedimentos como os testes CAT, para crianças menores, ou o TAT para crianças maiores de 10 anos. Cada um destes testes possui dez lâminas, contendo histórias elaboradas pelas crianças ou adolescentes. As histórias têm grande valor, uma vez que revelam os sintomas da depressão, quando este estiver presente e que passa despercebido por outros profissionais. Após a execução destes testes, iniciam-se os trabalhos ludoterapêuticos para as crianças com menos idade e para os adolescentes a terapia cognitivo-comportamental (BARBOSA; BARBOSA, 2012).

A mudança do quadro clínico através das idades é decorrente do princípio genético do desenvolvimento da personalidade, dos mecanismos psicodinâmicos e das reações psicológicas diferenciadas, que o evento traumático real ou imaginário envolve (BARBOSA; BARBOSA, 2012).

Apesar da discussão diagnóstica e conceitual, os direcionamentos focados na depressão, reconhecidos em registros oficiais, constam do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais, ou seja, *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders – DSM-IV-TR*. (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2000 apud AVANCI, 2008).

Assim, os sinais e sintomas da depressão estão organizados de acordo com a idade,

contudo não há qualquer alteração quando o paciente é a criança.

Rodrigues (2009, p. 23) enfatiza que para o caso de um

diagnóstico de depressão o tratamento envolve psicoterapia e de acordo com a gravidade dos sintomas e o nível de prejuízo no funcionamento, também farmacoterapia.

Para o tratamento da depressão, a Terapia Cognitivo-Comportamental (TCC) pode ser especialmente eficaz. As crianças que estão deprimidas, muitas vezes, têm uma visão muito negativa de si mesmas e das experiências vividas. Com a ajuda da TCC, tendem a aprender a desenvolver uma perspectiva mais saudável, mais positiva, que pode ajudar na avaliação da sintomatologia depressiva e nas interações com outros pacientes dialogam sobre suas necessidades e seus receios, aprendendo a lidar com situações de melancolia e sofrimento, ou seja, abolindo a negatividade própria da depressão.

Afirma, Assis (2007, p.72) que

a terapia cognitivo-comportamental (TCC) é uma abordagem psicoterápica, estruturada, direcionada a resolver problemas atuais, modificando pensamentos e comportamentos disfuncionais.

Propõe que a avaliação realista, com modificação de crenças disfuncionais, produz melhoras emocionais e comportamentais.

Portanto, o transtorno depressivo desestabiliza a saúde da criança, alterando seu comportamento, também a parte cognitiva, afetiva e social, desorganizando o desenvolvimento psicológico. Mesmo que se encontrem algumas evidências desse transtorno em crianças, algumas explorações científicas vêm alertando para a necessidade eminente de novos estudos de forma mais aprofundada sobre a depressão, prevendo reforçar a necessidade da descoberta precoce, seja por parte dos familiares, no reduto escolar ou por seus integrantes, definindo como prioridade o encaminhamento da criança para que receba o tratamento imediato, evitando que consequências mais graves venham a aumentar o desgaste sofrido

com o aparecimento do transtorno depressivo e suas comorbidades.

### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Realizar um diagnóstico de depressão é tarefa minuciosa e delicada quando em adultos e de atenção redobrada quando se tratar de crianças, uma vez que os sintomas tendem a ser confundidos com manias infantis, mau humor, tristeza e agressividade constante. As diferenças são percebidas pela intensidade e constância desses desequilíbrios que acabam por provocar uma mudança nos hábitos e atividades exercidas pela criança.

Apesar de inúmeras pesquisas apontarem as causas da DI, Coutinho *et. al.* (2003) registra que a depressão pode estar relacionada com fatores psíquicos, orgânicos sociais, econômicos, religiosos e ainda hereditários. A incidência epidemiológica depressiva na sociedade pós-moderna vem desencadeando preocupação, sofrimento, interferindo de modo significativo na qualidade de vida, na capacidade produtiva e gerando o isolamento social do indivíduo, abarcando de crianças a idosos.

Nas crianças em idade escolar a DI geralmente causa consequências relevantes no desempenho das atividades escolares e é preciso de metodologias diversificadas a fim de promover no indivíduo a aprendizagem.

No âmbito escolar é que geralmente se tornam visíveis algumas manifestações da DI, uma vez que o professor, durante seus procedimentos pedagógicos, tende a detectar com mais precisão esses desequilíbrios psicoemocionais e cognitivos. A família, pais ou responsáveis pelo cuidado da criança não se dão conta dessas perturbações emocionais que normalmente se desencadeiam na convivência escolar.

O fato de pais e, muitas vezes, também os professores desconhecerem os sintomas da DI contribui para o aumento das dificuldades das crianças em superar seus problemas o que

pode acarretar muitas sequelas emocionais, porém há que se considerar que os mesmos não estão gabaritados a fazer qualquer diagnóstico sobre esse distúrbio na criança, mas basta prestar maior atenção aos hábitos do dia-a-dia que logo se nota uma evidência depressiva e, portanto, fazer o encaminhamento imediato para um diagnóstico mais preciso associado ao acompanhamento psicológico apropriado.

Alguns sintomas comuns são facilmente percebidos na fase escolar como, por exemplo, a fadiga, a fraca capacidade de concentração, os lapsos de memória, entre outras, são complicações da DI que vem a causar sérias disfunções desequilibrando o fluxo de aprendizagem escolar da criança.

O sentimento de solidão constante, a tristeza e a falta de concentração na escola ou em atividades cotidianas, tende a contribuir para o surgimento da depressão na infância ou adolescência, atrapalhando as inter-relações pessoais e rendimento escolar. Ocorrem também dificuldades de concentração, desmotivação para executar tarefas, agressividade constante e pouca assiduidade. (BALLONE; MOURA, 2008).

Convém lembrar que a criança não tem o entendimento suficiente para dizer que está deprimida, aborrecida. É preciso que esta depressão seja intimamente observada através de testes apropriados e também de todo material pedagógico produzido por ela. Será necessário realizar uma avaliação psicológica minuciosa e bem embasada para confirmar o diagnóstico da doença.

Os profissionais como médicos, psicólogos, psicoterapeutas, precisam acompanhar e conhecer a vida e a família da criança para levantar as possíveis causas da DI promovendo uma ação terapêutica adequada. Em alguns casos é ideal que os pais e familiares participem das ações promovidas pelos profissionais da saúde mental através da terapia familiar.

Para promover uma intervenção com eficácia é preciso que se tenha conhecimento do todo que envolve a criança, suas amizades,

seus brinquedos, suas predileções, desejos, como acontecem as fantasias no imaginário da criança, como lida com as críticas, como exterioriza suas opiniões, enfim inteirar-se do dia-a-dia infantil. Para esse intento, é preciso que todos que se ocupam com o dia-a-dia da criança estejam engajados a auxiliar com qualidade e responsabilidade no tratamento dos sintomas da DI.

A base do tratamento da depressão está nos procedimentos psicoterápicos que proporcionam excelente resultado nos casos mais leves e quando mais graves serão consorciados com medicamentos. Uma profilaxia importante é estimular a criança a participar de brincadeiras, estimular atividades esportivas e que propiciem a uma recreação sadia para que possa voltar ao cotidiano normal junto com as outras crianças.

Enfim, o que todas as pesquisas apontam como objetivo maior é que se possa vencer, antes de tudo, a barreira da ignorância, do desconhecimento a respeito da sintomatologia da DI por parte da família, cuidadores, professores e todo o reduto escolar, porque muitos são os autores que buscam salientar que a prevenção é o maior e melhor meio de combater as consequências desse distúrbio antes que cause problemas irreversíveis para o desenvolvimento psicoemocional e social da criança.

Que as pesquisas não cessem sobre este tema ainda tão carente de embasamento empírico, uma vez que é se observando, medindo e conversando que se possibilita a busca por soluções para se enfrentar os efeitos da DI e, por consequência, formar registros precisos e acirrar novas discussões a fim de promover a cura com a descoberta da doença e terapia precoces.

Pois que no universo infantil: Cada caso é também um caso e na lógica da ciência cada caso é um caminho permeado de conhecimento científico auxiliando a novos diagnósticos e permitindo tratamentos e intervenções apropriadas que podem melhorar a qualidade de vida das crianças e adolescentes acometidos pela DI e, ainda, estimular novas pesquisas.

## REFERÊNCIAS

- AVANCI, J. Q. **Trajetória de risco na infância e adolescência**: A convivência com a violência como gatilho para a depressão. Tese apresentada para a obtenção do título de Doutor em Saúde da Criança e da Mulher. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2008.
- AVANCI, J. Q.; ASSIS, S. G.; PESCE, R. .P. **Depressão em crianças**: uma reflexão sobre crescer em meio à violência. Rio de Janeiro: Fiocruz/Ensp/Claves/Cnpq, 2008.
- ASSIS, S. G. *et. al.* **Ansiedade em crianças**: Um olhar sobre os transtornos de ansiedade e violência na infância. Rio de Janeiro: FIOCRUZ / ENSP / CLAVES / CNPq, 2007
- BARBOSA, G. A.; BARBOSA, A. A. G. **Depressão infantil**. Disponível em <[http://emedix.uol.com.br/doe/psi013\\_1h\\_depreinfantil.php](http://emedix.uol.com.br/doe/psi013_1h_depreinfantil.php). Acesso em: 20/05/2012>.
- BALLONE, G. J. **Depressão infantil**. In: PSIQWEB. Disponível em: <[www.psiqweb.med.br/infantil/depinfantil.html](http://www.psiqweb.med.br/infantil/depinfantil.html) revisto em 2003>. Acesso em: 20.05.2012.
- BALLONE, G. J; MOURA, E. C. **Problemas emocionais na escola - Parte 1**. In: PSIQWEB. Disponível em: <[www.psiqweb.med.br](http://www.psiqweb.med.br), revisto em 2008>. Acesso 02.06.2012.
- CASTRO NETO, A. **Crianças que sofrem caladas**. Disponível em: <[http://www.brasil-rotario.com.br/revista/materiais/rev\\_946/e946\\_p20.html](http://www.brasil-rotario.com.br/revista/materiais/rev_946/e946_p20.html), 2002>. Acesso em: 02.06.2012.
- COUTINHO, M. P. L. **Depressão infantil e representação social**. João Pessoa: Ed. Universitária UFPB, 2005.
- CRUVINEL, M.; BORUCHOVITCH, E. **Depressão Infantil: uma contribuição para a prática Educacional. Psicologia Escolar e Educacional**. Campinas, v. 7, n. 1, Jun. 2003.
- \_\_\_\_\_. **Depressão infantil, rendimento escolar e estratégias de aprendizagem em alunos do ensino fundamental**. Dissertação de Mestrado - Unicamp, 2003.
- FONSECA, M. H. G.; FERREIRA, R. A.; FONSECA, S. G. Prevalência de sintomas depressivos em escolares. **Pediatria**, São Paulo, v. 27, n. 4, p. 223-232, 2005.
- GONÇALVES, A. L. *et. al.* Manifestações Escolares na Depressão Infantil: Ação do humor disfórico na desadaptação escolar e nas dificuldades de aprendizagem. **Neurobiologia**, LOCAL, 72 (2), abr./jun., 2009.
- GRILLO, E.; SILVA, R. J. M. Manifestações precoces dos transtornos do comportamento na criança e no adolescente. **Jornal de Pediatria**, Porto Alegre, v. 80, n. 2, p. S21-S27, 2004. Disponível <<http://www.scielo.br/pdf/jped/v80n2Sa04.pdf>>. Acesso em: 02.06.2012
- HARRINGTON, R. Transtornos Depressivos em Crianças e Adolescentes: uma revisão. In: MAJ, M; SARTORIUS, N. **Transtornos Depressivos**. Porto Alegre: Artmed, 2005. p. 191-248.
- JEFFREY, A. M. **Depressão infantil**. São Paulo: M. Book do Brasil, 2003.
- LAFER, B. *et. al.* **Depressão no ciclo da vida**. Porto alegre: Artes Médicas Sul, 2000.
- LIPP, M. E. N. *et. al.* O estresse em escolares. **Psicologia escolar e educacional**. Campinas, v.6, n.1, p. 51-56, jan./jun. 2002.
- MAJ, M.; SARTORIUS, N. **Transtornos depressivos**. Porto Alegre: Artmed, 2005.
- MARTURANO, E. M; GARDINAL, E. C. Um estudo prospectivo sobre o estresse cotidiano na 1ª série. **Aletheia**, 27(1), p. 81-97, jan./jun. 2008.
- MILLER, J. A. **O Livro de referência para a depressão infantil**. São Paulo: M Books do Brasil, 2003.
- NEDLEY, N. **Como sair da depressão**: prevenção tratamento e cura. Tatuí: Ed. Casa Publicadora Brasileira, 2009.

RODRIGUES. A. Depressão e Infância. **Pátio:** Revista Pedagógica. Porto Alegre, v. 12, n. 48, p. 22 a 24, jan. 2009.

SANTOS, P. L. GRAMINHA, S. S. V. Problemas emocionais e comportamentais associados ao baixo rendimento acadêmico. **Psicologia em Estudo**, 11(1), p. 101-109, 2006.

SUKIENNIK, E. S.; SALLE, E. Depressão. In: COSTA, M. C. O.; SOUZA, R. P. (orgs). **Adolescência**. Porto Alegre: Artmed, 2002. p. 340-349.

---

---

**ANTROPOLOGIA E EDUCAÇÃO: VINCULAÇÕES NECESSÁRIAS**Cesar Augusto Jungblut<sup>1</sup>**RESUMO**

A antropologia tem cada vez mais se aproximado da área da Educação e da Pedagogia, com uma relação direta. Essas áreas juntas ajudam sobremaneira a pensar e até em certo sentido resolver muitos dilemas e dificuldades que os processos educacionais vem passando nos últimos tempos. Por isso, o diálogo entre a antropologia e a educação deve ir além do uso de uma como palco de pesquisa e da outra como contribuição metodológica. Um dos métodos mais utilizados pela antropologia é a etnografia, método que os antropólogos usam com a finalidade de descrever os fenômenos sociais, tais como costumes, tradições, rituais, atitudes de um determinado grupo humano. A etnografia, tomada a partir da antropologia, é amplamente utilizada pela educação, despertando o interesse de estudo sobre tal convergência metodológica, objeto deste artigo.

**PALAVRAS CHAVE:** Antropologia. Educação. Etnografia educacional.

***ANTHROPOLOGY AND EDUCATION: LINKAGES AS REQUIRED*****ABSTRACT**

The anthropology has increasingly approached the area of Education and Pedagogy, with a direct relationship. These areas together help greatly to think in a sense and even solve many difficulties and dilemmas that educational processes has been going lately. Therefore, the dialogue between anthropology and education should go beyond the use of a stage as research and methodological contribution as another. One of the methods used by anthropology is ethnography, a method that anthropologists use in order to describe social phenomena, such as customs, traditions, rituals, attitudes of a particular human group. Ethnography, taken from anthropology, is widely used for education, piquing the interest of such a study on methodological convergence, the subject of this article.

**KEY WORDS:** Anthropology. Education. Educational Ethnography.

---

<sup>1</sup> Professor da Pós-graduação da Faculdade AVANTIS. Mestre em História. Especialista em EAD. Licenciado e Bacharel em História. Email: cesarjungblut@terra.com.br

## 1 INTRODUÇÃO

Uma das “Ciências Sociais” mais em voga na atualidade, a antropologia tem se aproximado da área da Educação e Pedagogia, em uma relação direta. Essas áreas juntas ajudam sobremaneira a pensar e até em certo sentido resolver muitos dilemas e dificuldades que os processos educacionais vêm passando nos últimos tempos.

A antropologia é a “ciência” que se formou a partir de diversas raízes, áreas e teorias, estruturadas numa história de ideias que a levaram ao que é na atualidade. A diversidade de pensadores que forneceram os elementos necessários à construção da antropologia como ciência são inúmeros e alguns deles serão abordados nesse artigo. Das inúmeras ciências e áreas de conhecimento que surgiram da Revolução Científica do século XIX, a antropologia foi uma das mais tardias. A motivação inicial e o ambiente para que ela se tornasse uma ciência, transcorreu do impacto do pensamento europeu ocidental em contato com outras culturas ainda no século XIX.

No presente artigo a finalidade central será conhecer um pouco do conceito dessa intrigante área de conhecimento, ver a aproximação e relação da antropologia com a educação, bem como conhecer um pouco seu método de pesquisa, principalmente o etnográfico.

## 2 AS CARACTERÍSTICAS BÁSICAS DA ANTROPOLOGIA

Etimologicamente, a palavra antropologia decorre da ligação de vocábulos gregos *anthropos* (o homem) e *logia* (o estudo), o que constitui o estudo do homem. De forma resumida pode-se dizer que Antropologia é o estudo do homem e também da humanidade no seu conjunto, abrangendo desde suas grandezas biológicas, sociais e principalmente culturais. Incluindo sua origem, aglomerações e relações sociais, comportamentos, desenvolvimento cultural e físico, suas trocas com o meio natural e sua produção cultural. Assim, a antropologia busca estudar o homem em todos os

seus aspectos (NUNES, 2012).

É importante salientar, que desde o período em que o ser humano começou a criar sua cultura, ele começou a ser um indivíduo necessariamente biológico e cultural. Essa premissa, para a antropologia, é fundamental para compreender a humanidade. Seria difícil entender o homem de um modo totalizante sem ter essa noção em mente, pois, desde o tempo das origens pré-históricas da cultura, todo desenvolvimento humano foi cultural e biológico. Quando se quer estudar a humanidade não se pode ignorar esse fato.

Será que a antropologia é a única área que tem como propósito estudar o homem? Acredita-se que não, pois:

No mundo científico existem muitas outras áreas que possuem como objeto de estudo o homem. Temos a medicina que concentra-se na fisiologia humana sob uma abordagem de mantê-la saudável; a geografia humana estuda a ocupação geográfica-política dos homens; a sociologia que estuda seus agrupamentos sociais; a história estuda o desenvolvimento do homem no tempo; a economia estuda a administração, manutenção e distribuição de bens; entre tantas outras. Mas se é assim, o que caracteriza a antropologia em distinção de outras disciplinas que estudam o homem? Simples, é justamente seu vasto campo de estudo: a antropologia procura compreender o homem não somente em uma determinada especialidade, mas como um todo, de maneira unificada. Como já foi dito anteriormente, a antropologia procura compreender o homem, e todas as suas manifestações, em todas as suas dimensões (NUNES, 2012, p.2).

Dessa forma, a antropologia parte do princípio de que o enfoque de alguma dessas áreas, isoladamente, pode nos ser útil para compreender o homem de maneira totalizante. Estudar apenas a

fisiologia humana (como na medicina) não nos fornece elementos necessários para compreender, por exemplo, a grande diversidade de crenças religiosas que os grupos humanos desenvolveram, no decorrer da história, na tentativa de compreender o mundo que os cercava. (NUNES, 2012, p.2).

E, ainda, buscar compreender a humanidade sem um enfoque aprofundado de

todas as suas partes é impraticável.

A partir dessas colocações introdutórias, a antropologia poderia ser conceituada como sendo o resultado da acomodação histórica de impressões, ideias e fatos relativos a identidade do homem disperso em suas mais distintas sociedades. Inicialmente tratada como uma subárea da História e da Filosofia, com a descoberta das complexidades culturais da humanidade, a antropologia viu-se perante uma evidente obrigação de se estabelecer como uma área específica bastante envolvida com as questões sociais do seu tempo. Assim, a antropologia tornou-se uma área específica, necessária para estudar a humanidade, suas relações sociais, as identidades e outras estruturas do desenvolvimento humano num contexto social. E dessa forma:

Uma proposição fundamental da Antropologia é que nenhuma parte pode ser entendida plenamente, o mesmo com exatidão, se separa do todo. E, de modo inverso, o todo não pode ser percebido com exatidão sem o conhecimento profundo e especializado das partes. Para compreender qualquer aspecto do comportamento sexual humano, por exemplo, deve examiná-lo em termos de genética, fisiologia, características climáticas, sistema de valores e estruturas técnicas, econômicas, de parentesco, religiosas e políticas de cada sociedade humana. A Antropologia toca em virtualmente todos os campos possíveis do conhecimento, aproveita-se deles e neles se inspira. As habilidades do antropólogo devem ser altamente diversificadas, mas a unidade da disciplina é mantida pela concentração no caráter global do homem e da cultura (NUNES, 2012, p. 3).

Percebe-se com facilidade, que o campo de ação da antropologia é bastante vasto, focando seu objeto no estudo do homem e da humanidade em um todo, nas suas grandezas biológicas e culturais. No entanto, a antropologia tropeça na dificuldade de sua proposta ser muito extensa para ser concretizada por somente um único profissional. Nenhum antropólogo conseguiria dominar, sozinho, todas as dimensões compreendidas por essa disciplina.

Dessa forma, a antropologia teve que se dividir em duas grandes áreas de estudo: a biológica/física e a cultural/social, levando em

conta as duas distensões básicas do ser humano. Por questões práticas e de estudo surgiram mais duas áreas em destaque: a Antropologia Linguística e a Arqueologia, e mais tardiamente a Antropologia Aplicada.

Todos esses enfoques fazem da antropologia uma disciplina dinâmica, que opera em diversos níveis humanos e acadêmicos, transitando desde as ciências humanas, sociais e até naturais, ainda que sua tônica seja mais ligada às ciências sociais, onde na atualidade ocupa uma posição central.

### 3 AS CONEXÕES ENTRE ANTROPOLOGIA E EDUCAÇÃO

Após entender um pouco o conceito da antropologia percebe-se a relação dela com o campo educacional, relação esta, que a cada dia se revela mais importante. A aproximação da antropologia com a educação se dá muito a partir da grande diversidade cultural encontrada na sala de aula, assim, cada vez mais a antropologia é convidada a posicionar-se perante as problemáticas educacionais.

Quando se fala na aproximação entre antropologia e educação menciona-se uma complementaridade, abre-se um ambiente para um diálogo que vai do entendimento do contexto cultural ao processo de ensino/aprendizagem, até uma compreensão maior acerca do sistema escolar, permitindo um melhoria das próprias práticas educativas. Essa aproximação procura suplantiar uma dicotomia historicamente instaurada, que coloca a antropologia como ciência e a educação como prática.

Mesmo sabendo que desde sua origem a antropologia apresenta pouca afinidade com o campo educacional, há poucos estudos dos primeiros antropólogos relativos à educação. O campo educacional, as ações e os processos educativos e a cultura têm uma relação próxima e são reciprocamente influenciados. Por isso, o diálogo entre a antropologia e a educação deve ir além do uso de uma como palco de pesquisa e da outra como contribuição metodológica. Sobre isto Gusmão (1997, p. 2) afirma:

No diálogo entre antropologia e educação, a questão parece ser a mesma: a aventura de se colocar no lugar do outro, de ver como o outro vê, de compreender um conhecimento que não é o nosso. Nessa 'encruzilhada', os não-antropólogos buscam "um olhar antropológico" pelo qual se guiarão nos mistérios da pesquisa de campo. Por sua vez, a antropologia e os antropólogos se vêem em grandes dificuldades, quando são chamados a tratar dessa realidade cujo nome é educação, seja por não conhecerem, ou ainda, por deslegitimarem um certo percurso do passado da antropologia. Antropologia e educação parecem constituir, hoje, um campo de confrontação, em que a compartimentação do saber atribui à antropologia a condição de ciência e à educação, a condição de prática. Dentro dessa divergência primordial, os profissionais de ambos os lados se acusam e se defendem com base em pré-noções, práticas reducionistas e muito desconhecimento. Se há muitas coisas que nos separam - antropólogos e educadores -, há muitas outras que nos unem.

O diálogo entre essas duas áreas, para muitos, parece uma novidade, contudo esta discussão é anterior à década de 1970 e refere-se a um período decisivo da história da antropologia. Entender a questão das diferenças, tão importante para a antropologia e tão desafiadora para a pedagogia, não é um trabalho simples. Há bastante tempo antropologia e educação têm se confrontado com universos étnicos, raciais, sociais, econômicos e de gênero, entre outros. Na atualidade,

com tantas mudanças numa sociedade que se globaliza, estas questões não só não se encontram resolvidas, como renascem com intensidade perante os contextos em transformação. (GUSMÃO, 1997, p. 3).

Nesse sentido, torna-se importante a pedagogia e antropologia se aproximarem, se complementarem. Relativo a essa questão:

O pioneirismo do diálogo entre antropologia e educação, relatado por Galli (1993), mostra que, já ao final do século XIX, a antropologia tentava compreender uma possível cultura da infância e da adolescência. Eram temas de suas pesquisas e de seus debates os processos interculturais infantis e os sistemas educativos informais, dentro de uma concepção alargada de educação. Antropólogos participavam em processos de revisão curricular e continuaram a participar no transcorrer do presente século, nesse e em outros movimentos ligados à escola e à educação. Entre os anos 20 e 50 deste

século, muitos antropólogos envolvidos nesses debates travaram celeumas com os pensamentos de Freud e Piaget. O que se sabe ou se conhece desses debates no Brasil? Pouco ou nada. No entanto, entre os anos 30 e 40, os antropólogos tiveram uma atuação importantíssima no vasto programa de reforma curricular promovida nos EUA. Deles não se fala nem se ouve falar entre nós. No entanto, importantes aspectos para a compreensão de nossa visão da escola estão aí contemplados, pelo fato de que muitos antropólogos que atuaram no processo vinham de uma linha tradicional, e mesmo axial, na antropologia, posto que eram discípulos de Boas, tais como Margareth Mead (que dedicou toda sua vida ao estudo da educação) e Ruth Benedict. Nomes que certamente não soam estranhos aos ouvidos do estudante de antropologia, mas que certamente nunca são pronunciados nos corredores de uma Faculdade de Educação (GUSMÃO, 1997, p. 4).

Para perceber melhor o diálogo entre antropologia e educação, é preciso explicar a relação entre educação e cultura, procurando mostrar até que ponto as questões culturais podem influenciar a educação na prática do professor em sala de aula e quais os problemas que podem ser encontradas a partir daí.

A cultura é tema central para compreender as práticas humanas, práticas estas, que distinguem o homem dos outros animais e da natureza, que auxiliam na interpretação da vida. Aqui, cabe ao antropólogo explicar essas questões. Para isso estudando pequenas partes da sociedade - uma micro-parte do todo para explicá-la no seu conjunto, surgiu os chamados estudos de comunidade.

E o que constituem esses estudos de comunidade? Recorrente na perspectiva antropológica, os estudos de comunidade, estão em voga nas pesquisas educacionais deste século. E qual seria a proposta desses estudos? Esses estudos conduzem os pesquisadores a observarem o particular, como componente de conhecimento, e não a generalização. Assim, a

cultura vista nela mesma, no interior do grupo e a ele referida, o contexto em si mesmo, torna-se expressão maior dessa perspectiva de análise, desse fazer científico. (GUSMÃO, 1997, p. 3).

O escopo deste artigo, não é se estender nas questões metodológicas usadas pela

antropologia aplicadas aos estudos educacionais, até porque esse assunto será tratado a seguir, quando abordar-se-á a etnografia no contexto escolar. No entanto, cabe lembrar que a atitude de base antropológica tende ao entendimento das diferenças culturais ou da alteridade a partir de uma concepção universalista. Nestes termos, salienta Dauster (2003, p. 8):

Vista assim, a relação entre a Antropologia e o campo da Educação adquire contornos desafiantes. Como articular o projeto antropológico de conhecimento das diferenças com o projeto educacional de intervenção na realidade? Dado que a prática educacional é normativa e imbuída de um “dever ser” pedagógico e de um projeto de transformação, como o educador pode produzir conhecimentos descentrados e incorporar outras lógicas cognitivas? Como estabelecer a dúvida metódica sobre seus próprios valores e crenças tendo em vista o conhecimento do “outro” nos seus termos? Como introduzir a “antropo-lógica” em um contexto em que muitos alunos não têm informações sobre a disciplina, em que se vive um outro clima acadêmico alimentado por outras intenções e significados? Quais as tensões, limites e possibilidades que emergem desta problemática?

Mesmo existindo distâncias metodológicas entre as duas áreas, também existem aproximações, visto que ambas têm como objeto as formas de vida, as formas de socialização e os valores. Essas proximidades também podem ser encontradas nas relações entre o indivíduo e a sociedade que tratam da experiência humana. Assim, a educação, para se beneficiar da antropologia, deverá apropriar-se das discussões que vêm norteadas o fazer antropológico e demarcando as reflexões nas últimas décadas.

#### 4 O ESPAÇO ESCOLAR NUM CONTEXTO ETNOGRÁFICO

Após conhecer um pouco do conceito da antropologia e também sua conexão com a educação, fica a pergunta: como usar a antropologia no contexto educacional? Existe um método para tanto? Qual seria esse método? É possível utilizá-lo em educação? Discorre-se sobre estas questões aqui, nessa última parte do artigo.

De forma, sucinta a etnografia é um método de estudo mais utilizado pelos antropólogos. Ela tem como finalidade a descrição de fenômenos sociais, tais como costumes, tradições, rituais, atitudes de um determinado grupo humano. A etnografia auxilia, entre outras coisas, a compreensão da identidade de uma determinada comunidade social. Empregando a prática da observação participante, quando os antropólogos vão a campo durante um certo período para estudar um grupo em contato direto. Ela pode ser completada com entrevistas, anotações e outras formas de estudos para recolher informações necessárias ao conhecimento do objeto de estudo.

Do *ethnos* povo e *grapho* descrever, etimologicamente a etnografia significa povo a descrever, porém, na sua acepção mais ampla constitui a descrição de um grupo social por meio de uma investigação científica. A etnografia, segundo Ayres (2012) significa escrever sobre um tipo particular – um *ethno* - ou uma sociedade em particular. Ela é a área da antropologia, que tem por objetivo principal

o estudo e a descrição dos povos, sua língua, raça, religião, e manifestações materiais de suas atividades, é parte ou disciplina integrante da etnologia é a forma de descrição da cultura material de um determinado povo. (AYRES, 2012, p. 7).

Outra noção que aborda o mesmo sentido diz que

a etnografia é a descrição de um sistema de significados culturais de um determinado grupo. Na educação seria o ensino e a aprendizagem em um contexto amplo, relacionando o que é determinado dentro e fora da escola. (TEZANI, 2004, p. 12).

Em síntese, a etnografia tem como finalidade desvendar novos conceitos, novas maneiras de entendimento da realidade, novas relações, sempre considerando a multiplicidade de significados em uma dada circunstância, abarcando suposições específicas acerca da realidade, bem como pontos particulares para a coleta e a apresentação de dados observados. Hassen (2012, p. 2) também colabora para o entendimento desse conceito assegurando que:

Uma forma de iniciar a resposta a essas questões é remontar à origem da etnografia na antropologia. O chamado pai-fundador da etnografia, Malinowski, a partir dos anos vinte, preconizou que apenas pela "observação participante" seria possível ao pesquisador conhecer o outro em profundidade e, por meio de tal conhecimento, superar os pressupostos evolutivos e o etnocentrismo (visão pela qual o homem branco europeu letrado seria superior a todos quantos apresentassem diferentes constituições, formas de vida e de pensamento). Para isso, a etnografia deveria ser uma pesquisa intensiva, de longa duração; o etnógrafo precisaria viver no local etnografado, aprender a língua, e, sobretudo, observar a vida cotidiana. O pesquisador deveria dar conta da totalidade da vida tribal, ancorada no tripé: arcabouço da constituição da sociedade, imponderáveis da vida real e espírito do nativo.

É interessante apontar que a pesquisa etnográfica é caracterizada pela constante interação entre o objeto pesquisado e o pesquisador. Esse pesquisador é o principal instrumento na coleta de dados e na sua posterior análise. Por ser um trabalho de campo – fora dos muros acadêmicos – a etnografia determina que o pesquisador tenha contato direto com as pessoas pesquisadas, com as situações, os locais ou eventos estudados, e esse contato direto para a observação precisa dar-se da forma mais natural possível.

O etnógrafo trabalha com um tipo de pesquisa que se vê

diante de diferentes formas de interpretações da vida, formas de compreensão do senso comum, significado variados atribuído pelos participantes às suas experiências e vivências e tenta mostrar esses significados múltiplos ao leitor. (OLIVEIRA; GOMES, 2012, p. 3).

No início este tipo de pesquisa era domínio quase que exclusivo dos antropólogos, mas na atualidade, os educadores também cada vez mais usam essa metodologia de pesquisa em seus trabalhos.

Essa relação, ou o uso da etnografia na educação presente nos estudos educacionais se dá até porque enquanto para os antropólogos a etnografia tem um amplo interesse na descrição da cultura de um grupo social, na educação a preocupação dos estudiosos dá-

se com o processo educativo pelo qual passa esse determinado grupo que, explorado por outros métodos, não consegue contemplar as peculiaridades necessárias de serem percebidas as realidades.

No entanto, Oliveira e Gomes (2012) alertam que a adaptação da etnografia à educação não é uma tarefa simples assim. Os autores (2012, p. 3) notam que:

Para ser definido na categoria de estudo do tipo etnográfico é exigido que o trabalho apresente algumas características como: a) uso de técnicas (associadas a observação participante, a entrevista intensiva, análises de documentos que são características próprias das pesquisas qualitativas), b) pesquisador como instrumento principal na coleta e na análise dos dados, c) ênfase no processo e não nos resultados, d) preocupação com o significado atribuído pelos sujeitos às suas ações, e) envolve um trabalho de campo e finalmente outras características importantes que são a descrição e a indução.

Observe que não é tarefa das mais fáceis, todavia, o que pode ser feito, e é feito atualmente, é uma “adaptação da etnografia à educação”, que procura a realização de um estudo desse tipo e que consente ao pesquisador a “observação participante, a entrevista intensiva e a análise de documentos” com um tempo menor em campo. (TEZANI, 2004, s.p.).

Há inúmeras possibilidades do uso da etnografia no contexto escolar, e de acordo com Guilherme de Oliveira (2012) o uso da etnografia no campo educacional provoca a reflexão sobre o processo de ensino/aprendizagem dentro de um contexto cultural vasto. Sua aplicação pode ter como objetivo a compreensão de uma determinada realidade escolar a partir da manifestação complexa que é a experiência escolar diária e sua estrutura de produção do conhecimento escolar. Pensando a escola como um espaço social, pode-se considerar que nela aconteçam

movimentos de aproximação e afastamento, de criação e recriação de conhecimentos, valores e significados, rompendo com uma visão de cotidiano estático e repetitivo. (OLIVEIRA, 2012, p. 3).

Desta maneira, a etnografia admite a reconstrução das relações e dos processos que conformam a experiência escolar diária.

Além da observação direta relativa ao processo de ensino/aprendizagem, também se pode conhecer as relações estabelecidas entre professores e os alunos, os sujeitos, os locais do contexto onde a pesquisa está sendo realizada para tentar propor soluções aos problemas eventualmente encontrados. Outro elemento essencial é a contribuição da etnografia para os problemas na prática docente. Esse tipo de pesquisa pode fornecer elementos importantes para tomadas de decisões relativas a mudanças.

Por fim, existem inúmeras vantagens do uso da etnografia na educação, contudo, é indispensável que se tome cuidado quando se faz seu uso, pois facilmente pode-se perder o foco em coisas inusitadas no contexto, em prejuízo das explicações mais intensas do que se investiga.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Antropologia e a Educação se unem, se aproximam. A antropologia permite à educação fazer uma reflexão sobre o contexto cultural que envolve a aprendizagem, as implicações das diferenças culturais, raciais, étnicas e de gêneros encontradas na Escola, tentando mais do que nunca, suplantando o etnocentrismo, para assim, conhecer e aceitar a realidade do outro.

A pesquisa na área educacional no Brasil enfrentou muitas tendências nos últimos tempos, contudo, a partir da década de 1970 passou a empregar em suas abordagens a pesquisa etnográfica como enfoque apropriado para levantar e descrever com detalhes as variáveis presentes no fenômeno estudado.

Nesse artigo pode-se conhecer um pouco do que é a antropologia e também a relação dela com a educação. A etnografia é um tipo de estudo que usa uma abordagem qualitativa devido as possibilidades que a observação participante apresenta para o campo pesquisado.

Enfim, a investigação etnográfica em relação à educação pode utilizar a escola e as relações sociais desenvolvidas em sala de aula como objeto principal de observação. Observando e coletando dados, os etnógrafos, tem a possibilidade de apreender como se desenvolvem os processos educacionais, suas implicações e decorrências. A partir do ponto de vista etnográfico o contexto educacional pode ser entendido como uma forma de macro compreensão até aproximar-se do nível micro.

## REFERÊNCIAS

ANDRÉ, Marli Eliza (Org). **O papel da pesquisa na formação e na prática dos professores**. 3 ed. São Paulo: Papirus, 2002.

AYRES, Dalvina Amorim. **Pesquisa etnográfica para o campo educacional**. Disponível em: <<http://www.redem.org/boletim/files/Dalvina-Etnografia.pdf>>. Acesso em: 16 set. 2012.

DAUSTER, Tânia. Um saber de fronteira: entre a Antropologia e a Educação. **26ª REUNIÃO ANUAL DA ANPED**. 2003.

GUSMAO, Neusa Maria M. de. **Antropologia e Educação: Origens de um diálogo**. Cad. CEDES, Campinas, v. 18, n. 43, Dec. 1997.

HASSEN, Maria de Nazareth. **Etnografia: noções que ajudam o diálogo entre antropologia e educação**. Disponível em: <[http://www.fotoetnografia.com.br/textos/metodologia\\_nazareth.pdf](http://www.fotoetnografia.com.br/textos/metodologia_nazareth.pdf)>. Acesso em: 8 ago. 2012.

JORDÃO, Patrícia. A antropologia pós-moderna: uma nova concepção da etnografia e seus sujeitos. **Revista de Iniciação Científica da FFC, LOCAL**, v.4, n.1, 2004.

MARCONI, Marina de Andrade; PRESOTTO, Zélia Maria Neves. **Antropologia: uma introdução**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2006

NUNES, Rossano Carvalho. **Antropologia**. Disponível em: <[http://www.gpveritas.org/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=57&Itemid=66](http://www.gpveritas.org/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=57&Itemid=66)>. Acesso em: 12 set. 2012.

OLIVEIRA, Rosimary Lima Guilherme de. **Etnografia**: uma alternativa para avanços em pesquisas sobre indisciplina escolar. Disponível em: [www.sieduca.com.br/2008/admin/upload/47.doc](http://www.sieduca.com.br/2008/admin/upload/47.doc)>. Acesso em: 10 ago. 2012.

PINTO, Sandro da Silva. **Cultura**: um conceito antropológico. Disponível em: <http://www.ideal dicas.com/cultura-um-conceito-antropologico/>>. Acesso em: 10 ago. 2012.

SILVA, Giovani José da; SOUZA, José Luiz de. **Educar para a diversidade étnico-racial e cultural**: desafios da educação Inclusiva no Brasil. Disponível em: <http://www.revistas.ufg.br/index.php/interacao/article/viewFile/4256/4180>>. Acesso em: 10 set. 2012.

TEZANI, Thaís Cristina Rodrigues. As interfaces da pesquisa etnográfica na educação. **Revista Linhas – UDESC. LOCAL**, vol 5. n. 5, 2004.

**DATA MINING EM UMA BASE DE DADOS DE UM AMBIENTE EDUCACIONAL: UM ESTUDO DE CASO NO AVANÇO DA GESTÃO COM AUXÍLIO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**

Cristiano Rodrigues<sup>1</sup>  
Alan Edgar Sultowski<sup>2</sup>

**RESUMO**

Com o crescimento do número de Instituições de Ensino Superior (IES) no Brasil nas últimas décadas, principalmente as de caráter particular, observa-se que existem diversos estudos, pesquisas e reflexões sobre como participar da evolução com uma vantagem competitiva. O objetivo principal deste estudo é apresentar como os sistemas de informação e as tecnologias da informação podem auxiliar em um progresso na gestão educacional superior, expondo as vantagens que o uso de novas técnicas, recursos e ferramentas podem trazer aos gestores, e propriamente à instituição, identificando o perfil dos estudantes que ingressam na IES.

**PALAVRAS CHAVE:** Instituições de Ensino Superior. Tecnologia da Informação. Gestão.

**DATA MINING IN A DATABASE OF AN EDUCATIONAL ENVIRONMENT: A CASE STUDY IN ADVANCE WITH THE AID OF MANAGEMENT OF INFORMATION TECHNOLOGY**

**ABSTRACT**

With the increasing number of Higher Education Institutions (HEIs) in Brazil in recent decades, especially the particular character, we observe that there are several studies, research and reflections on how to participate in the development with a competitive advantage. The main objective of this study is to show how information systems and information technology can assist in an improvement in higher education management, highlighting the benefits that the use of new techniques, tools and resources can bring to managers and the institution itself, identifying the profile of students who enter the IES.

**KEY WORDS:** Institutions of Higher Education. Information Technology Management.

---

1 Bacharel em Sistemas de Informação pela Faculdade Avantis e Gerente de TI da Faculdade Avantis. Email: doctor\_info@hotmail.com

2 Professor Especialista em Tecnologia da Informação na Gestão Integrada de Negócios e professor junto ao curso de Sistemas de Informação na Faculdade Avantis. Email: asultowski@avantis.edu.br

## 1 INTRODUÇÃO

Drucker (2001) afirmou, em 2001, que a EDUCAÇÃO deveria ser a próxima indústria de crescimento no país, cuja nova tecnologia da informação oferece as maiores oportunidades para um desenvolvimento rápido. Com isso, é imprescindível que as IES, as quais trabalham como produtoras de conhecimento utilizem-se de técnicas e ferramentas para obter uma vantagem competitiva, colaborando com o crescimento e desenvolvimento da instituição.

As mudanças que vêm ocorrendo nas organizações convergem para a quebra de um paradigma histórico e, por meio dele, entra-se na era sociedade da informação e do conhecimento. (TARAPANOFF, 2001).

Segundo o Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), houve um aumento expressivo de credenciamentos de novas IES e do número de vagas ofertadas. Entre 2002 e 2010, o salto das IES foi de 1.637 para 2.377 instituições, ou seja, em menos de uma década o aumento foi de aproximadamente 60% de Instituições de Ensino Superior no Brasil. (INEP, 2010).

Mesmo com a ascensão no crescimento das IES no Brasil ainda existe uma cultura administrativa severa que reluta em aceitar relações como: dinheiro/educação, aluno/cliente, conhecimento/produto, esquecendo-se de que as instituições de educação são sustentadas financeiramente com dinheiro público ou privado tornando-se, desta forma, uma organização de fato.

As IES deixaram de ser somente instituições de ensino superior. Pode-se dizer que são organizações e como toda organização, além de almejam que seus alunos/clientes obtenham sucesso, visam lucros. Ou seja, a cada dia precisam de novos alunos/clientes para continuar em um mercado tão competitivo, o que faz com que as IES repensem seus métodos de gestão, buscando sempre novas tecnologias e ferramentas que as auxiliem para que possam permanecer no mercado com mais força.

Com o crescimento das IES, automaticamente, além de aumentar a concorrência, também aumentaram as vagas disponíveis para quem quer ingressar em uma IES, proporcionando múltiplas escolhas para os ingressantes. Como a relação candidato/vaga não é tão decisiva quanto vaga/ingresso, visto que as instituições trabalham com um índice de ociosidade muito grande, o intuito da pesquisa é tentar melhorar o índice vaga/ingresso através da Descoberta de Conhecimento em Base de Dados (KDD), apresentando novas informações e conhecimentos, antes desconhecidos pelos gestores, através da base de dados da instituição.

As IES geram, todos os dias, uma grande quantidade de dados. Estes geram informações, porém elas, muitas vezes, não são tão específicas, de fácil entendimento e, principalmente, de qualidade. Logo, não agregam valor algum para os gestores em seus processos decisórios.

A pesquisa visa a analisar e identificar o perfil dos alunos ingressantes através dos dados brutos armazenados pela Instituição, apresentando como a tecnologia da informação pode auxiliar os gestores em seus processos decisórios. Para isso, buscou-se a tecnologia mais apropriada ao desenvolvimento do trabalho que é conhecida como Data Mining ou, simplesmente, Mineração de Dados.

Portanto, com o intuito de descobrir possíveis padrões, tendências e relações significativas para futuras decisões e uma melhora no preenchimento das vagas ociosas, o presente trabalho realizou uma mineração de dados na base de dados de uma Instituição de Ensino Superior de Balneário Camboriú-SC.

## 2 SISTEMAS, DADOS, INFORMAÇÃO E CONHECIMENTO

Atualmente, com o avanço tecnológico, pode-se dizer que as organizações não conseguem se desenvolver de maneira rápida e eficaz sem algum tipo de sistema de informação; eles são indispensáveis, pois à medida que se utiliza a interação moderna homem/máquina, também são geradas muitas informações e elas,

se processadas corretamente, fazem com que quanto mais informações geradas melhor seja sua utilização na busca de soluções estratégicas para tomadas de decisão.

Segundo Dalfovo (2000), a não utilização das informações como recursos estratégicos leva o executivo e/ou gestor, na maioria das vezes, a administrar impulsivamente. A utilização de um sistema de informação pode vir a facilitar o processo decisório com a obtenção de dados estrategicamente escolhidos e de conteúdos relevantes para qualquer nível e tamanho de organização.

Um sistema é o conjunto estruturado ou ordenado de partes ou elementos que se mantêm em interação, isto é, através desta ação interligada é que se busca alcançar um ou vários objetivos. (BATISTA, 2006).

## 2.1 DADOS

De acordo com Batista (2006), dado pode ser definido como toda e qualquer atividade que é gerada no dia-a-dia de uma empresa e/ou organização e, uma vez organizado e classificado, pode se transformar em informação.

## 2.2 INFORMAÇÃO

Informação é todo conjunto de dados organizados de forma que seus destinatários possam visualizar e obter algum sentido ou valor. A informação é o recurso principal de uma organização. O conhecimento ou saber como utilizar essa informação é um recurso essencial do século XXI. (TURBAN, 2004).

## 2.3 CONHECIMENTO

O conhecimento se dá através dos dados e informações em conjunto, organizados e processados de forma que transmitam compreensão, experiência, aprendizado acumulado e técnica. (TURBAN, 2004).

Pode-se resumir todo processo de geração de conhecimento com um simples exemplo tal como: se uma data, 07 de setembro,

é um dado, e que 07 de setembro é uma data comemorativa, se terá uma informação; se expressar que 07 de setembro é o dia da Comemoração da Independência, aí sim terá formado o conhecimento.

## 3 GESTÃO DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO

A gestão do conhecimento é um processo que ajuda as organizações a manipularem o conhecimento importante, que é parte da memória da organização, mas para poder contribuir com o sucesso da organização, o conhecimento precisa existir de forma que seja trocado entre as pessoas e também que possa ascender para novas descobertas. (TURBAN, 2007).

Conclui-se que, hoje, as empresas e organizações destinam grandes valores, sejam eles financeiros ou de capital humano, a fim de gerir todas as informações e conhecimentos gerados por elas. Para isso, utilizam-se da Tecnologia da Informação TI e dos Sistemas de Informação (SI), com intuito de obter uma vantagem competitiva no mercado, não esquecendo que as TI, inegavelmente, podem desempenhar papéis de suma importância no processo de construção e disseminação do conhecimento nas organizações.

### 3.1 GESTÃO EDUCACIONAL SUPERIOR

De acordo com Colossi (2004), o estudo das organizações universitárias pode focar pelo menos dois níveis de análise: o macrosocietário e o organizacional. Um que focaliza o ser humano em seu contexto societário, centralizando a questão e o interesse dos estudiosos; o outro que se preocupa, mais especificamente, com questões de eficiência e eficácia dos resultados organizacionais, ou seja, focaliza o desempenho gerencial.

Ainda segundo Colossi (2004), a Gestão Educacional Superior vem, ao longo dos anos, despertando interesses entre os mais distintos grupos de estudiosos e em seus diferentes campos de conhecimento, promovendo reflexões

e contribuições significativas ao pensamento e ação gerencial neste tipo de instituição.

As últimas décadas foram marcadas por fortes mudanças na gestão das IES, principalmente com a globalização. Como alternativa para se posicionarem de modo competitivo, as organizações estão utilizando-se de TI e SI, pois trazem informações do ambiente (interno x externo) com maior rapidez e qualidade, auxiliando os gestores nos mais variados processos decisórios.

De acordo com Alvarenga (2002), o foco da gestão estratégica do conhecimento em IES está pautado em dois fatores:

a) **Diferenciação**: os produtos e os serviços ofertados pela organização são diferenciados, visando a criar algo que seja considerado único no setor de atuação;

b) **Concentração**: capacidade de satisfazer o público-alvo, com o estabelecimento de uma política funcional voltada para o segmento.

Ao considerar que a obra final de uma IES é o aluno formado, capacitado a praticar a profissão para a qual se preparou durante anos, e que o cliente é a organização empregadora desse profissional colocado no mercado de trabalho, mercado este que só irá contratar o profissional recém-formado; se a IES for bem quista diante da sociedade, pois a cada dia as instituições objetivam ser um diferencial no currículo de seu aluno/cliente, assim, por meio de um conjunto bem estruturado de TI e SI, é que seus gestores conseguem fazer com que a instituição seja diferenciada, formando profissionais capacitados para aplicar todo conhecimento no mercado.

Portanto, é inconcebível que ainda hoje os gestores de uma IES não se utilizem da tecnologia da informação para obter mais rapidez, eficácia e, principalmente, alguma vantagem competitiva.

### 3.2 RELAÇÃO TI E SI NAS ORGANIZAÇÕES

A tecnologia, com seus avanços contínuos

e suas intermináveis capacidades, oferece um maior número de possibilidades de decisão aos negócios e às organizações de todos os portes, por isso anda lado a lado com toda empresa ou organização que pretende obter uma vantagem competitiva no mercado. É difícil tomar boas decisões sem informações consistentes, porquanto as informações fazem parte de cada etapa no processo de tomada de decisões.

As organizações podem ver e utilizar a tecnologia da informação de maneiras diferentes, no entanto a TI sempre deve ser vista como parte fundamental das organizações, visto que ela mantém o funcionamento dos sistemas e/ou equipamentos, para que a organização sempre esteja trabalhando.

Empresas podem optar por utilizar estrategicamente os sistemas de informação, ou utilizar a TI apenas como um suporte eficiente nas operações diárias. Mas, se uma empresa enfatizasse os usos estratégicos da tecnologia da informação, sua gerência veria a TI como um importante diferenciador competitivo. (O'BRIEN, 2007, p. 53).

Pode-se dizer que a Tecnologia da Informação está muito além de informática, suporte (CPD), processamento de dados, sistemas de informação, engenharia de software, ou o conjunto de hardware e software, uma vez que envolve, também, aspectos humanos, administrativos e organizacionais. A TI evoluiu de uma direção tradicional de suporte administrativo para um papel estratégico dentro de uma organização, sendo um fator determinante na obtenção de vantagem competitiva.

Entretanto, não podemos esquecer que a tecnologia da informação por si só não é capaz de trazer ganhos para o negócio. Ela precisa estar integrada a uma estratégia para proporcionar resultados efetivos, ou seja, os investimentos em TI devem estar diretamente associados a um objetivo organizacional, contribuindo para o seu alcance.

Logo, a TI pode ser decisiva ao sucesso de uma organização, contribuindo para que ela seja ágil, flexível e robusta, mas os profissionais de todas as áreas da empresa devem estar cientes de que, para que ela seja tudo isso, depende muito

do alinhamento com as estratégias da empresa e também de um conhecimento abrangente do cenário, da arquitetura e infraestrutura de Tecnologia, do relacionamento com os Sistemas de Informação e, ainda, do conhecimento de seus efetivos papéis dentro de cada fase do processo de implantação dos projetos de TI.

### 3.3 EVOLUÇÃO DAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO NAS ORGANIZAÇÕES

Com o avanço tecnológico, os processos de exploração e visualização de dados também evoluíram. Segundo Fernandes (2005), são quatro as fases da evolução do *Data Mining*, as quais podem ser visualizadas no Quadro 1.

Evolução	Perguntas	Tecnologia disponível	Características
Coleção de dados 1960	“Qual foi meu rendimento total nos últimos cinco anos?”	Computadores, Fitras, Discos	Retrospectiva, dados estatísticos como resposta
Acesso aos dados 1980	“Qual foi meu rendimento no Brasil no último janeiro?”	B.D. Relacional, SQL, ODBC	Retrospectiva, dados dinâmicos em nível de registros como resposta
<i>Data Warehousing</i> & Suporte a decisão 1990	“Qual foi meu rendimento no Brasil no último janeiro? So Sul até o Nordeste?”	Processamento analítico on-line, banco de dados multidimensionais, <i>Data Warehousing</i>	Retrospectiva, dados dinâmicos em múltiplos níveis como resposta
<i>Data Mining</i> Atualmente	“Por que alguns produtos são mais vendidos na região Sul?”	Algoritmos avançados, supercomputadores, B.D grandes e poderosos	Prospectivo, informações (perspectivas) como resposta

**QUADRO 1** - Evolução das Tecnologias da Informação  
Fonte: Adaptado de Fernandes (2005).

Identifica-se que, com o avanço das tecnologias de informação, também surgiram novas necessidades nas organizações e, com isso, os gerentes precisavam obter um domínio maior na grande quantidade de dados armazenados, gerando cada vez mais informações consistentes que os auxiliassem nos processos decisórios ou estratégicos. Como pudemos ver na Tabela 1, as perguntas vão se tornando cada vez mais complexas, fazendo com que os profissionais do negócio não dependessem somente deles e sim de ferramentas e técnicas para auxiliá-los com mais rapidez, eficiência e qualidade, por isso a técnica de *Data Mining* é muito importante atualmente nas grandes corporações.

### 3.4 DATA MINING (MINERAÇÃO DE DADOS)

Em um ambiente extremamente variável,

como o das organizações atuais, torna-se necessária a aplicação de técnicas e ferramentas automáticas que agilizem o processo de extração de informações relevantes de grandes volumes de dados.

Devido à ampla facilidade de armazenamento de dados, são exploradas perguntas como: o que fazer com todos esses dados? Como melhorar a estratégia em uma tomada de decisão com a grande quantidade de dados armazenados? Pois de nada adianta ter tamanha quantidade de dados sem que os mesmos gerem algum tipo de informação ou conhecimento para o gestor.

Tentando auxiliar os profissionais de negócio em seus processos decisórios com rapidez, integridade e novos conhecimentos

em bases de dados desconhecidas ou não entendidas apenas pelas técnicas humanas é que surgiu o conceito de descobrir conhecimento através dos bancos de dados, ou simplesmente KDD (*Knowledge Discovery in Databases*), que, em português, significa Descoberta de Conhecimento em Base de Dados (DCBD).

Na realidade KDD é o nome dado para o processo de mineração de dados como um todo (incluindo suas fases), pois a mineração de dados é apenas uma das etapas propostas pelo KDD, o qual tem como objetivo final transformar um grande volume de dados, antes desconhecidos, em informações e conhecimentos, auxiliando, então, os gerentes em seus mais diversos processos de tomada de decisão.

### 3.4.1 Fases/Etapas do KDD

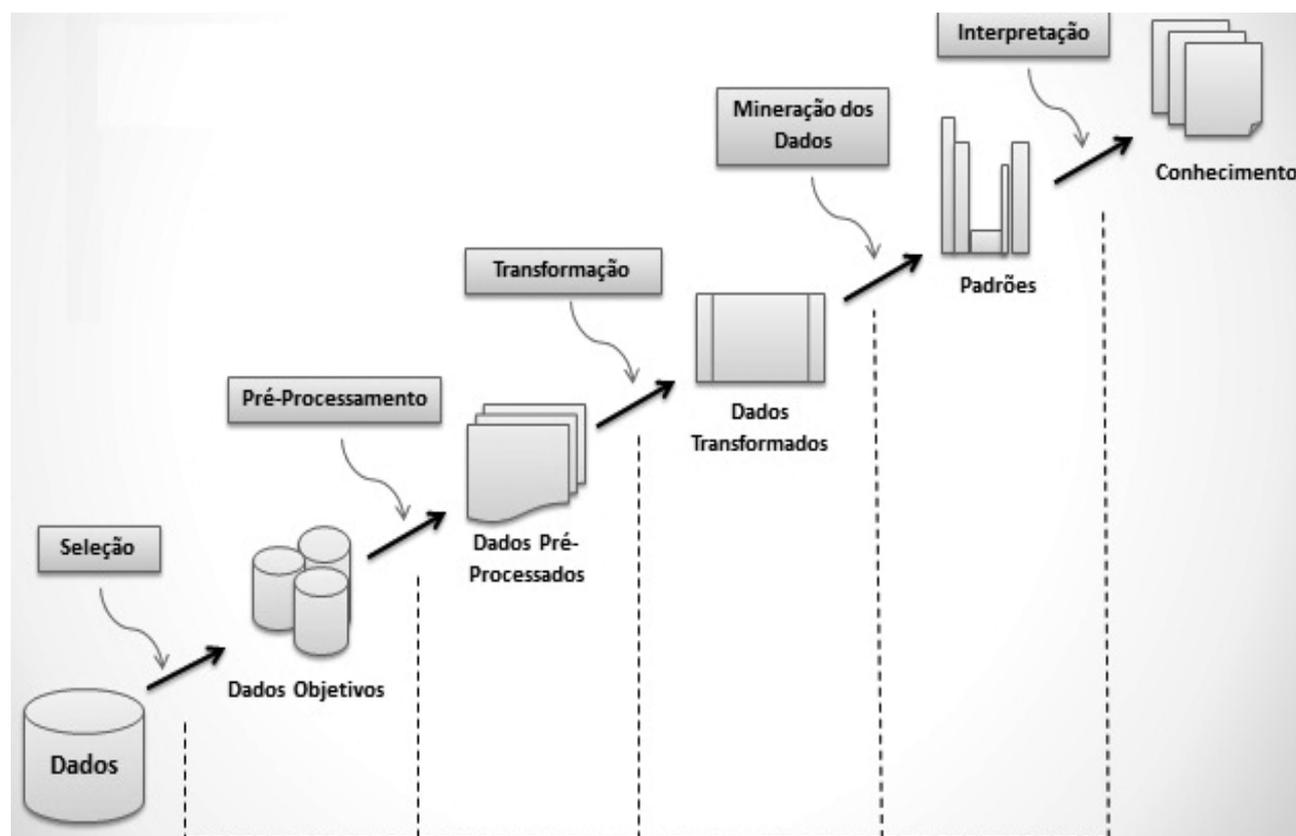


FIGURA 1 - Processos de um KDD  
Fonte: Adaptado de Pacheco, Vellasco e Lopes (2000).

### 3.4.2 Tarefas de Mineração de Dados

Para atingir os objetivos traçados em uma mineração de dados, poderão ser utilizadas diversas ferramentas e técnicas. Normalmente, depende das tarefas a serem realizadas, isto é, elas podem ser aplicadas de maneira individual

Segundo Goldschmidt (2005), o processo de KDD está dividido em três importantes fases e/ou etapas que são:

a) Pré-Processamento: Seleção dos dados, Enriquecimento (se necessário), Transformação e Codificação.

b) Mineração de Dados: Os dados de fato são minerados, na tentativa de identificar padrões ou anomalias no banco de dados.

c) Pós-Processamento: Serão avaliadas as informações geradas para então gerar o conhecimento.

Pode-se visualizar melhor como funciona de fato todo processo de KDD na Figura 1.

ou em conjunto, o que influenciará na hora de escolher a técnica apropriada a ser utilizada em um projeto.

Autores como Groth (1998), Fernandes (2005) e Laudon e Laudon (2007), afirmam que, tradicionalmente, são utilizadas quatro

categorias amplas de algoritmos complexos para aplicação de técnicas de *data mining* que são: classificação, agrupamento (clusterização), associação e descoberta de sequência. Porém, Turban (2009) e também Goldschmidt (2005), completam com mais um tipo de informação, chamando-a de previsão.

a) **Classificação:** tem como objetivo, a partir de um banco de dados contendo objetos pré-classificados (objetos cuja classe é conhecida), construir um modelo que seja capaz de classificar automaticamente novos objetos (objetos cuja classe é desconhecida) em função de suas características.

b) **Associação:** tem como objetivo descobrir combinações de itens ou valores de atributos que ocorrem com frequência significativa em uma base de dados.

c) **Descoberta de Sequência:** tem como objetivo descobrir sequências de eventos frequentes. Parece com a mineração de associações, mas leva em conta a ordem ou a data de ocorrência dos eventos.

d) **Clusterização (Agrupamento):** tem como objetivo dividir automaticamente um conjunto de objetos em grupos (clusters) de acordo com algum tipo de relacionamento de similaridade existente.

e) **Previsão:** a previsão é uma forma de estimativa. Ela avalia valores futuros com base em padrões dentro de amplos conjuntos de dados, como a previsão de demanda, pois existe um esforço em usar métodos estatísticos a fim de prever vendas futuras.

### 3.4.3 Técnicas de *Data Mining*

Diante de todos os desafios enfrentados na mineração de dados, visto que, infelizmente, ela não possui uma só técnica que possa ser utilizada para todos eles, existem diversas técnicas que podem ser escolhidas e estas dependem muito da tarefa ou tarefas a serem realizadas.

Autores como Turban (2009), Laudon e Laudon (2007), Fernandes (2005) e também Goldschmidt (2005), esclarecem que as técnicas utilizadas para mineração de dados são: raciocínio baseado em casos, computação neural, agentes inteligentes, análise associativa, entre outras ferramentas como árvores de decisão, algoritmos genéticos, métodos estatísticos e descoberta de regras.

Após efetuar os testes com as diversas tarefas e técnicas acima descritos, utilizou-se das tarefas de Classificação e Associação juntamente com as técnicas de Árvores de Decisão e Descoberta de Regras de Associação e seus respectivos algoritmos J48 e APRIORI, em que foi possível identificar os diferentes perfis dos ingressantes de cada curso.

## 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho foi demonstrar a aplicabilidade das técnicas de Mineração de Dados em um ambiente de gestão educacional de uma Instituição de Ensino Superior (IES), apresentando à mesma o perfil dos estudantes ingressantes, contribuindo, desta forma, para a gestão e organização de campanhas dirigidas aos diferentes tipos de perfis de seus presentes e futuros discentes.

A aplicação das técnicas de Mineração de Dados com intenção de descobrir novos conhecimentos permitiu que fossem geradas diversas informações, as quais antes não poderiam ser entendidas, ou até mesmo encontradas apenas com uma simples consulta na base de dados. Tais informações geradas pela mineração podem trazer benefícios aos gestores, auxiliando-os em suas tomadas de decisões. Fica a critério dos mesmos se vão ou não utilizar as informações obtidas no desenvolver do trabalho.

Os experimentos apresentaram uma importante contribuição em termos de quais aspectos são característicos para os ingressantes. Os testes realizados também foram de grande valia para o projeto, pois nos permitiu chegar a um arquivo final, com configurações e atributos que melhor se comportaram ao objetivo do

trabalho e, inclusive, possibilitou que fossem tiradas diversas conclusões a seu respeito.

Uma das principais características que pôde ser observada é que a maioria dos ingressantes são originários de Escolas Públicas da região Sul do Brasil, os quais estudam no período Matutino, escolheram a IES pelo Custo da Mensalidade, porém tiveram influência direta de seus Amigos e Familiares para ingressar na instituição e, por fim, pretendem aplicar o seu lado empreendedor, ou seja, abrir seu Próprio Negócio.

Outra característica importante que pôde ser notada são os meios em que os ingressantes obtiveram informações sobre a instituição e seu processo seletivo, visto que, mesmo a maioria utilizando-se da internet para se manter atualizado, de toda a amostra, 40% obtiveram informações através de seus amigos. Ainda podemos ir adiante dizendo que 37% dos ingressantes, além de obterem informações da instituição através de seus amigos, também a escolheram diante da influência de seus amigos, isto é, os amigos têm influência direta no ingresso de um novo estudante.

Neste trabalho foi demonstrada a relevância do processo de mineração de dados e a obtenção de informações no que se refere à análise das informações constantes na base de dados. Assim, objetivou-se analisar os motivos que levam os acadêmicos a ingressarem na Instituição, por meio da aplicação das tarefas de classificação e associação com seus respectivos algoritmos J48 e Apriori.

Quando bem aplicada, a mineração de dados origina muitos benefícios para as organizações, auxiliando seus gestores nos mais variados processos decisórios. No segmento de ensino superior, a competitividade está cada vez mais acirrada, com isso a utilização de técnicas e ferramentas para mineração de dados, além de auxiliar os gestores, ajuda, ainda, na obtenção de vantagens competitivas.

O trabalho apresentado teve por objetivo contribuir para a análise do perfil dos ingressantes

da Instituição de Ensino Superior (IES). Acredita-se que este trabalho possa ser utilizado como complemento das técnicas de gestão utilizadas pelos gestores da IES para a melhoria nos processos decisórios que envolvam todo o caminho do ingresso de um novo estudante.

## REFERÊNCIAS

ALVARENGA, R. *et. al.* Gestão de conhecimento para ensino e pesquisa: o modelo da UCB. In: CONGRESSO ANUAL DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE GESTÃO DO CONHECIMENTO. **Anais...** São Paulo, 2002. Disponível em: <www.correi.unicamp.br>. Acesso em: 14 abr. 2012.

BATISTA. Emerson de Oliveira. **Sistemas de informação:** o uso consciente da tecnologia para o gerenciamento. São Paulo: Saraiva, 2006.

COLOSSI, Nelson; SOUZA PINTO, Marli Dias (Orgs). **Estudos e perspectivas em gestão universitária.** Blumenau: Nova Letra, 2004.

DALFOVO, Oscar Amorin; NEWTON, Sammy. **Quem tem informação é mais competitivo.** Trabalho Acadêmico. Blumenau, 2000.

DRUCKER, Peter. Uma conversa com Peter Drucker. **Revista Exame.** São Paulo, ed. 754, ano 35, n. 24, 28/Nov de 2001.

FERNANDES, Anita Maria da Rocha. **Inteligência artificial:** noções gerais. Florianópolis: VisualBooks, 2005.

GOLDSCHMIDT, Ronaldo; PASSOS, Emmanuel Lopes. **Data Mining:** um guia prático: conceitos, técnicas, ferramentas, orientações e aplicações. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

GROTH, Robert. **Data Mining a hands-on for business professional.** New Jersey: Prentice Hall PTR, 1998.

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Educação Superior Brasileira:** 1991-2004; Brasília, 2006.

INEP - Nacional de Estudos e Pesquisas

Educacionais Anísio Teixeira. Disponível em: <[http://download.inep.gov.br/download/superior/censo/2009/resumo\\_tecnico2009.pdf](http://download.inep.gov.br/download/superior/censo/2009/resumo_tecnico2009.pdf)>. Acesso em 23 maio 2012.

LAUDON, Kenneth C., LAUDON, Jane P. **Sistemas de informações gerenciais**. 7. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

O'BRIEN, James A. **Administração de sistemas de informação: uma introdução**. 13. ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2007.

PACHECO, Marco A.; VELLASCO, Marley; LOPES, Carlos H. **Descoberta de conhecimento e mineração de dados**. Laboratório de Inteligência Computacional Aplicada – Rio de Janeiro: PUC, 2000.

TARAPANOFF, K. (Org.). **Inteligência organizacional e competitiva**. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.

TURBAN, Efraim. **Introdução a sistemas de informação**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

\_\_\_\_\_. **Tecnologia da informação para gestão**. Porto Alegre: Bookman, 2004.

\_\_\_\_\_. **Business Intelligence: um enfoque gerencial para a inteligência do negócio**. Porto Alegre: Bookman, 2009.

## CONSIDERAÇÕES SOBRE OS MOTÉIS COMO ATITUDE EMPRESARIAL NO ORDENAMENTO JURÍDICO

Elaine Gonçalves Weiss de Souza<sup>1</sup>

### RESUMO

Este trabalho visa verificar o conceito de “Motel” possível no ordenamento jurídico como meio de hospedagem, examinando-o em conjunto com as peculiaridades das atividades que desenvolve como empresa. Destaca-se a análise de seu enquadramento na Política Nacional de Turismo, e como vem sendo recebida sua classificação pela jurisprudência e pela legislação. Em um país com dimensões continentais, diversificado e cheio de especiais situações, que sediará renomados eventos esportivos e que não possui uma organização turística ainda apropriada, a organização das atividades moteleiras é imprescindível para o êxito do turismo no Brasil.

**PALAVRAS CHAVE:** Motel. Conceito. Legislação.

### *OBSERVATIONS ON THE MOTELS IN ORDINANCE JURIDICAL*

### ABSTRACT

This is work that aims to verify the concept of "Motel" as possible in the legal environment hosting, examining it in conjunction with the peculiarities of the activities that develop as a company. We emphasize the analysis of their participation in the National Tourism Policy, and how it has been received by case law and legislation to classify. Faced with a country with continental dimensions, varied and full of special situations, which will host renowned sporting events and that does not have a tourism organization still appropriate, the organization of activities moteleiras is essential to the success of tourism in Brazil.

**KEY WORD:** Motel. Concept. Legislation.

---

<sup>1</sup> Procuradora Municipal Efetiva, Advogada, Professora Universitária, Palestrante. Mestre em Ciência Jurídica. Especialista em Direito Tributário. Especialista em Direito Eleitoral. E-mail: laine@balneariocamboriu.sc.gov.br

## 1 INTRODUÇÃO

Trata o presente artigo de uma pesquisa dedutiva para a conceituação dos serviços de motéis no ordenamento jurídico. O objeto do artigo é desmistificar a significação atual dos empreendimentos moteleiros, como real meio de hospedagem que precisar ser assim reconhecido, para então regulamentado e fiscalizado, ande a total ausência de seu reconhecimento como serviço turístico.

## 2 MOTÉIS: COMO CONCEITUAR?

Motel é reconhecidamente um meio de hospedagem que se caracteriza pela possibilidade de pagamento pelo uso por fração de horas. Historicamente, motéis eram hospedarias de beira de estrada, destinadas aos motoristas e viajantes em trânsito. Distantes dos centros urbanos acabaram sendo utilizados por pessoas em busca de privacidade. Com o desenvolvimento das cidades e mudanças de costumes e consumos da sociedade, passaram a fazer parte dos próprios bairros, e a assemelharam-se muito aos hotéis.

Ter-se-ia como questionamento se uma empresa, embora se licenciando junto ao Município como um “hotel”, poderia desempenhar atividade como se “motel” fosse, ou mais precisamente, se há requisitos imbricados exclusivamente ao conceito de Motel.

Equacionando o thema iudicandum tem-se que não existe tipificado o conceito de Motel no ordenamento jurídico brasileiro, ao menos de forma precisa. A Lei Federal 11.771/2008<sup>2</sup> que dispõe sobre a Política Nacional de Turismo e que definiu as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico sobre os meios de hospedagem assim estipulou a respeito do que se caracteriza como um meio de hospedagem:

Art. 23 Consideram-se meios de hospedagem

2 BRASIL. **Política nacional de turismo**. (Diário Oficial da União). Brasília, 17 set. 2008. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2008/Lei/L11771.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11771.htm)>. Acesso em: 20.08.2012.

os empreendimentos ou estabelecimentos, independentemente de sua forma de constituição, destinados a prestar serviços de alojamento temporário, ofertados em unidades de frequência individual e de uso exclusivo do hóspede, bem como outros serviços necessários aos usuários, denominados de serviços de hospedagem, mediante adoção de instrumento contratual, tácito ou expresso, e cobrança de diária.

[...]

4 Entende-se por diária o preço de hospedagem correspondente à utilização da unidade habitacional e dos serviços incluídos, no período de 24 (vinte e quatro) horas, compreendido nos horários fixados para entrada e saída de hóspedes.

[...]

Art. 26. Os meios de hospedagem deverão fornecer ao Ministério do Turismo, em periodicidade por ele determinada, as seguintes informações

I - perfil dos hóspedes recebidos, distinguindo-os por nacionalidade;

II - registro quantitativo de hóspedes, taxas de ocupação, permanência média e número de hóspedes por unidade habitacional.

Parágrafo único. Para os fins deste artigo, os meios de hospedagem utilizarão as informações previstas nos impressos Ficha Nacional de Registro de Hóspedes - FNRH e Boletim de Ocupação Hoteleira - BOH, na forma em que dispuser o regulamento.

[...]

Art. 22. Os prestadores de serviços turísticos estão obrigados ao cadastro no Ministério do Turismo, na forma e nas condições fixadas nesta Lei e na sua regulamentação.

Nota-se que esta norma somente entendeu como meio de hospedagem aquele que ofereça um serviço de período mínimo de vinte e quatro horas, o que já denota a exclusão e o desmerecimento turístico dos motéis como meios de hospedagem a serem regulamentados.

Posteriormente à Lei Federal 11.771/2008, adveio o Decreto Federal 7381/2010<sup>3</sup> que a regulamentando especificou:

Art. 18. Os prestadores de serviços turísticos deverão se cadastrar junto ao Ministério do Turismo, observado o disposto na Lei nº 11.771, de 2008, e neste Decreto.

[...]

Art. 26. Constituem-se documentos comprobatórios de relação comercial entre meio de hospedagem

3 BRASIL. **Regulamentação da Lei 11.771/2008 que trata da Política Nacional de Turismo** (Diário Oficial da União). Brasília, 02 dez. 2010. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7381.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7381.htm)>. Acesso em: 20.08.2012.

e hóspede as reservas efetuadas mediante, entre outros, troca de correspondência, utilização de serviço postal ou eletrônico e fac-símile, realizados diretamente pelo meio de hospedagem ou prepostos, e o hóspede, ou agência de turismo que o represente.

§1o O contrato de hospedagem será representado pelo preenchimento e assinatura pelo hóspede, quando de seu ingresso no meio de hospedagem, da Ficha Nacional de Registro de Hóspede - FNRH, em modelo descrito no Anexo I.

§2o Os meios de hospedagem deverão manter arquivadas, em formato digital, as FNRH, de acordo com procedimento a ser estabelecido em portaria do Ministério do Turismo.

§3o Caberá ao meio de hospedagem, em prazo determinado pelo Ministério do Turismo, fornecer o Boletim de Ocupação Hoteleira - BOH, conforme modelo descrito no Anexo II, através de meio postal ou eletrônico.

Dessume-se, então, para que um local seja reconhecido como um hotel haverá de cumprir as exigências de recepção adequada, com os registros dos ocupantes dos leitos dentro das regras elencadas pela lei federal. Um motel, por sua vez, prima em seu metiê pela total inexistência de cadastros, recepção, contrato escrito. Mais precisamente, prima pela total privacidade e sigilo. Somente por este ponto qualquer empreendimento de leitos que não obedeça a esta regra cadastral já não poderá enquadrar-se como um meio de hospedagem legalmente organizado. Não havendo cadastro, não poderia funcionar.

O Sistema Brasileiro de Classificação de Meios de Hospedagem do Ministério do Turismo<sup>4</sup> feito em 2010 estabelece a seguinte distinção entre os meios de hospedagens: Hotel, Hotel Fazenda, Cama e Café, Resort, Hotel Histórico, Pousada e Flat/Apart-Hotel. Não indica em sua listagem os motéis.

Esta classificação administrativa é oriunda da autorização contida no art. 24 do Decreto Federal 7381/2010:

Art. 24. Considera-se unidade habitacional o espaço atingível a partir das áreas principais de circulação

4 Disponível em: <[http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/programas\\_acoes/Arquivos/1\\_CAR-TILHA\\_PROCESSO\\_CLASSIFICAxo.pdf](http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/programas_acoes/Arquivos/1_CAR-TILHA_PROCESSO_CLASSIFICAxo.pdf)>. Acesso em: 15.08.2012.

comuns no estabelecimento, destinado à utilização privada pelo hóspede, para seu bem estar, higiene e repouso.

Parágrafo único. Ato do Ministério do Turismo disporá sobre os tipos e formas de utilização das unidades habitacionais.

Art. 25. Entende-se por diária o preço da hospedagem correspondente à utilização da unidade habitacional e dos serviços incluídos, observados os horários fixados pela entrada e saída do hóspede, obedecendo o período de vinte e quatro horas [...].

Parágrafo único. O estabelecimento fixará o horário de vencimento da diária de acordo com a sazonalidade, com os costumes do local ou mediante acordo direto com o hóspede.

Esta é a realidade legislativa do país: os motéis foram esquecidos em sua tipologia. Neste diapasão, ou o Poder Público apregoa uma legislação que venha a exigir a apresentação prévia de documentos de identidade para cadastro também em motéis, prevendo-o na classificação nacional de meios de hospedagens, ou a fiscalização sobre esta atividade continuará írrito. Em época que antecede grandes eventos como Copa e Olimpíadas que irão gerar um fluxo de turistas exacerbado em todo território nacional, a regulamentação e fiscalização dos meios de hospedagem, tanto pelo Ministério do Turismo, quanto pelos Municípios em todas as suas formas é urgente medida esperada.

### 3 MOTÉIS E SUAS ATIVIDADES

Mesmo enaltecendo o direito à privacidade um motel não pode ser local de favorecimento de práticas criminosas. Ainda que venda sigilo e discrição, as pessoas que lá adentram devem ser identificadas. Neste contexto, convém ressaltar que o Estatuto da Criança e Adolescente - ECA, em seu art. 250<sup>5</sup> estabelece punição para hotéis, motéis e similares que permitam a entrada de menores seu fechamento. Uma norma de proteção à criança previu a figura do motel, que até hoje não foi elencada em âmbito turístico. Transcreve-se:

Art. 250 Hospedar criança ou adolescente desacompanhado dos pais ou responsável, ou

5 BRASIL. **Estatuto da criança e do adolescente**. (Diário Oficial da União). Brasília, 13 jul. 1990. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm)>. Acesso em: 20.08.2012.

sem autorização escrita desses ou da autoridade judiciária, em hotel, pensão, motel ou congênere: Pena – multa.

§ 1º Em caso de reincidência, sem prejuízo da pena de multa, a autoridade judiciária poderá determinar o fechamento do estabelecimento por até 15 (quinze) dias.

§ 2º Se comprovada a reincidência em período inferior a 30 (trinta) dias, o estabelecimento será definitivamente fechado e terá sua licença cassada.

É o cadastro dos frequentadores que possibilitará a fiscalização almejada. O ECA determina ainda em art. 82 a proibição de hospedagem de criança ou adolescente em hotel, motel, pensão ou estabelecimento congênere, salvo se autorizado ou acompanhado pelos pais ou responsável. Contempla-se que o estatuto prevê a punição, mas não entabulou formas para sua prevenção. Como “motel” não está previsto na classificação do Ministério do Turismo, inexistindo para ele a regra cadastral, a fiscalização torna-se extremamente mais difícil, pela inexistência de dados de seus frequentadores.

Além do ECA, tão somente mais duas normas federais mencionam “Motel” com intuito de reconhecê-lo como estabelecimento empresarial. Trata-se do art. 68 da Lei 9.610/98<sup>6</sup> (Lei de Direitos Autorais) que trás o termo motel com intuito de ao legitimar a cobrança de direitos autorais. Cita-se:

Art. 68. Sem prévia e expressa autorização do autor ou titular, não poderão ser utilizadas obras teatrais, composições musicais ou lítero-musicais e fonogramas, em representações e execuções públicas.

[...]

§ 3º Consideram-se locais de frequência coletiva os teatros, cinemas, salões de baile ou concertos, boates, bares, clubes ou associações de qualquer natureza, lojas, estabelecimentos comerciais e industriais, estádios, circos, feiras, restaurantes, hotéis, motéis, clínicas, hospitais, órgãos públicos da administração direta ou indireta, fundacionais e estatais, meios de transporte de passageiros terrestre, marítimo, fluvial ou aéreo, ou onde quer que se representem, executem ou transmitam obras literárias, artísticas ou científicas.

6 BRASIL. **Lei de direitos autorais**. (Diário Oficial da União). Brasília, 19 fev. 1998. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9610.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9610.htm)>. Acesso em: 20.08.2012.

E a Lei Complementar 116/2003<sup>7</sup>, que trata dos impostos sobre serviços de qualquer natureza, a qual em seus anexos, prevê como fato gerador do tributo a hospedagens em motéis. Menciona-se:

9.01 – Hospedagem de qualquer natureza em hotéis, apart-service condominiais, flat, apart-hotéis, hotéis residência, residence-service, suite service, hotelaria marítima, motéis, pensões e congêneres; ocupação por temporada com fornecimento de serviço (o valor da alimentação e gorjeta, quando incluído no preço da diária, fica sujeito ao Imposto Sobre Serviços).

Note-se que normas de ramos totalmente distintos da inclinação moteleira, como direitos autorais, direito da criança e adolescente, e direito tributário trataram os Motéis como meio de hospedagem em toda sua conceituação jurídica e consequências. Já, a específica Lei Federal n. 11.771/2008 que deveria tratar sobre o tema, e suas regulamentações posteriores silenciaram sobre o tema, desprestigiando a atividade e inviabilizando a fiscalização cadastral.

Em certa ocasião, o STJ no REsp 471.546/SP ao discutir o direito de propriedade da palavra “SPA”, como marca, entendeu que a palavra “Motel” teria a mesma intensidade que hotel, pousada ou estalagem, equiparando estes meios de hospedagem ao menos por conceito de registro. Transcreve-se:

DIREITO DE PROPRIEDADE. Marca. “SPA”. A rigor, não seria passível de registro a marca “Spa”, vocábulo de uso comum e corrente para as casas que oferecem a seus clientes serviços especializados de estética do corpo, nutrição e emagrecimento, associando ordinariamente serviços médicos e de hotelaria. Seria o mesmo que adonar-se da palavra “Flat”, “Hotel”, “Motel”, “Pousada”, “Estalagem” etc. No caso dos autos, existente o registro, a ação de preceito cominatório proposta para defesa da marca foi julgada improcedente porque o princípio da especialidade assegura a proteção da marca apenas no âmbito das atividades do registro. Recurso especial não conhecido. (REsp 471.546/SP, Rel. Ministro RUY ROSADO DE AGUIAR, QUARTA TURMA, julgado em 06/02/2003, DJ 28/04/2003, p. 207).

7 BRASIL. **Lei que dispõe sobre o imposto sobre os serviços de qualquer natureza** (Diário Oficial da União). Brasília, 31 jul. 2003. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/LCP/Lcp116.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp116.htm)>. Acesso em: 20.08.2012.

Em outro momento, o STJ no REsp 704.459/RJ ao tratar de direitos autorais sobre músicas tocadas em quartos de motel entendeu que os mesmos são locais de frequência coletiva. Tal configuração auxilia no conceito do termo, reforçando a necessidade que dados cadastrais sejam obtidos de todos os consumidores. Reproduz-se:

[...] 5. Atualmente a jurisprudência desta Corte Superior tem entendido que os quartos de hotéis e motéis são considerados lugares de frequência coletiva para efeito de cobrança de direitos autorais, quando equipados com aparelhos de rádio ou televisão. Incidência da Súmula 63/STJ. [...] (RESP 704.459/RJ, Rel. Ministro HONILDO AMARAL DE MELLO CASTRO (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/AP), QUARTA TURMA, julgado em 23/02/2010, DJe 08/03/2010).

Também, o STJ junto ao REsp 1127179/RS compreendeu expressamente um motel como ramo de atividade empresarial, ao discutir seu direito de venda de bebidas alcoólicas frente a Lei Federal 11705/2008 (Lei seca). Registra-se:

[...] 1. Segundo a premissa de fato fixada pelo tribunal de origem, a recorrida encontra-se em área rural, às margens da rodovia federal, e oferece bebidas alcólicas para consumo no local, embora não constitua empresa precipuamente destinada ao comércio de bebidas alcoólicas, já que sua atividade é no ramo de motel. [...].

Em boa lição, o mesmo julgado consagrou excelente convicção diante de conflitos entre a proteção à sociedade e a livre iniciativa:

[...] 3. Não é demais observar que, à luz do princípio da proporcionalidade, diante das condições fáticas e jurídicas do caso, nada mais houve senão a ponderação entre a relevância da proteção à vida, à saúde, à incolumidade física dos indivíduos, de um lado, e, de outro, a preservação da liberdade de comércio, da propriedade, da livre iniciativa e outros direitos de defesa assegurados constitucionalmente, o que justifica a atuação do Estado editando atos normativos como a lei em testilha. 4. Recurso especial conhecido e provido. (RESP 1127179/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 15/03/2011, DJe 22/03/2011).

Em julgamento antigo proferido no REsp 149.070/DF entendeu o STJ que um Motel

(facilitar a prostituição), compreendendo como atividade dentro do âmbito de normalidade social. Copia-se:

[...] 2. A casa de prostituição não realiza ação dentro do âmbito de normalidade social, ao contrário do motel que, sem impedir a eventual prática de mercadoria do sexo, não tem como finalidade única e essencial favorecer o lenocínio. 3. Recurso especial conhecido para restabelecer a sentença. (RESP 149.070/DF, Rel. Ministro FERNANDO GONÇALVES, SEXTA TURMA, julgado em 09/06/1998, DJ 29/06/1998, p. 346).

Todos estes julgamentos demonstram a carência legislativa sobre o tema, que ao invés de ser resolvido nas leis, acaba por conceituar-se no judiciário.

Na letra fria da Lei Federal n. 11.771/2008 considera que é a ausência de portaria, de identificação dos hóspedes, da inexistência de livros de registro, e ausência de qualquer forma de fiscalização da origem dos frequentadores do local que permite excluir um estabelecimento Motel do conceito de Hotel. Somando-se, sempre, o fato de que a falta destes itens causam a impossibilidade de verificação da idade das pessoas que adentram ao local para seus encontros, instigando o descumprimento do ECA.

A lei determina o cadastro dos hóspedes não só para fins administrativos de controle de turismo. A prevenção de crimes, principalmente com menores é base fática da criação da norma. A inexistência de tais documentos acarretam a terrível ideia de que no interior do hotel/motel possam estar frequentando crianças e adolescentes. Na mesma toada, as averiguações para incidência tributária do Imposto sobre Serviço – ISS - exigem a sapiência do número de hospedes e ocupações para seu cálculo.

A exigência de cadastro dos frequentadores só pode advir da lei. Adentra-se num conflito legislativo, se o Município teria competência para instituir normas cadastrais dos usuários para os empreendimentos moteleiros. Em muitas cidades constata-se que órgãos periféricos agem como legisladores. Não raro, emanam normas de conselhos tutelares, polícia

militar, polícia civil e secretarias municipais que obrigam os estabelecimentos de motéis a registrarem seus usuários.

O art. 180<sup>8</sup> da CFRB assim entabula:

Art. 180. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios promoverão e incentivarão o turismo como fator de desenvolvimento social e econômico. Considerando que as atividades moteleiras incluem-se como objeto de progresso, caberia igualmente cogitar que o cadastro dos usuários é uma forma de fomento ao turismo, pois permite não só apregoar uma série de dados para eventuais estatísticas do setor, como para as fiscalizações de todo gênero (de vulneráveis a fatos tributáveis).

Seguindo, o art. 21, inciso IX, da CFRB mira que compete à União elaborar e executar planos nacionais e regionais de ordenação do território e de desenvolvimento econômico e social, donde adveio a competência para a elaboração da política nacional de turismo, constante na Lei 11.771/2008.

O art. 24 da CFRB determine em seu parágrafo 3º que inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão a competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades. E, por fim, o art. 30 da CFRB, inciso I dispôs que cabe ao Município legislar sobre assuntos de interesse local, e no inciso VIII que caberá ao Município promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano.

Demonstra-se, assim, a existência de dúvidas a respeito da competência de eventual legislação municipal (desconsiderando-se atos de órgãos periféricos que extrapolam sua competência) para regulamentar orientações para a atividade moteleira, em destaque, no campo cadastral.

Nesta perspectiva, entretanto, o Supremo Tribunal Federal, em decisão monocrática proferida no RE 251542 previu a possibilidade

dos Municípios legislarem sobre segurança bancária, posto que é fato que reflete o interesse local de segurança da própria população. Cita-se:

O Município pode editar legislação própria, com fundamento na autonomia constitucional que lhe é inerente (CF, art. 30, I), com objetivo de determinar, às instituições financeiras, que instalem, em suas agências, em favor dos usuários dos serviços bancários (clientes ou não), equipamentos destinados a proporcionar-lhes segurança [...]. Na realidade, o Município, ao assim legislar, apóia-se em competência material - que lhe reservou a Constituição da República - cuja prática autoriza essa mesma pessoa política dispor, em sede legal, sem qualquer conflito com as prerrogativas fiscalizadoras do Banco Central, sobre tema que reflete assunto de interesse eminentemente local, (a) seja aquele vinculado ao conforto dos usuários dos serviços bancários, (b) seja aquele associado à segurança da população do próprio Município (c) seja aquele concernente à estipulação de tempo máximo de permanência nas filas das agências bancárias, (d) seja, ainda, aquele pertinente à regulamentação edilícia vocacionada a permitir, ao ente municipal, o controle das construções, com a possibilidade de impor, para esse específico efeito, determinados requisitos necessários à obtenção de licença para construir ou para edificar. (...) Cabe assinalar, neste ponto, que a autonomia municipal erige-se à condição de princípio estruturante da organização institucional do Estado brasileiro, qualificando-se como prerrogativa política, que, outorgada ao Município pela própria Constituição da República, somente por esta pode ser validamente limitada [...] A Autonomia não é poder originário. É prerrogativa política concedida e limitada pela Constituição Federal. Tanto os Estados-membros como os Municípios têm a sua autonomia garantida constitucionalmente, não como um poder de autogoverno decorrente da Soberania Nacional, mas como um direito público subjetivo de organizar o seu governo e prover a sua Administração, nos limites que a Lei Maior lhes traça. No regime constitucional vigente, não nos parece que a autonomia municipal seja delegação do Estado-membro ao Município para prover a sua Administração. É mais que delegação; é faculdade política, reconhecida na própria Constituição da República. Há, pois, um mínimo de autonomia constitucional assegurado ao Município, e para cuja utilização não depende a Comuna de qualquer delegação do Estado-membro [...] a Constituição da República criou, em benefício das pessoas municipais, um espaço mínimo de liberdade decisória que não pode ser afetado, nem comprometido, em seu concreto exercício, por interpretações que culminem por lesar o mínimo essencial inerente ao conjunto (irredutível) das atribuições constitucionalmente deferidas aos Municípios.

8 BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil** (Diário Oficial da União). Brasília, 05 out. 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)>. Acesso em: 20.08.2012.

Nesta hipótese já aventada pelo Supremo Tribunal Federal, parece totalmente razoável e proporcional em prol de todo interesse público que o Município legisle sobre cadastros de frequentadores de motéis, suprimindo a omissa legislação federal, e fiscalize seu cumprimento.

Se o Município é vetor de leis nas áreas de vigilância sanitária, consumo, tributos, ambiental, planejamento urbano, e como disse o STF no julgado acima elencado, segurança das edificações, totalmente prudente que assim o faça também para determinar regras para os meios de hospedagem, no que compactue com os assuntos de interesse local. Estas ponderações levam a crer que o Motel para existir, na verdade, precisará atuar, na verdade, como Hotel.

Atente-se ainda que o art. 50 do Decreto Federal 7381/2010 constituiu o Sistema Nacional de Cadastramento, Classificação e Fiscalização dos Prestadores de Serviços Turísticos – SISNATUR, apregoando no art. 51 que a inobservância das regras contidas na Lei 11771/2009 sujeitará os prestadores de serviços turísticos, entre eles os de hospedagem, às penalidades administrativas, aplicadas isolada ou cumulativamente, inclusive por medida cautelar antecedente ou incidente de processo administrativo, quais sejam: advertência por escrito, multa, cancelamento da classificação, interdição de local, atividade, instalação, estabelecimento empresarial, empreendimento ou equipamento e cancelamento do cadastro.

Obtempera-se, ainda, que o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão possui um órgão chamado CONCLA – Comissão Nacional de Classificação – o qual é responsável pela definição do sistema de classificação nacional de atividades econômicas – CNAE -, onde nesta relação constam os “Motéis”, como subclasse da seção de alojamento e alimentação, da divisão de alojamento, do grupo de hotéis e similares, da classe também de hotéis e similares, o qual define que as atividades dos motéis se caracterizam pelo alojamento por período inferior a 24 horas.

Essa classificação do CNAE é utilizada como parâmetros para as pesquisas do IBGE – Instituto

Brasileiro de Geografia e Estatística, inclusive para pesquisas sobre meios de hospedagens. Tanto que na última pesquisa realizada no ano de 2011<sup>9</sup>, ao apresentar as estatísticas sobre os números de estabelecimentos de hospedagem, indicou os motéis como categorias a somar nos indicadores, juntamente com hotéis, apart-hotéis (*flats*), pousadas, pensões, albergues e outros.

Ironicamente, reconhecida como empreendimento econômico pelo Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão a atividade moteleira não foi prevista na Política Nacional do Ministério do Turismo.

Dentro do raciocínio histórico sistemático da criação das normas, os motéis não podem ser expurgados pela lei, diante da firmeza constitucional<sup>10</sup> do art. 170, IV da CF

A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios: (...) IV - livre concorrência; [...].

Totalmente execrável seria uma legislação tendente a abolir do território municipal a existência de motéis, ou que autorizasse o fechamento das organizações moteleiras já existentes. Propiciar hospedagem é um objeto lícito de desenvolvimento de atividade econômica, mas a o empreendimento, contudo, deve adequar-se legalmente às condutas sociais exteriorizadas por meio das normas municipais. Convém lembrar que o

[...] interesse local é exteriorizado pela vontade política, porquanto a lei local reflete o anseio da comunidade mediante a boca e a pena dos legisladores eleitos pelos munícipes. (REsp 474.475/SP, Rel. Ministro Luis Fux, 1ª Turma, julgado em 09/09/2008, DJe 06/10/2008).

9 INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Comercio\_e\_Servicos/Pesquisa\_Servicos\_de\_Hospedagem/2011/tab01.pdf>. Acesso em: 24.08.2012.

10 BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil** (Diário Oficial da União). Brasília, 05 out. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 20.08.2012.

As análises das atividades desenvolvidas no interior do motel não podem ser objeto de julgamento moral pelo legislador. Engendradas usualmente ao plano sexual, um motel atende as necessidades sociais de muitos indivíduos. Uma parcela da sociedade utiliza o serviço. Ainda que, eventualmente, seja uma parcela minoritária (ou não), a proteção ao direito das minoras é ato imprescindível para a solidificação da democracia, posto que compreende a sociedade uma maioria de minorias, que precisam tolerar-se em suas diferenças.

O objetivo da hospedagem faz parte do direito de privacidade previsto no art. 5, inciso "X" da CRFB<sup>11</sup>:

X - são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação; [...].

Pessoas procuram esses locais pelos mais variados motivos. Seja para encontros amorosos, descanso individual, refastelamento em grupo, dormir, desanuviar. A motivação desde que lícita não interessa ao Município.

Ainda que o objeto da atividade moteleira seja lícito, e a responsabilidade pela segurança no contorno territorial seja do Estado, as peculiaridades da atividade de motel não a excluem do devedor de registrar seus frequentadores.

#### 4 CONCLUSÃO

Empreendimentos moteleiros são uma realidade no país, cresce a olhos vistos, e não estão devidamente regulamentados. Por cinismo jurídico ou vertigem legislativa, fato é que os motéis até hoje não receberam uma organização jurídica adequada. Para a cobrança de tributos, responsabilização por direitos autorais e até mesmo exigências para a proteção de menores o "Motel" é ressaltado em legislações. No entanto, sua atividade sequer é prevista no sistema de classificação de meios de hospedagem, 11 BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil** (Diário Oficial da União). Brasília, 05 out. 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)>. Acesso em: 20.08.2012.

tipificado nas normas da política nacional de turismo. Diante de um país que está às vésperas de grandes eventos mundiais, como a Copa e as Olimpíadas, a regulamentação deste setor é de suma importância para auxiliar toda forma de fiscalização da atividade e seus entornos.

A figura dos motéis não existe no ordenamento jurídico e para sua fiscalização deve-se aplicar por analogia a conceituação de hotéis. Até a existência de regramentos específicos para os Motéis, as regras dos hotéis, principalmente em relação à situação cadastral dos frequentadores, deve ser utilizadas por analogia para evitar todos eventuais conflitos sociais. Diante do vácuo jurídico, nem mesmo as penalidades administrativas previstas pelo Ministério do Turismo, entre elas, o próprio embargo do estabelecimento, poderiam ser aplicadas ante a ausência dos Motéis na classificação federal dos meios de hospedagens.

Em âmbito municipal, fora as regras aplicadas a qualquer tipo de empreendimento (sanitárias, ambientais, ruídos e construção), a viabilidade da atividade em si não pode ser fiscalizada pelo Município. Igualmente, para fins de segurança da coletividade deve a legislação municipal prever também normas de cadastramento dos usuários das atividades moteleiras, propiciando, com isso uma melhor organização de informações sobre o setor, permitindo uma fiscalização efetiva do ponto de vista do ECA, tributário, direitos autorais, Agência de Proteção e Defesa do Consumidor - PROCON, vigilância sanitária e outros que vierem a ser verificados na competência municipal.

#### REFERÊNCIAS

BRASIL. **Superior Tribunal de Justiça**: 1ª turma Recurso Especial n.º 474475. Relator: Min. Luis Fux. Brasília, 9 de setembro de 2008. Disponível em: <[http://www.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/toc.jsp?tipo\\_visualizacao=null&processo=474475&b=ACOR#DOC3](http://www.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/toc.jsp?tipo_visualizacao=null&processo=474475&b=ACOR#DOC3)>. Acessado em 22 ago 2012.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. 4ª turma Recurso Especial n.º 471546. Relator: Min. Ruy Rosado de Aguiar.

Brasília, 28 de abril de 2003. Disponível em: <<http://www.stj.jus.br/SCON/index.jsp?processo=474475&&b=ACOR&p=true&t=&l=10&i=1>>. Acessado em 22 ago 2012.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. 4ª turma Recurso Especial n.º 704459. Relator: Min. Honildo Amaral de Mello Castro. Brasília, 23 de fevereiro de 2010. Disponível em: <<http://www.stj.jus.br/SCON/index.jsp?processo=474475&&b=ACOR&p=true&t=&l=10&i=1>>. Acessado em 22 ago 2012.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. 2ª turma Recurso Especial n.º 1127179. Relator: Min. Mauro Campbell Marques. Brasília, 22 de março de 2011. Disponível em: <<http://www.stj.jus.br/SCON/index.jsp?processo=474475&&b=ACOR&p=true&t=&l=10&i=1>>. Acessado em 22 ago 2012.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. 6ª turma Recurso Especial n.º 149070. Relator: Min. Fernando Gonçalves. Brasília, 09 de junho de 1998. Disponível em: <<http://www.stj.jus.br/SCON/index.jsp?processo=474475&&b=ACOR&p=true&t=&l=10&i=1>>. Acessado em 22 ago 2012.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. 2ª turma Recurso Especial n.º 1130103. Relator: Min. Carlos Meira. Brasília, 19 de agosto de 2010. Disponível em: <<http://www.stj.jus.br/SCON/index.jsp?processo=474475&&b=ACOR&p=true&t=&l=10&i=1>>. Acessado em 22 ago 2012.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. 1ª turma Recurso Especial n.º 958641. Relator: Mina. Denise Arruda. Brasília, 05 de novembro de 2011. Disponível em: <<http://www.stj.jus.br/SCON/index.jsp?processo=474475&&b=ACOR&p=true&t=&l=10&i=1>>. Acessado em 22 ago 2012.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. Decisão Monocrática n.º 251542. Relator: Min. Celso de Mello. Brasília, 01 de julho de 2005. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/listarJurisprudencia.asp?s1=%28RE%24%2ESCLA%2E+E+251542%2ENUME%2E%29&base=baseMonocraticas>>. Acessado em 22 ago 2012.

\_\_\_\_\_. **Código Civil.** (Diário Oficial da União).

Brasília, 10 jan. 2002. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/2002/L10406.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2002/L10406.htm)>. Acesso em: 20.08.2012.

\_\_\_\_\_. **Código Tributário Nacional** (Diário Oficial da União). Brasília, 27 out. 1966. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/Leis/L5172.htm>>. Acesso em: 20.08.2012.

\_\_\_\_\_. **Constituição da República Federativa do Brasil** (Diário Oficial da União). Brasília, 05 out. 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)>. Acesso em: 20.08.2012.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. (Diário Oficial da União). Brasília, 05 out. 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)>. Acesso em: 20.08.2012.

\_\_\_\_\_. **Estatuto da Criança e do Adolescente.** (Diário Oficial da União). Brasília, 13 jul. 1990. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm)>. Acesso em: 20.08.2012.

\_\_\_\_\_. **Lei de Direitos Autorais.** (Diário Oficial da União). Brasília, 19 fev. 1998. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9610.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9610.htm)>. Acesso em: 20.08.2012.

\_\_\_\_\_. **Lei que dispõe sobre o imposto sobre os serviços de qualquer natureza** (Diário Oficial da União). Brasília, 31 jul. 2003. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/LCP/Lcp116.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp116.htm)>. Acesso em: 20.08.2012.

\_\_\_\_\_. **Ministério do Turismo.** <[http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/programas\\_acoes/Arquivos/1\\_CARTILHA\\_PROCESSO\\_CLASSIFICAXO.pdf](http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/programas_acoes/Arquivos/1_CARTILHA_PROCESSO_CLASSIFICAXO.pdf)>. Acesso em: 15.08.2012.

\_\_\_\_\_. **Política Nacional de Turismo.** (Diário Oficial da União). Brasília, 17 set. 2008. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2008/Lei/L11771.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11771.htm)>. Acesso em: 20.08.2012.

\_\_\_\_\_. **Regulamentação da Lei 11.771/2008 que trata da Política Nacional de Turismo** (Diário Oficial da União). Brasília, 02 dez. 2010. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7381.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7381.htm)>. Acesso em: 20.08.2012.

BRAZ, Petrônio. **Atos administrativos**. São Paulo: Editora de Direito, 1997.

DI PETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito administrativo**. 22 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

GASPARINI, Diógenes. **Direito administrativo**. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 1992.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de direito administrativo**. 20 ed. São Paulo: Malheiros, 2006.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito administrativo brasileiro**. 29 ed. São Paulo: Malheiros, 2005.

\_\_\_\_\_. **Direito de construir**. 9 ed. São Paulo: Malheiros, 1994.

MUKAI, Toshio. **Direito administrativo**. São Paulo: Saraiva, 1998.

POMPEO, Cid Tomanik. **Autorização administrativa**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1992.

## CONSIDERAÇÕES SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS, O CONTEXTO DA ADOÇÃO E A ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO

Fabiana Aparecida Carlon<sup>1</sup>

Marluci Eliane de Maria<sup>2</sup>

Eliz Marine Wiggers<sup>3</sup>

### RESUMO

O presente artigo tem como finalidade possibilitar reflexões sobre as políticas públicas e a implicação destas na vida concreta dos indivíduos. Com o intuito de avaliar a aplicação e efetividade das políticas públicas no Brasil, problematizou-se o contexto da adoção, principalmente com relação aos aspectos que podem levar os pais a abandonar ou entregar seus filhos à adoção. Considerações sobre a atuação do psicólogo são apontadas com o objetivo de compreender o papel que historicamente a psicologia teve perante as políticas públicas e os desafios que hoje os psicólogos enfrentam. Ao final, apontamentos relativos à negligência do Estado perante as condições vividas pela população são feitos, bem como são evidenciadas algumas alternativas.

**PALAVRAS CHAVE:** Políticas Públicas. Adoção. Psicologia.

### *PUBLIC POLICY CONSIDERATIONS, THE CONTEXT OF ADOPTION AND PERFORMANCE OF THE PSYCHOLOGIST*

### ABSTRACT

This article intends to enable discussions about public policies and the involvement of these, in real life of individuals. With the intention to assess the application and effectiveness of public policies in Brazil we began to problematize the context of adoption, especially in relation to aspects that can cause parents to abandon or give their children for adoption. Considerations for the psychology practice are pointed in order to understand the role of psychology has historically before the public policies, and the challenges that today psychologists must to face. Finally, notes concerning negligence of the state in face the conditions experienced by the population are made, as well as some alternatives are demonstrated.

**KEY WORDS:** Public Politic. Adoption. Psychology.

---

1 Acadêmica do Curso de Psicologia da Faculdade Avantis. Email: fabiana\_carlon@hotmail.com

2 Acadêmica do Curso de Psicologia da Faculdade Avantis. Email: marluci\_zimbros@hotmail.com

3 Psicóloga, Especialista em Mediação Social pela UNIPLAC e Docente do Curso de Psicologia da Faculdade Avantis. Email: eliz@avantis.edu.br

## 1 INTRODUÇÃO

Este artigo foi construído em uma atividade prática desenvolvida no Curso de Psicologia da Faculdade Avantis, que teve o objetivo de integrar temáticas discutidas nas disciplinas de Psicologia e Saúde Pública/Comunitária e Psicologia Forense. Tal produção pretende ser uma contribuição para um entendimento ampliado das Políticas Públicas, assim como, vem problematizar a implicação direta e indireta destas na vida cotidiana da população. Diante disso, reflete sobre o contexto da adoção, se propondo a questionar o que pode estar relacionado ao ato dos pais abandonarem ou entregarem seus filhos à adoção.

Partindo do princípio de que não cabe naturalizar as práticas, mas compreender como estas se instituíram e foram histórica e socialmente construídas, o ato de abandonar é discutido no decorrer do artigo. Da mesma forma, as práticas profissionais passam a ser questionadas, justamente perante o contexto das políticas públicas, pois a psicologia, somente a partir da década de 80, que passa a participar efetivamente das políticas de Estado e muito recentemente é inserida como profissão que atua neste contexto.

## 2 NOÇÕES DE POLÍTICAS PÚBLICAS

As políticas públicas podem ser consideradas como uma obrigação do Estado, e se configuram como direito de cada cidadão, independente de sua idade, condições financeiras, etnia, raça, escolaridade, etc.

Para Souza (2006, p. 24), que efetua uma revisão de literatura, apontando o estado da arte da área das políticas públicas, ressalta que “não existe uma única, nem melhor, definição sobre o que seja política pública”. Acrescenta que ao se pensar em uma teoria geral da política pública envolve a busca de sintetizar compreensões construídas em diversas áreas do conhecimento, como a sociologia, a ciência política e a economia. Nesse sentido,

as políticas públicas repercutem na economia e nas sociedades, daí por que qualquer teoria da política

pública precisa também explicar as inter-relações entre Estado, política, economia e sociedade. (SOUZA, 2006, p. 25).

Nesse sentido, Souza (2006) evidencia definições de política pública de outros autores. Para Mead (1995 apud SOUZA, 2006) as políticas públicas podem ser definidas como uma área no interior dos estudos da política que analisam o governo a partir de grandes questões públicas. Já Lynn (1980 apud SOUZA, 2006) entende as políticas públicas como um conjugado de ações governamentais que produzirão efeitos específicos. Peters (1986 apud SOUZA, 2006) aponta que política pública pode ser compreendida como o conjunto de atividades governamentais que acabam por interferir na vida dos cidadãos. Dye (1984 apud SOUZA, 2006, p. 24) quando fala do conceito de políticas públicas a resume como “o que o governo escolhe fazer ou não fazer”. De acordo com Souza (2006, p. 24) a definição de política pública mais conhecida é a de Laswell, o qual entende que as “decisões e análises sobre política pública implicam responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por quê e que diferença faz”.

Com o objetivo de apontar aspectos sobre a relação entre políticas públicas e a subjetividade, Gonçalves (2010, p. 20), ressalta as contradições presente nas políticas públicas efetuadas no Brasil, de modo que “falamos de políticas públicas relativos a direitos sociais em uma sociedade desigual”. Tal autora defende uma concepção de políticas públicas pautadas nas seguintes referências:

[...] elas devem ser democráticas, garantir os direitos sociais básicos, promover cidadania, contar com a participação dos sujeitos a quem se destinam; devem criar condições para experiências de contatos, relações e vivências diversas, mas que suponham um sujeito capaz de atuar na direção de construir novas alternativas de vida, sempre emancipadoras de sua condição individual e social. (GONÇALVES, 2010, p. 23).

A partir do que foi evidenciado anteriormente, pode-se considerar que refletir sobre as políticas públicas implica pensar de modo ampliado, não se restringindo a apenas uma área do conhecimento. Envolve também

compreender que tais políticas abarcam a vida concreta das pessoas e sua experiência subjetiva, bem como aspectos históricos e culturais do país. Se desconsiderar tais aspectos, pode-se organizar políticas públicas que tratam de um indivíduo pretensamente universal, mascarando que a desigualdade social existe e escondendo os aspectos envolvidos na produção de tal desigualdade. Ou, por outro lado, se trata de um indivíduo singular e único, não considerando que ele faz parte de um contexto coletivo, real e concreto, passa-se a entendê-lo como incapaz de participar de espaços e compartilhar vivências. Nesse sentido, a autora ressalta a relevância de se estar atento para a realidade de vida da população na efetivação de políticas públicas, pois, caso contrário, “o resultado é a manutenção da desigualdade e da situação que a produz”. (GONÇALVES, 2010, p. 24).

As políticas públicas devem permear todo o contexto social, devendo ser universais quanto ao acesso, e pautadas na igualdade de atendimento, provendo à população não somente a saúde e educação, mas também segurança, moradia, cultura, trabalho, entre outros aspectos, visando à garantia de direitos fundamentais aos cidadãos. Contudo, para que as políticas públicas sejam efetivas e suscitem mudanças sociais, econômicas e culturais, estas devem atuar tendo como fundamento resgatar o indivíduo da situação no qual se encontra e torná-lo saudável, no sentido de lhe possibilitar condições de participar da comunidade e da realidade ao qual pertence e o oprime, como também perceber as contradições aos quais estão submetidos, na direção de “poder interferir na vida coletiva da sua comunidade para que as pessoas tenham interesses comuns de transformação social” (GONÇALVES, 2010, p. 24). Tais apontamentos partem do princípio que as políticas públicas devem ser efetivadas com a participação e envolvimento dos indivíduos a que estão sendo direcionadas, de modo que estes intervenham nas diretrizes tomadas a partir do controle social, e sejam estimulados a participarem ativamente do processo, de forma constante e indispensável, ao invés de as políticas públicas serem implantadas prontamente para eles.

Sabe-se que a realidade das políticas públicas ainda se encontra debilitada em algumas áreas, acarretando sérios prejuízos para a população que direta e indiretamente são afetadas, em decorrência das decisões tomadas equivocadamente ou não planejadas de acordo com o contexto histórico e social da população, sua cultura, política e até mesmo sua economia. Como, por exemplo, o que aconteceu com “as diretrizes propostas pela Organização Mundial de Saúde (OMS)”. Estes planos propostos tinham como objetivo a “democratização da saúde até o final no segundo milênio”, porém,

parecem ter sido inviabilizadas, pois inúmeros planos governamentais direcionados à saúde pública desconsideraram os fatores sócio-históricos, econômicos, políticos e culturais (BRASIL, 2004, p. 182).

Apesar de estes dados, se referirem a um artigo publicado no ano de 2004, esta realidade ainda perdura.

Da mesma forma, ocorre com as políticas públicas na área educacional, que não consideram a realidade contextual para a qual são direcionadas, como também com as políticas públicas de assistência social. Outro aspecto envolve a forma como as políticas públicas estão articuladas e acontecem no Brasil, pois, tendo em vista que as políticas desenvolvidas na área da saúde, da educação, da assistência social, e da segurança pública estão interligadas, e que o efetivo desenvolvimento das políticas em uma destas áreas implica no efetivo andamento de outra, se um destes âmbitos de atuação falha, a “rede” acaba por falhar. Ou seja, a atuação em “rede” pode possibilitar transformações sociais de modo ampliado, porém pode gerar entraves à efetivação das políticas públicas em cadeia.

### 3 REFLEXÕES SOBRE O CONTEXTO DA ADOÇÃO

Para exemplificar as implicações que as políticas públicas podem gerar no cotidiano e na concretude de vida das pessoas, propõe-se problematizar o contexto da adoção. Este contexto passa a ser colocado em questão tendo em vista o grande número de crianças que são abandonadas e entregues à adoção,

permanecendo em casas de acolhimento à espera de uma família substituta. A situação de abandono e entrega de filhos à adoção por parte de muitos genitores, gera na sociedade uma revolta e julgamento à mãe ou à família que abandonou. No entanto, pode-se levantar os seguintes questionamentos: O que levam determinados pais a entregarem seus filhos à adoção? O contexto social favorece ou não essa situação? O que muitas vezes parece, que é mais fácil e cômodo julgar do que entender as razões.

Em muitos casos, a entrega de uma criança em adoção não pode ser vista necessariamente como “abandono”, mas como um ato – e pode-se pensar, em um certo sentido, responsável– de pais que não estão disponíveis para assumir sua prole, abrindo mão de seu direito sobre a criança/adolescente e que, a partir deste ato, propiciam uma outra chance para a criança estabelecer relações afetivas estáveis e saudáveis para seu desenvolvimento. (COSTA; CAMPOS, 2003, p. 222).

Não está se defendendo ou justificando a razão que levam pais a abandonarem ou entregarem seus filhos à adoção, pois este não é foco deste artigo. Mas, propor a reflexão de que podem haver muitos aspectos nos bastidores dessa realidade: questões econômicas, condições de vida, concepções sociais relacionadas à noção de abandono; bem como questões de gênero podem estar envolvidas na problemática da adoção.

Muitas vezes, a alegação de dificuldades financeiras e materiais, por parte das genitoras que entregam a criança para adoção, parece ser mais fácil de aceitação e com um menor custo de sanção social. O curioso é que a própria sociedade que julga severamente a mãe que entrega ou abandona um filho, não se envergonha do fato desta mãe alegar agir assim em função da desigualdade social, da pobreza e/ou de seu próprio abandono. Tampouco julga com a mesma severidade o pai que, na maioria das vezes, segundo relato de muitas genitoras atendidas no Setor de Adoção, soube da gravidez e optou por não assumir sua prole (COSTA; CAMPOS 2003, p. 223).

Tais apontamentos implicam muitos olhares e interpretações, pois conforme apontam Costa e Campos (2003, p. 223) “a genitora pode alegar o problema socioeconômico para não revelar sua rejeição pela criança”, ou também,

esta rejeição pode estar menos relacionada à falta de recursos financeiros, e mais associada à falta de apoio do pai da criança e/ou familiares, ou ainda da sociedade em geral. (COSTA; CAMPOS, 2003, p. 233).

Diante disso, há a necessidade de se atentar para a singularidade que envolve cada situação, bem como compreender a complexidade que a adoção envolve.

Segundo Costa e Campos (2003), quando se propõe a abordar a temática da adoção inevitavelmente reporta-se à questão do abandono. Ayres (2010) ao realizar pesquisa sobre “adoção-pronta”, trata da questão do abandono. A adoção-pronta envolve práticas de adoção em que a criança entregue ou abandonada pelos pais de origem já se encontra na família que vem requerer ao Poder Judiciário a regularização da adoção ou tutela (quando se trata de familiares dos pais biológicos da criança). Nesse sentido, a autora aponta que a instituição de abandono, hegemonicamente,

vem sendo tomada e conceituada em seu aspecto mais abrangente, ou seja, associada ao ato de não acolhimento, ao desinteresse e ao desamor. A funcionalidade desse conceito, clara nos discursos políticos da adoção, especialmente àqueles que visam ao seu incentivo, estabelece um jogo maniqueísta, onde o adversário da ordem pública (o pobre que abandona) é representativo da incompetência e por isso excluído do seu direito ao pátrio poder, hoje poder familiar. (AYRES, 2010, s.p).

No entanto, a autora amplia sua exposição ressaltando que os aspectos afetivos que se nota no abandono somente surgiram a partir da produção da noção de infância. Tal situação abordada por Ayres (2010) leva a compreender que os conceitos e instituições com as quais convive-se atualmente não são naturais, mas históricas e socialmente construídas. Nesse sentido, a autora expõe que necessário datar e contextualizar o surgimento da infância, pois ela nem sempre foi notada como é hoje. Crianças e adolescentes já ocuparam posições de desvalorização, totalmente diferente do lugar de prioridade que ocupam na contemporaneidade. Pode-se perceber que o movimento de institucionalização da infância se deu de modo simultâneo ao processo de valorização da família e ao surgimento da escola (AYRES, 2010).

Na atualidade a concepção de infância entendida como prioridade, passou a ser foco da atuação de especialistas, alvo de implantação de políticas públicas, bem como ações de assistência e proteção. Nesse sentido, houve a produção do “mito do amor materno” e se construiu a noção de abandono vinculada à afetividade, compreendida como um problema individual. Tal entendimento que localiza no âmbito privado os fracassos do indivíduo acaba por isentar do Estado a sua função promotora e protetora da condição de cidadania (AYRES, 2010).

Costa e Campos (2003, p. 222) de modo crítico abordam a desobrigação do Estado, relacionando ao abandono, pois

este desejo dos pais de não assumir o filho precisa ser questionado em um país onde a maior parte da população se encontra abandonada pelo Estado, sem condições de saúde, moradia e educação.

A partir disso os autores questionam se é possível falar em “liberdade” no ato de entrega ou abandono de um filho, e acrescentam se há possibilidade de falar em escolha, pois escolher pressupõe mais de uma alternativa e considerando a situação precária em que muitas famílias possam se encontrar, a entrega de um filho se torna a única opção em busca da sobrevivência deste.

Cabe considerar que no âmbito social, na saúde, na educação, nada acontece de modo separado, isolado, no Brasil. Cada ocorrência ou situação acaba ser decorrente de um contexto mais ampliado envolvendo vários aspectos, os quais funcionam em rede, e respondem, de perto ou de longe, à formulação e ao modo de implantação das políticas públicas.

Outra situação rotineira, relativa às situações de adoção, é que normalmente o Poder Judiciário realiza um estudo psicossocial da família adotante, o que é extremamente importante e indispensável. Mas, porque raramente se faz esse estudo nas famílias que entregam seus filhos para a adoção? Porque tem-se o hábito de trabalhar e estudar a realidade já existente e não estudar, pensar e lutar para possibilitar que as coisas de alguma

forma sejam diferentes, buscando outras possibilidades? Obviamente, sempre existirão crianças que, infelizmente, serão abandonadas e conseqüentemente encaminhadas à adoção, mas, por que não trabalhar para a mudança, questionando o modo como as políticas públicas são implantadas ou porque falham?

Segundo apontam Costa e Campos (2003) historicamente as normas, leis e práticas assistenciais no Brasil que acabam por marcar o pobre e lhes julgam pela irresponsabilidade e pelo desamor dispensados à prole, originaram contradições institucionais que perduram até hoje pois nos séculos XVIII e XIX, a única forma das famílias pobres conseguirem apoio público para a criação e o sustento de seus filhos era abandonando-os.

Contudo, não se pode generalizar afirmando que todas essas situações relacionadas ao abandono de crianças envolvam a forma como o Estado se isenta de responsabilidade ou da forma como as políticas públicas são implantadas ou formuladas, mas, se entende que de um modo ou outro tais contextos estão integradas. Justificar o abandono e entrega de crianças como “problemas existentes no país” são também uma resposta imprópria, mas a única possível muitas vezes para pessoas que vivenciam tal situação, em virtude do seu desfavorecimento e negligência por parte das políticas públicas.

A situação em que muitas famílias vivem no país é abordada por Brasil (2004), quando se refere ao contexto da saúde pública, mas este pode ser estendido para outros setores, e não deixa de ainda estar presente entre nós.

Constata-se que uma grande maioria, entre o contingente de brasileiros oriundos das camadas menos favorecidas, de distintas faixas etárias e formações culturais, é constituída dos excluídos sociais com condições de vida precárias, impossibilidade de acesso à distribuição de bens e assistência insatisfatória nos atendimentos dos serviços públicos de saúde, entre outros (BRASIL, 2004, p. 182).

Embora não se pode generalizar, até porque cada sujeito tem responsabilidade pelos

atos que comete ao longo de sua vida, e que obviamente ocasionam diversas consequências, também a própria sociedade, sociedade essa que tem sua parcela de responsabilidade pela forma como todo esse contexto de degradação social se desenrola.

#### 4 CONSIDERAÇÕES SOBRE A ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO

Os apontamentos citados no decorrer deste artigo leva a pensar na formação e atuação de muitos profissionais das áreas da psicologia e sua articulação conjunta com profissionais do serviço social, da educação, da saúde. Tal preocupação se dá justamente por entender que a psicologia historicamente atuou a partir de delimitações de outras categorias profissionais, sendo que foi convidada a atuar no âmbito organizacional tendo em vista a avaliação e seleção de trabalhadores com o intuito de geração de lucro, na educação foi vista como profissão que seria interessante para ajustar e normalizar os alunos que possuíam dificuldades de aprendizagem, e na área da saúde atuou a partir dos direcionamentos médicos realizando seu trabalho com o objetivo de que os pacientes passassem a aderir mais eficazmente ao tratamento.

A partir deste histórico, que a psicologia no Brasil passa a atuar nas políticas públicas a partir de uma “presença ausente”, conforme ressalta Gonçalves (2010). A participação mais efetiva da psicologia nas políticas de Estado se dá somente a partir da década de 80. Contudo, a atuação da psicologia como profissão reconhecida nas políticas públicas de saúde e assistência social se dá muito recentemente, sendo que a atuação em equipes multiprofissionais ainda é um desafio.

Somente por meio do desenvolvimento de um olhar crítico, de uma visão ampliada, e do aprendizado para atuar com profissionais advindos de outras áreas do conhecimento que se torna viável alargar as possibilidades de resolução de problemas sociais, pensar para além das “máscaras” que as situações possam apresentar, bem como articular a atuação profissional com a realidade de vida concreta das

pessoas, gerando mudanças. É deste modo que a psicologia poderá ser uma “presença presente” nas políticas públicas (GONÇALVES, 2010).

#### 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em virtude dos apontamentos citados, leva-se a acreditar que as políticas públicas perpassam por todas as nuances do cotidiano brasileiro. Todas as áreas de atuação permeadas pelas políticas públicas devem ocorrer e de certa forma ocorrem de modo integrado, e se fazem presente direta e indiretamente na vida de toda população. Dessa forma, entender que esse cenário de abandono de crianças por seus pais pode estar relacionado a negligências, inclusive dos profissionais que não são qualificados, ou até mesmo não buscam aprimoramentos, qualificações e habilidades para atender e lutar por demandas sociais urgentes, se contentando em apenas cumprir sua obrigação profissional.

Nesse sentido, fica o desafio a todos nós, de buscar contribuições e habilidades técnicas e teóricas para aperfeiçoar a psicologia, e demais áreas do conhecimento. Da mesma forma, fica a provocação em se disponibilizar a fazer parte da luta por maior igualdade e qualidade nos serviços prestados no âmbito das políticas públicas, priorizando pela universalidade de acesso, bem como possibilitar à população um maior empoderamento, cobrando do Estado planejamentos mais precisos e eficazes, que levem em conta os contextos e necessidades da sociedade. Este deve ser o sentido da prática do profissional, quando este se dispõe a contribuir para a mudança do cenário brasileiro, fazendo da busca por igualdade nos direitos humanos e qualidade de vida em sociedade, uma motivação.

#### REFERÊNCIAS

AYRES, L. S. M. “Adoção-pronta”: mitos e construções. Scripta Nova. *Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*. [En línea]. Barcelona: Universidad de Barcelona, vol. XVI 15, nº 395 (17), marzo de 2012. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-395/sn-395-17.htm>>. Acesso em 20 nov. 2012.

BRASIL, A. M. R. C. Considerações sobre o trabalho do psicólogo em Saúde Pública. **Integração**. LOCAL, Ano X, nº 37. p. 181-186, Abr. Mai. Jun. 2004.

COSTA, L. F. CAMPOS, N. M. V. A Avaliação Psicossocial no Contexto da Adoção: Vivências das Famílias Adotantes. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**. LOCAL, vol. 19, n. 3, p. 221-230, Set-Dez 2003.

GONÇALVES, M. G. M. **Psicologia, subjetividade e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 2010.

SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, nº 16, p. 24, jul/dez, 2006.

## APOIO PSICOPEDAGÓGICO NO ENSINO SUPERIOR

Iris Weiduschat<sup>1</sup>  
Isabel Regina Depiné<sup>2</sup>  
Mara Zluhan<sup>3</sup>

### RESUMO

As Instituições de Ensino Superior - IES - em consonância às normativas do Ministério da Educação devem manter em suas políticas de atendimento aos discentes programas de “estímulos à permanência do discente: programa de nivelamento e atendimento psicopedagógico” (MEC, 2012). Neste sentido, as IES passam a implantar o serviço de acompanhamento psicopedagógico especializado com a finalidade de intervir no processo de ensino e aprendizagem do estudante, bem como na sua interação social durante o período de formação acadêmica e na sua integração com a realidade social. Neste artigo, reúne-se a experiência e os fundamentos que esclarecem as implicações do trabalho psicopedagógico no âmbito acadêmico, reflexo do trabalho desenvolvido na Faculdade Avantis – Balneário Camboriú/SC.

**PALAVRAS CHAVE:** Apoio Psicopedagógico. Discentes. Docentes. Educação Superior.

### *PSYCHOPEDAGOGICAL IN HIGHER EDUCATION*

### ABSTRACT

The Higher Education Institutions, in accordance to regulations of the Ministry of Education should keep in their service to students of political programs "stimuli residence of the student: leveling program attendance and psychology" (2012). In this sense, the Higher Education Institutions spend deploy service monitoring specialist psychology in order to intervene in the process of teaching and student learning, as well as their social interaction during the academic education and its integration with social reality. In this article, meets the experience and the fundamentals that explain the implications of working within academic psychology, reflecting the work of the Faculty Avantis - Balneário Camboriú/ SC.

**KEY WORDS:** psychology, students, teachers, higher education

---

1 Graduada em Pedagogia pela FURB/FEDAVI e Mestre em Educação pela PH-Freiburg/Alemanha, reconhecido no Brasil pela UNIVALI – professora da Faculdade Avantis. Email: irisw2008@gmail.com

2 Graduada em Ciências Biológicas pela FURB e Mestre em Educação pela UFSC – Diretora da Faculdade Avantis. Email: direcao@avantis.edu.br

3 Graduada em Pedagogia pela FURB/FEDAVI e Mestre em Educação pela UDESC – professora da Faculdade Avantis. Email: profmara@avantis.edu.br

- As autoras do artigo são responsáveis pela implantação e desenvolvimento das atividades do apoio psicopedagógico da Faculdade Avantis.

## 1 INTRODUÇÃO

Os serviços psicopedagógicos, realizados junto Núcleo de Apoio Psicopedagógico - NAP, da Faculdade Avantis de Balneário Camboriú/SC, tem como finalidades (REGULAMENTO – NAP, 2012):

- I. contribuir para o aprimoramento da ação educativa dos docentes;
- II. colaborar com o Núcleo de Apoio Técnico Pedagógico – NATEP para assessorar, organizar, acompanhar e/ou implementar ações e iniciativas de aperfeiçoamento do processo ensino-aprendizagem;
- III. orientar, assessorar e acompanhar ações de intervenção pedagógica nos casos de necessidades educativas especiais;
- IV. orientar e acompanhar os acadêmicos em seu processo de formação profissional, científica e humana;
- V. orientar e acompanhar acadêmicos com dificuldades de aprendizagem;
- VI. realizar a integração do corpo docente e discente com a promoção de grupos de reflexão e estudos.

A construção destas finalidades, por sua vez, nasce a partir de um trabalho integrado, realizado pela direção geral, conselho técnico pedagógico, coordenação de cursos e professoras com experiência em orientação educacional e psicopedagógica da IES apresentada.

Para a formulação das finalidades do NAP parte-se da identificação, junto à IES, dos mesmos referenciais que subjazem a prática da orientação educacional e psicopedagógica da educação básica. A partir desta análise, levantou-se alguns problemas norteadores para o trabalho: o que possuem em comum a comunidade acadêmica e a comunidade escolar? O que se ensina e o que se aprende em ambos os níveis de ensino? Para que fins existe o conhecimento acadêmico e escolar? Como se entrelaçam os conhecimentos, os sujeitos (alunos e professores), e a instituição de ensino? Estas são algumas motivações para o estudo realizado afim de balizar a prática psicopedagógica junto à IES – Faculdade Avantis.

Como ponto de partida, toma-se a ênfase a um conhecimento produtivo, cultural e autônomo. À instituição de ensino superior

compete não somente ensinar, mas promover a pesquisa e a extensão à comunidade. Nesse contexto, a educação superior brasileira, em linhas gerais, deve responder às demandas da sociedade, assim como, deve intervir nas estruturas sociais (na qualificação do trabalhador, na formação do leitor, na instrumentação para uma vida cidadã, na formação científica, dentre outros), direcionando-se uma análise para o currículo executado.

Por estas vias, há que se compreender o conceito de CONHECIMENTO: O que é o conhecimento? De onde vem? Como surge? Como nos apropriamos e como fazemos uso dele? Para que o construímos e o socializamos?

## 2 CURRÍCULO – O QUE ESTUDAR?

As teorias do conhecimento procuram estabelecer referências e parâmetros de avaliação, critérios de verdade, objetivação, metodologia e relação sujeito-objeto. Ou seja, ao tomar o conhecimento como um objeto de estudo, olha-se para ele em sua ampla conceituação. Segundo dicionário MICHAELIS (2010, p.), o conhecimento é:

- Ato ou efeito de conhecer.
- Faculdade de conhecer.
- Ideia, noção, informação, notícia.
- Consciência da própria existência.

De outra forma, busca-se a noção de CONHECIMENTO nos fundamentos da educação, conforme quadro-resumo que sintetiza os estudos da filosofia, a partir da metodologia científica. Apresentam-se as principais etapas de se conhecer o mundo bem como suas formas e abordagens, para daí se chegar ao conhecimento verdadeiro. Assim:

<b>Modos de Conhecer o Mundo</b>	<b>Critérios de Verdade</b>	<b>Objetibação</b>	<b>Metodologia</b>	<b>Relação Sujeito-objeto</b>
<b>1. O Mito</b>	A Fé	Dogmatismo - Doutrinação e Proselitismo	A experiência pessoal	Relação Suprapessoal, onde a revelação do Sagrado se manifesta (revela) sobrenaturalmente ao profano através do rito (dramatização do mito, ou seja, da liturgia religiosa)
<b>2. A Filosofia</b>	A Razão	A razão discursiva	A dialética (O discurso)	Relação transpessoal onde a palavra diz as coisas. O mundo se manifesta pelos fenômenos e é dizível através do logos.
<b>3. O Senso Comum</b>	A cultura ética e moral	A tradição cultural	As crenças silenciosas (Ideologias)	Relação interpessoal, onde a ideologia estabelecida pelas ideias dominantes e pelos poderes estabelecidos
<b>4. A Arte</b>	A estética	Esteticismo = A subjetividade do artista e do contemplador (observador) da arte.	O gosto	Relação pessoal, onde a criatividade e a percepção da realidade do autor e a interpretação e sensibilidade do observador.
<b>5. A Ciência</b>	A experimentação	Objetividade - Comprovação de uma determinada tese de modo objetivo	A observação	Relação "impessoal"; a injeção do cientista diante de sua pesquisa: O mito da neutralidade científica

**QUADRO 1** - Estudos da Filosofia sobre o Conhecimento  
Fonte: Rosas, 2010.

Neste cenário, o conceito do CONHECIMENTO apresenta diferentes focos em comum. Dentre eles os conceitos que cerceiam a relação que se estabelece entre sujeito que conhece ou que deseja conhecer e o objeto a ser conhecido ou que se dá a conhecer.

Neste levante teórico, observa-se que o

lugar da escola, agenciadora do conhecimento, na Educação Básica e na Educação Superior, em nossos tempos hodiernos, perpassa o dever ético de promover a socialização do saber construído e acumulado pela humanidade. O sujeito, por sua vez, faz uso de tais saberes para o desenvolvimento pessoal e cidadão. Assim, reconhece-se o papel das agências formadoras

diante da formação humana – a formação da pessoa, em sua vida em sociedade, na melhoria de sua qualidade de vida, na sua identidade e como trabalhador.

Por sua vez, pergunta-se: que conhecimentos a escola/IES deve privilegiar para a formação humana? Segundo Frigotto (2000), a formação de sujeitos-cidadãos envolve os conceitos de escola omnilateral, unitária, universal, laica e democrática, assim definida:

**Omnilateral** - que desenvolva todas as dimensões do ser humano: intelectivas, biopsíquicas, lúdicas, afetivas, etc. Não apenas formar para a visão unidimensional do mercado. **Unitária**: Que forneça as bases científicas, sociais e culturais, unidade do diverso. Crucial para preparar o aluno para o mundo da vida e do trabalho, para a cidadania efetiva, portanto. **Universal**: O conhecimento sempre é construído a partir do específico, do particular, da cultural particular e dos saberes particulares. Para ser democrático, todavia, tem que constituir-se cada vez mais universal. O ponto de chegada é a maior universalização. Neste particular, é crucial, que o professor saiba distinguir o sujeito que conhece, independentemente da escola, para construir na escola o sujeito do conhecimento. **Laica e democrática**: Que esteja sob o controle da esfera pública garantindo a todo o cidadão, independentemente de credo, etnia, origem social e gênero, acesso aos conhecimentos, valores e bens culturais do seu tempo histórico. (FRIGOTTO, 2000 - mimeo).

Os conhecimentos aqui privilegiados dizem respeito aos movimentos que se estabelecem entre o saber e o ser em determinado contexto histórico, que imprime significado entre o que se aprende e o que se vive. Neste cenário, chega-se ao campo do currículo e da identidade: a voz e a vez dos sujeitos são objetos do conhecimento.

O currículo escolar reúne todas as experiências em termos de conhecimento que são proporcionados aos estudantes. A origem da palavra currículo – *currere* (do latim) – significa carreira. Assim, o currículo representa a caminhada que os alunos/acadêmicos fazem ao longo de seus estudos, implicando tanto conteúdos estudados quanto atividades realizadas a partir da instituição de ensino. Na educação superior, as demandas pela formação

profissional são sinalizadas pela economia, indústria e comércio, segmentos importantes para o acolhimento do trabalhador. Não raras vezes, o próprio acadêmico opta pelo curso da área do conhecimento em que já atua. A expectativa deste acadêmico, neste caso, é a fundamentação para sua ascensão profissional, cujo currículo da IES precisa estar em consonância com tal realidade.

Portanto, o conhecimento, como construção histórico-social, perpassa o currículo, sendo organizado e estruturado por relações historicamente determinadas de produção e experiência assim descritas:

*Produção* é a ação da humanidade sobre a matéria (natureza) para apropriar-se dela e transformá-la em seu benefício, obtendo um produto, consumindo (de forma irregular) parte dele e acumulando o excedente para investimento conforme vários objetivos socialmente determinados. *Experiência* é a ação dos sujeitos humanos sobre si mesmos, determinada pela interação entre as identidades biológicas e culturais destes sujeitos em relação a seus ambientes sociais e naturais. É construída pela eterna busca de satisfação das necessidades e desejos humanos [...]. (CASTELLS, 1999, p. 33).

Os elementos do currículo, segundo Candau e Moreira (2007, p. 86) contemplados nos documentos oficiais (nos Parâmetros Curriculares Nacionais para a Educação Básica ou nas Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos superiores de Graduação), assim são apresentados:

- os conteúdos a serem ensinados e aprendidos;
- as experiências de aprendizagem escolares a serem vividas pelos alunos;
- os planos pedagógicos elaborados por professores, escolas e sistemas educacionais;
- os objetivos a serem alcançados por meio do processo de ensino;
- os processos de avaliação que terminam por influir nos conteúdos e nos procedimentos selecionados nos diferentes graus da escolarização.

Neste âmbito, se constitui o desafio para o trabalho do apoio psicopedagógico no ensino superior: participar da análise da avaliação dos acadêmicos em relação ao currículo executado. O mesmo atende às necessidades profissionais

e humanas destes? A audiência aos acadêmicos acontece por meio da Avaliação Institucional e se constitui de uma forma de análise de cenários como evasão ou participação, grau de interesse ou apatia dos acadêmicos em relação aos estudos. As políticas e ações do NAP passam a ser realizadas junto às coordenações pedagógicas dos cursos, constituindo-se de mecanismo de adaptação curricular, propostas de inovação, investimento e atualização em infraestrutura, dentre outros.

### **3 DOCENTES E DISCENTES: ENCONTROS E DESENCONTROS**

A sala de aula não pode ser vista somente como uma atividade formal de ensino. Ela se constitui de uma relação pedagógica que desestrutura o processo formal e convencional, a uniformização do ensinar e aprender. Em essência, a sala de aula sugere o fortalecimento do aluno como agente ativo da aprendizagem complexa, reconhecida por Dewey no início do século XX.

Ou seja, passa-se a confirmar que os movimentos do pensamento são tão íntimos e personalizados ao sujeito tal qual sua própria impressão digital. Esses movimentos orientam dialeticamente a metodologia de ensino. Portanto, a sala de aula passa a extrapolar os pressupostos técnicos de ensino e aprendizagem, humanizando-se. Em essência, o processo educativo, cuja construção do conhecimento passa a ser mediada pela relação sujeito-objeto, se expressa no resultado de um saber próprio e na concreticidade do conhecer, como define Sánchez Gamboa (2000, p. 103):

A concreticidade se constrói na síntese objeto-sujeito que acontece no ato de conhecer. O concreto é construído como ponto de chegada de um processo que tem origem empírico-objetiva, passa pelo abstrato, de características subjetivas, e forma uma síntese, validada na mesma ação de conhecer, quando o conhecido (concreto no pensamento) é confrontado em seu ponto de partida através da prática.

Neste cenário, é fundamental observar o trabalho docente, em sua mediação pedagógica junto aos acadêmicos. O objeto de análise, da

sala de aula, é o modo como o professor ensina e como os acadêmicos aprendem. Este é o campo do processo didático, muito mais amplo do que seu mero papel metodológico. Superam-se os tipos e formas instrumentais, tecnológicos e funcionais da cultura da aprendizagem, para uma forma comunicativa, ecológica e subjetiva, apresentada por Kösel (1993). Migra-se, neste sentido, do convencional conceito técnico sugerido à prática docente, conforme apontado por Piletti (1980), quando descreve que a didática tem como objeto específico a técnica de ensino, a direção técnica da aprendizagem.

A partir destas discussões chega-se à compreensão de que os estudantes são sujeitos ativos e não agentes que sofrem a ação da aprendizagem. Portanto, há uma compreensão da prática docente que privilegia as experiências efetivas da docência e que dão sentido aos objetivos, aos conteúdos de ensino, à escolha dos materiais didáticos e dos espaços educativos. Ou seja, reorienta-se o espaço educativo, o tempo educativo e a relação com o acadêmico.

No trabalho psicopedagógico realizado na Faculdade Avantis, identifica-se depoimentos dos acadêmicos que apresentam expectativas em prol da aproximação humana do professor à turma. Como ação pró-ativa diante desta expectativa a equipe de apoio psicopedagógico passa a desenvolver atividades dirigidas, como a formação continuada de docentes, com periodicidade semestral, desenvolvendo-se, em especial, a capacitação didática, metodológica e dos preceitos da psicologia/sociologia da aprendizagem. A referência tomada nas formações continuadas é o reconhecimento de que os acadêmicos são, em sua maioria, trabalhadores diurnos; egressos de um ensino deficitário; alunos de renda média/baixa. Este ponto de partida apresenta o acadêmico real, em oposição ao acadêmico ideal, segundo as expectativas de grande parte dos docentes.

### **4 PROPOSTAS TEÓRICO-METODOLÓGICAS E POLÍTICAS DE APOIO PSICOPEDAGÓGICO PARA A IES**

A partir do estudo apresentado, o apoio psicopedagógico da Faculdade Avantis prioriza

atividades que visem à formação de professores e o atendimento individual ou em equipe de seus acadêmicos. As demandas identificadas podem ser resumidas nos questionamentos: a) para o docente: como promover o ensino e a aprendizagem de conteúdos, materiais, tempos e espaços educativos para a formação humana? b) para o discente: como concentrar forças para aproveitamento máximo do estudo nas situações de aula? Como me inserir e ser aceito em um grupo de estudos responsável e pró-ativo? Como tornar a situação de ensino em uma situação de aprendizagem, de interesse ascendente?

Nesta tarefa o professor desenvolve a competência docente diante de metodologias inovadoras e adequadas. Por exemplo, cabe ao professor sugerir aos/às estudantes diferentes fontes de pesquisa, múltiplos temas e espaços educativos midiáticos (revistas, filmes, músicas, sites, por exemplo), ou a reflexão sobre o próprio meio vivido. A consequência destas escolhas organiza os acadêmicos de forma diferenciada: ora no desenvolvimento de trabalhos em equipe, ora nos estudos individualizados, nas situações de manipulação e transposição didática (produção de maquetes, mapas conceituais, dramatizações), nas estratégias introspectivas, como a leitura dirigida, a análise de vídeos e estudos de caso, dentre outros.

A partir da seleção dos conteúdos, há que se minimizar a tensão gerada entre o espaço e o tempo das aulas, como na busca de uma otimização da quantidade de horas/aula. A discussão promovida gira em torno do tempo disponível ao estudante trabalhador para a pesquisa, a busca de informações, o acesso a bancos de dados, à instrumentalização e à construção de atividades e textos próprios. Ou seja:

mais que ver muita coisa pela via da aula e sua cópia deve-se tomar temas e aprofundá-los, exercitar aplicações do conhecimento, ensaiar deduções e induções, elaborar criativamente, argumentar com propriedade, pesquisar sistematicamente. Despertar interesse científico desafio primordial para o professor, a escola [a IES] e o sistema como tal. (DEMO, 1994, p. 87).

Neste sentido, importa observar a

educação sem distingui-la, ora como estudos pedagógicos centrados unicamente no sujeito, ora como estudos didáticos centrados nos saberes e, a partir daí, gerar a premissa: se mais me interessa pelo aluno, menos me interessa pelo saber. O equilíbrio entre estes é a meta e a resposta a ser encontrada.

Às expectativas dos acadêmicos, perpassa a consciência de que os mesmos devem especificar estratégias particulares de aprendizagem junto ao processo de construção do conhecimento, na constituição de uma interação entre o saber e os aprendizes. Esta relação culmina no ato de transformação do saber em conhecimento, como objeto é apreendido, conceituado e re-significado para o sujeito cognoscente.

Em outras palavras “os conhecimentos provêm dos sujeitos que aprendem” (JANNAERT; BORGHT, 2002, p. 113). Nestes termos, reafirma-se a noção constituída através dos tempos de que os atores de uma relação didática estão reunidos na interação professor e acadêmico que, por sua vez, determinariam que a aprendizagem seria dirigida e monitorada (em sentido positivista, localizada junto à tendência pedagógica tecnicista), ou então a aprendizagem seria orientada (na perspectiva da tendência progressista e escolanovista). Em uma noção de aprendizagem dialeticamente construída entre professor e acadêmico, temos uma abordagem socrática, freireana e da pedagogia crítica, que acreditam na força do sujeito que atribui significados à aprendizagem, por vias do diálogo e da retórica.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção da aprendizagem se constitui, indiscutivelmente, da identificação do papel e do lugar dos sujeitos (professor e acadêmico) e das estratégias metodológicas do ensino. Esta percepção converge, segundo Jannaert e Borght (2002, p. 113), as sentido que cada componente didático assume. Variando-se estes componentes da didática chega-se a diferentes ênfases. Assim:

- É privilegiado o estudo dos conteúdos, a sua

- abordagem será epistemológica;
- É privilegiado os processos de aprendizagem, a sua abordagem será psicológica;
- É privilegiado o processo de ensino, a sua abordagem será praxiológica.

Reconhece-se que estes pressupostos são indissociáveis ao trabalho pedagógico. Portanto, o campo de atuação de um Núcleo de Apoio Psicopedagógico abarca a cada uma das dimensões, para estabelecer ações dirigidas aos professores e aos acadêmicos. Algumas atividades já promovidas pelo NAP da Faculdade Avantis foram:

- Ouvir os alunos de turmas específicas e mediar as situações apresentadas por eles em relação ao trabalho docente;
- Dirimir problemas de relacionamento interpessoal entre acadêmicos, por meio de reuniões de mediação e encaminhamentos ao apoio psicológico da Faculdade Avantis;
- Indicar professores orientadores para projetos de pesquisa a acadêmicos interessados em ingressar como bolsistas/pesquisadores; tal ação possui duas vertentes: de um lado estabelece a integração professor e acadêmico para a pesquisa; de outro, compõe uma política de apoio financeiro ao acadêmico, por meio da bolsa que passa a receber, evitando a evasão;
- Criação de calendário e tópicos de estudo para acadêmicos que realizam o ENADE, visando diminuir a ansiedade em relação a alguns conteúdos considerados por eles como deficitários (interpretação textual, tópicos da economia, análise contábil, dentre outros);
- Constituição do programa de atualização para o ENADE, com indicação de professor coordenador para dirigir a pauta do programa;
- Criação de espaços alternativos na Faculdade Avantis para promover a socialização e estratégias de estudo, como: área de convivência com jogos de mesa; leitura de informação e

entretenimento junto à biblioteca; acesso dos acadêmicos aos laboratórios de informática em todos os períodos diários.

Participar, com os dirigentes da IES, da análise e encaminhamentos da manifestação dos acadêmicos, dos professores e da comunidade externa junto ao canal de ouvidoria da Instituição;

Definir estratégias de trabalho para os docentes e adequação de recursos e infraestruturas de acadêmicos portadores de necessidades especiais da Faculdade, especificamente: um deficiente visual, dois deficientes auditivos moderados, e um cadeirante.

A integração do NAP da Faculdade Avantis com as coordenações dos cursos, direção geral e ao conselho técnico pedagógico é aberta e regular. Em especial com as coordenações dos cursos, a comunicação é imediata e flui a cada identificação de ação. Os dados estatísticos do trabalho realizado pelo NAP, por sua vez, são apresentados anualmente à direção geral e aos professores, em reunião pedagógica. Um agente facilitador do trabalho assertivo e fluente do NAP é a participação da própria direção geral na equipe do núcleo.

Reconhece-se que os pressupostos psicopedagógicos são indissociáveis do trabalho pedagógico na educação superior. A psicopedagogia é um campo de atuação que visa identificar e compreender os processos do desenvolvimento e das aprendizagens humanas. Aprendizagem esta, reitera-se, presente na educação superior. A psicopedagogia recorre, como visto nas diversas situações apresentadas e experienciadas na Faculdade Avantis, a várias áreas e estratégias pedagógicas a fim de observar e intervir nos problemas que podem surgir diante dos processos da construção dos conhecimentos (originários ou consequência de fatores fisiológicos, psicológicos, sociais ou pedagógicos). O papel/a função que o Núcleo de Apoio Psicopedagógico assume, é o de mediador, interlocutor e formador diante deste movimento nas dimensões diversificadas da

aprendizagem humana presente em diferentes contextos sociais.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Ministério da Educação**. Disponível em: <<http://www2.mec.gov.br/sapiens/pdi.html>>. Acesso em: 20 jul. 2012.

CANDAU, V. M; MOREIRA, A. F. B. **Indagações sobre currículo: currículo, conhecimento e cultura**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2006.

\_\_\_\_\_; MOREIRA, M. (org.). **Sociedade, educação e culturas(s): questões e propostas**. Petrópolis: Vozes, 2002.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede: a era da informação, economia, sociedade e cultura**. 5. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

DEMO, P. **Educação e qualidade**. São Paulo: Papirus, 1994.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FRIGOTTO, G. **Palestra proferida no x encontro regional de psicopedagogia**. Goiânia, 2000.

JANNAERT, P.; BORGHT, C. V. **Criar condições para aprender: o sócio-construtivismo na formação do professor**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

KÖSEL, E. **Die modellierung von lernwelten: eine handbuch zur subjektiven didaktik**. Elztal-Dallau: Laub, 1993.

MICHAELIS. **Dicionário virtual**. Disponível em: <<http://dic.busca.uol.com.br/result.html?t=10&ref=homeuol&ad=on&q=conhecimento&group=0&x=42&y=9>>. Acesso em: 12 mai. 2010.

PILETTI, C. **Didática geral**. 15. ed. São Paulo: Ática. 1980.

ROSAS, V. de B. **Afinal, o que é o conhecimento?** Disponível em: <<http://www.mundodosfilosofos.com.br/vanderlei22.htm>>. Acesso em: 14 abr 2010.

SÁNCHEZ GAMBOA, S. **Pesquisa educacional: quantidade-qualidade**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

**EXCELÊNCIA DA CAMINHADA NA LIPOLISE**Leo Junior Trindade Cardoso<sup>1</sup>Zilá Gomes de Moraes Flores<sup>2</sup>**RESUMO**

Este artigo constitui-se a partir de um projeto de pesquisa acadêmica, apresentado junto ao programa de bolsas de estudos do artigo 171 do Governo do Estado de Santa Catarina. Reúne o referencial teórico para consubstanciar a etapa de execução do referido projeto que será conduzido junto a adolescentes da rede pública de ensino. Como objeto da pesquisa discorre sobre o sobrepeso que afeta os estudantes. O estudo levanta dados que esclarecem sobre os meios corretos para executar uma caminhada, defendida como a melhor atividade física aeróbia para obter uma real queima de gordura, ou lipólise, e não somente perda de peso corporal. Descreve o tempo necessário de execução, que deve ser de 40 a 60 minutos; a frequência semanal de no mínimo dois e no máximo seis dias na semana; o ritmo ideal do exercício, obedecendo a fórmula de Karnoven, que indica a FCM, devendo estar entre 60 a 70% da frequência cardíaca máxima; o número de batimentos cardíacos por minuto, masculino e feminino, para obter o parâmetro do ritmo da caminhada de acordo com a idade da pessoa; o modelo do aparelho que mede a frequência cardíaca, denominado frequencímetro, que é usado durante a realização do exercício. Informa sobre as formas corretas de alimentação antes, durante e depois da atividade física. E, indica as características essenciais para executar corretamente a caminhada.

**PALAVRAS CHAVE:** Caminhada. Aerobiose. Lipólise. Perda de peso.

***WALK'S EXCELLENCE IN LIPOLYSIS*****ABSTRACT**

This paper is based on a research project that will be made with adolescents in public schools in accordance with Article 171 of the State of Santa Catarina. Aims solve the problem of overweight that affects the vast majority of students. Displays hereby clarify data on the right means to perform a walk, as the best aerobic activity to get a real fat burning, or lipolysis, and not just weight loss. Describes the time of execution, which should be 40 to 60 minutes; The weekly frequency of at least two and at most six days per week The ideal pace for the year, following the formula of Karnoven, which indicates the FCM and should be between 60-70% of maximum heart rate; the number of heartbeats per minute, male and female, for the parameter of the rhythm of the walk according to the person's age; the model of the device that measures heart rate, called the frequency counter, which is used during the course of the year. Reports on the proper way to diet before, during and after physical activity. Indicating the essential characteristics to properly run the walk.

1 Acadêmico do curso de Educação Física – Licenciatura da Faculdade Avantis e bolsista do artigo 171 para pesquisa no ano de 2012. E-mail: leotc00@hotmail.com

2 Orientadora. Graduada em Educação Física, Mestre em Educação nas Ciências/Unijuí. Coordenadora e docente do curso de Educação Física da Faculdade AVANTIS. Docente da Faculdade Porto das Águas e Centro Universitário de Brusque - UNIFEBE. E-mail: zilamflores@avantis.edu.br

**KEY WORDS:** Walking. Aerobiosis. Lipolysis. Weight loss.

## 1 INTRODUÇÃO

O presente artigo nasce como uma pesquisa realizada junto à disciplina Metodologia Científica Aplicada à Educação Física. A partir da motivação da disciplina para o desenvolvimento de um trabalho científico, iniciou-se uma imersão na temática aqui apresentada, e posteriormente com a aprovação da bolsa para projeto de pesquisa do artigo 171, que culminou na indicação deste trabalho para publicação.

Justifica-se a relevância do objeto da pesquisa, o sobrepeso, pela sua identificação como problema de saúde pública, visando que este é agente responsável por complicações da saúde, de um modo geral. O foco da pesquisa aqui desenvolvida concentra-se na análise da duração, intensidade, frequência cardíaca e alimentação, ideais para se obter o máximo de resultados, na utilização da gordura como substrato energético. Para tanto, é necessário compreender os meios corretos de execução da caminhada, identificando os seus pressupostos e, por conseguinte, as suas consequências. Procede-se, para este fim, um estudo técnico e esclarecedor, de forma a suprir as dúvidas em geral. Discorre-se, ainda, sobre os benefícios que a caminhada feita de forma correta pode proporcionar, pois existe uma fórmula usual da zona de frequência cardíaca que cita qual o número ideal de batimentos cardíacos por minuto, conhecido como BPM, que deve ser observada para a real queima de gordura, ou *Fat Burning Zone*, e não para o aumento da capacidade cardiorrespiratória, ou *Cardio Training Zone*. Vale ressaltar que o tempo de caminhada deve ser maior que 40 minutos, pois é a partir deste momento que acontece o maior índice de queima de gordura, e menor que uma hora, porque excedendo isto o organismo entra em autodefesa, resguardando sua reserva energética dos adipócitos. Esta, a princípio deve ser a forma ideal de se desenvolver o exercício da caminhada, visando, a redução de gordura do organismo, e minimizando, os riscos de lesões osteomusculares.

Na prática de atividades aeróbias, as

células musculares gastam maior volume de oxigênio para produzir energia, pois o tempo de realização é maior. Comparar com as atividades anaeróbias, que são os realizados com uma intensidade maior em menor tempo de duração, no qual rapidamente o organismo quebra o ATP (adenosina trifosfato) que se encontra estocada nas células musculares como fonte de energia.

## 2 CAMINHADA: DURAÇÃO, INTENSIDADE, FREQUÊNCIA, NUTRIÇÃO E ADAPTAÇÃO

A grande questão está no esclarecimento com relação ao tempo de execução do exercício. No caso da caminhada para a real perda de gordura Santos (2011, s/p) salienta que “[...] ocorre entre quarenta e sessenta minutos na realização da atividade”. Portanto, o tempo deverá ser maior que quarenta minutos e menor que sessenta minutos, como descreve McArdle, Katch e Katch (2009, p. 16): “durante um exercício de intensidade leve a gordura continua sendo o principal substrato energético durante todo o período do exercício”. Isto porque esta é a fase em que há a maior queima de gordura em proporção a uma execução menor que quarenta minutos, mas, não deve exceder o período de uma hora, não entrando, assim, em estafa.

Segundo McArdle, Katch e Katch (2008, p. 91),

a recomendação do instituto de medicina de exercitar-se por 60 min, baseia-se na crença de que 30 min de exercício diário queimam uma quantidade insuficiente de calorias para prevenir o aumento de peso.

Ultrapassar sessenta minutos, conforme a maioria das pessoas pensa que resulte em queimar mais gordura, é equivocado. Ocorre que o corpo após este período entra em estado de alerta, por autodefesa, e passa a regular sua reserva energética e entra em processo de fadiga e desidratação. Portanto, o ideal é caminhar até cinquenta e cinco minutos e reduzir o ritmo por mais cinco minutos, para normalizar a frequência cardíaca, completando os sessenta minutos. Após a caminhada é importante fazer exercícios de alongamento envolvendo, principalmente,

a musculatura das panturrilhas, quadríceps, posterior das coxas, glúteos, e lombar.

Uma das adaptações mais importantes em resposta ao treinamento de endurance consiste na alteração da capacidade de utilização dos diferentes substratos energéticos durante o exercício. No treinamento de endurance especificamente há uma otimização da utilização de lipídeos pelo músculo. Como exemplo das adaptações temos o aumento da quebra de lipídeos (lipólise) no tecido adiposo provocado pela estimulação adrenérgica, assim com a queda da concentração plasmática da insulina, hormônio inibidor da lipólise, levando a um aumento da disponibilidade de ácidos graxos no plasma (BACURAU, 2009, p. 129-130).

Portanto, exercícios aeróbios com intensidade baixa a moderada, e longa duração, conhecidos como treinamento de endurance, provocam importantes alterações no organismo que estimulam a utilização da gordura como principal fonte energética. A cetose é um estado metabólico, induzido pelo exercício aeróbio de longa duração, em que o organismo transforma gordura em ácidos graxos e cetonas, para serem as principais fontes de energia. Segundo a recomendação do ACSM - *American College of Sports Medicine* (2001, apud PITANGA, 2010) se deve praticar no mínimo 30 minutos, de atividade física de intensidade leve a moderada, distribuídas em cinco dias por semana, totalizando no mínimo 150 minutos. Assim, haverá além do condicionamento o aumentando a taxa metabólica basal, e com isso, o gasto energético, pois como citam Guyton e Hall (2006, p. 886): “O músculo esquelético, mesmo em condições de repouso, é responsável por 20 a 30% da TMB”.

A intensidade com que a pessoa deve caminhar é medida de acordo com a quantidade de batimentos do seu coração por minuto. Nesta questão, deve ser obedecida a tabela de frequência cardíaca, na qual a pessoa identifica a quantidade de batimentos por minuto que deve seguir de acordo com a idade para saber em que faixa de BPM manterá seu ritmo para otimizar os resultados.

A fórmula usual para se obter a frequência cardíaca máxima (FCM) de cada pessoa, é calculada da seguinte forma: masculino: 220

– idade = FCM ; Feminino: 226 – idade = FCM. Exemplo: Uma pessoa, do sexo masculino, com 15 anos, quer saber qual a sua FCM, para caminhar entre 60% a 70% da sua FCM, e atingir sua zona de queima de gordura, ou lipolítica:

$$\begin{array}{ll} 220 - 15 = 205 \text{ BPM} & 205 = 100\% \text{ da FCM} \\ 205 \times 0,6 = 123 \text{ BPM} & 123 = 60\% \text{ da FCM} \\ 205 \times 0,7 = 143 \text{ BPM} & 143 = 70\% \text{ da FCM} \end{array}$$

O resultado indica que a pessoa deve caminhar entre 123 a 143 BPM, ou seja, o coração deve estar batendo, no mínimo 123 batimentos por minuto, e no máximo 143 vezes, pois dentro desta frequência, ocorrerá maior utilização de gorduras, como substrato energético, nos músculos. A tabela feminina por sua vez utiliza a fórmula: 226 – idade, para se obter a frequência cardíaca ideal de caminhar dentro da *fat burning zone*, termo usado com frequência nas academias.

Os medidores locais usados para medir os batimentos cardíacos são semelhantes a um relógio, e indicam o número de batimentos cardíacos da pessoa, dentro do tempo de um minuto. Os frequencímetros, segundo Fontoura, Formentin e Abech (2008, p. 157):

[...] são os mais indicados para a verificação da FC nos testes e durante o treinamento. O medidor local é composto por, basicamente, três componentes: cintura leitora, cinta elástica e relógio.

Este aparelho possui a aparência de um relógio digital comum, e em alguns casos possui o sensor no próprio aparelho, mas há também modelos que necessitam do uso de uma cinta no tórax.

Vale ressaltar que o exercício deve ser executado de forma moderada para haver uma maior utilização de gorduras dos adipócitos, o que propicia a qualquer pessoa executar este tipo de exercício físico, e obter resultados satisfatórios, pois o que se leva em consideração são os batimentos cardíacos por minuto da pessoa, e não, a velocidade média, em que esta se exercitando.

Neste tipo de exercício a energia é produzida a

partir da quebra de carboidratos e lipídeos, embora haja um predomínio na oxidação de lipídeos (especialmente em intensidade baixa a moderada). À medida que aumentamos a intensidade do exercício, a relação inverte-se e torna-se mais evidente um predomínio na utilização de carboidratos. (BACURAU, 2009, p.55).

No exercício de grande intensidade e de pouca duração, a principal fonte energética é o carboidrato, o que se inverte quando se realiza a atividade em ritmo moderado, onde a gordura passa como principal fonte energética do organismo sendo retirada dos adipócitos para ser utilizada. Segundo cita McCardle, Katch e Katch (2009, p. 30):

A gordura contribui com 50 a 70% da demanda energética durante o exercício leve a moderado. A gordura armazenada desempenha um papel cada vez mais importante durante o exercício prolongado.

Verifica-se então que é de suma importância manter uma intensidade adequada, para a maior utilização das gorduras dos adipócitos, ou seja, não adianta aumentar a intensidade do exercício visando obter melhores resultados. Porém, a verdade é que mesmo as atividades moderadas, aumentam seu metabolismo (queimando calorias) 3 a 8 vezes, durante horas depois do término. O efeito residual do exercício, como o próprio exercício, é responsável pela queima de gorduras, pois mesmo depois de terminar a taxa metabólica continua alta por várias horas. O organismo consome energia mesmo em repouso, o que é chamado de taxa metabólica basal, a atividade intensa aumenta esta taxa, como cita Guyton e Hall (2006, p. 887) “O fator que aumenta mais dramaticamente a taxa metabólica é o exercício intenso”. Porém, mesmo no exercício leve a moderado a taxa metabólica basal aumenta por horas após o término da atividade.

Estudos comprovam que se deve caminhar no mínimo duas vezes por semana em dias alternados e no máximo seis vezes na semana, para se obter os melhores resultados. Para McArdle, Katch e Katch (2008, p. 509) “dois a três dias por semana constituem provavelmente a frequência mínima para o treinamento aeróbio”.

A caminhada consecutiva durante toda a semana, sem um dia de intervalo, faz com que o corpo entre em estado de estafa comprometendo os objetivos esperados. Conclui-se que no mínimo a pessoa deve caminhar dois e no máximo seis dias por semana, sendo ideal de três a quatro dias intercalados, para obtenção de maiores resultados.

A alimentação correta antes, durante e após o exercício é tão importante quanto à própria execução do mesmo, no processo da queima de gorduras. Preferencialmente uma hora antes de iniciar a caminhada é indicado ingerir carboidratos, em pouca quantidade, para evitar desconforto gastrointestinal, mas, manter a energia disponível circulante, durante a execução da atividade física.

A refeição ideal imediatamente antes de exercitar-se deveria proporcionar uma fonte de carboidratos capaz de preservar a glicose sanguínea e o metabolismo muscular ao mesmo tempo que minimiza qualquer aumento na liberação de insulina. (McARDLE; KATCH; KATCH, 2009, p. 103).

A insulina é um hormônio que inibe a lipólise (quebra de lipídeos no tecido adiposo), portanto, a diminuição da sua liberação, permite que o organismo utilize os lipídeos como principal fonte energética, para que isto aconteça, uma pequena ingestão de carboidratos de baixo índice glicêmico é indicada, provendo o organismo de energia inicial para a atividade.

Os carboidratos auxiliam no processo de utilização das gorduras durante o exercício portanto é importante sua ingestão antes de iniciar a atividade física. As gorduras necessitam dos intermediários gerados no fracionamento dos carboidratos para seu catabolismo contínuo para a produção de energia na usina metabólica. A esse respeito, as gorduras queimam em uma chama de carboidratos. (McARDLE; KATCH; KATCH, 2009, p. 163).

Segundo McArdle, Katch e Katch (2009, p.15) “os componentes dos carboidratos funcionam como um substrato ‘ativador’ (‘escovador’) para a oxidação da gordura”. Portanto, deve-se consumir estes nutrientes, sem excessos, antes da atividade física, se o propósito for à queima de gorduras, pois os mesmos são usados no início, sendo que ativam a

utilização de lipídeos após os primeiros minutos do exercício, como cita Guyton e Hall (2006, p. 1060):

Note que a maior parte da energia vem dos carboidratos durante os primeiros segundos ou minutos, mas quando ocorre a exaustão, 60% a 85% da energia é derivada das gorduras, em vez dos carboidratos.

Durante a atividade de longa duração Bacurau (2009) indica ingerir uma solução de 8% de carboidratos em água, pois afirma que a depleção de carboidratos reduz a intensidade do exercício até um nível determinado pela capacidade do organismo em mobilizar e oxidar ácidos graxos, evitando com a ingestão deste líquido a fadiga, pois segundo Wilmore e Costill (2001, p. 726) “o termo fadiga é usado normalmente para descrever sensações gerais de cansaço e redução do desempenho muscular”. Evita-se a desidratação e a fadiga com a ingestão de líquido durante o decorrer da execução da atividade física, na quantidade de 125 ml de líquido, para cada 20 minutos.

Após o exercício o ideal é alimentar-se após uma hora, pois o organismo continua com o metabolismo acelerado, consumindo nutrientes como a gordura, de forma intensa, por pelo menos uma hora depois do final da atividade. Esta refeição deve ser muito nutritiva e com grande variedade de nutrientes essenciais como proteínas, carboidratos, lipídeos, vitaminas, e sais minerais.

Os lipídeos não devem ser excluídos da alimentação, ou fazer uma dieta hipolipídica, mas sim selecionados, pois alguns fazem bem a saúde, conforme Bacurau (2009, p. 120) “triglicerídeos de cadeia média (TCM) são preferencialmente oxidados ao invés de serem depositados nos adipócitos”. Os triglicerídeos de cadeia média por serem absorvidos com maior velocidade e serem transportados diretamente ao plasma, são usados em atividades aeróbicas para elevarem os ácidos graxos plasmáticos facilitando a oxidação lipídica de forma a pouparem os carboidratos disponíveis.

As gorduras auxiliam no processo

digestivo, no transporte das vitaminas A, D, E, K, denominadas lipossolúveis, o organismo necessita de algumas gorduras essenciais, que são gorduras necessárias ao bom funcionamento de diversas funções de nosso sistema fisiológico. Bacurau (2009) chama a atenção quanto a isso, para os indivíduos com disposição à desbalanço do perfil lipídico plasmático, os triglicerídeos de cadeia média poderiam estar prejudicando a saúde, sendo necessária, uma dosagem correta para consumo com a orientação do profissional da Nutrição.

O sal deve ser consumido na quantidade correta, sem excessos, não retirado totalmente da dieta para evitar a hiponatremia, que é a redução do sódio no plasma. A Sociedade Brasileira de Hipertensão no III Consenso Brasileiro de Hipertensão faz a recomendação diária de ingestão de sal de 6 g por dia (SBH, 1998). Para os hipertensos, deve haver uma variação da ingestão de cloreto de sódio, de acordo com cada caso, mas a restrição pode atingir até 35 mg, ou menos por dia. Portanto, é de suma importância, para cardiopatas consultar um médico especialista em cardiologia.

A prática de atividades físicas aumenta a capacidade de utilização das gorduras no músculo. Assim se deseja alterar a ideia de que para se obter perda real de gordura corporal, as pessoas devem executar exercícios físicos desgastantes, por um longo período de tempo e com grande velocidade e intensidade. Como cita McArdle, Katch e Katch (2009, p. 91):

O exercício aeróbico regular aprimora profundamente a oxidação de ácidos graxos de cadeia longa, particularmente dos triacilgliceróis dentro do músculo ativo durante um exercício de intensidade leve a moderada.

Além de tornar-se um hábito saudável, resulta em contínuas adaptações fisiológicas, benéficas ao organismo e ao seu funcionamento correto. Segundo McArdle, Katch e Katch (2009, p. 508):

As adaptações ao treinamento aeróbico induzem aumentos no tamanho e no número de mitocôndrias, na quantidade de enzimas aeróbicas, na capilarização muscular e na oxidação de gorduras e carboidratos.

Ocasionalmente, assim, a utilização de gordura localizada, como substrato energético.

A prática de exercícios regulares produz mudanças gerais no organismo, como o aumento da capacidade de utilização de lipídeos no metabolismo, diminuição do colesterol e da pressão arterial. De fato, a prática regular de exercícios físicos resulta em importantes adaptações autonômicas e hemodinâmicas que influenciam, sobremaneira, o sistema cardiovascular, atuando diretamente na prevenção e no tratamento de diversas patologias, entre elas a hipertensão arterial, reduzindo o risco de várias doenças, como a diabetes do tipo II (não insulino-dependente), o que auxilia para uma vida melhor, e saudável, prevenindo inúmeras doenças, através das várias adaptações do organismo.

Quatro fatores contribuem para uma lipólise mais vigorosa induzida pelo treinamento: maior fluxo sanguíneo dentro do músculo treinado, mais enzimas para a mobilização e o metabolismo das gorduras, capacidade respiratória aprimorada das mitocôndrias celulares e menor liberação das catecolaminas para a mesma produção absoluta de potência (McARDLE; KATCH; KATCH, 2009, p. 480).

A caminhada induz e favorece os ajustes metabólicos necessários para o desenvolvimento de adaptações fisiológicas relacionadas com a manutenção da saúde e perda de peso. Estes fatores contribuem para o desenvolvimento da capacidade adaptativa geral do organismo ao stress causado.

### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa bibliográfica, utilizada para a formulação do projeto de pesquisa do artigo 171, revelou pesquisas esclarecedoras sobre os procedimentos necessários para a execução de um exercício aeróbio de forma correta, quando o objetivo é a redução de gordura corporal. Portanto, as contribuições para a sociedade deste artigo visam atingir o público infanto-juvenil das escolas e a população em geral, que deseja manter o peso, perder gordura

localizada, ou diminuir o sobrepeso. Wilmore e Costill (2001, p. 681) recomendam “a prática de atividades aeróbias para as pessoas que visam a diminuição de gordura corporal”. Tem-se um alto índice de pessoas acima do peso, pela completa falta de informação e que seguem os modismos expostos a todos tais como remédios ou dietas milagrosas para emagrecer, os quais conduzem a prejudicar, de forma violenta, o organismo, e por consequência sua saúde. Outro fato é a desistência de praticar atividades físicas, por não verem nelas resultados satisfatórios ou por serem submetidos a atividades muito intensas e desgastantes.

A intenção é esclarecer que há uma série de itens tais como: duração, intensidade e frequência que são prioridades para se obter um máximo de resultados positivos na queima de gordura, mas principalmente difundir este método saudável de atividade física, que propicia, não somente a perda de gordura, tão ressaltada neste artigo, mas, aos inúmeros benefícios ao corpo, e também à mente.

Quer-se assim, transmitir essas informações para a sociedade, para que estes façam uso dos benefícios gerais que uma caminhada executada de forma correta pode proporcionar. Ressalta-se que hoje a obesidade e o sedentarismo são grandes problemas de saúde pública, e este método de atividade física da caminhada, pode trazer resultados benéficos, se for introduzido ao senso comum.

### REFERÊNCIAS

- AMERICAN COLLEGE OF SPORTS MEDICINE. *ACSM stand position on the appropriate intervention strategies for weight loss and prevention of weight regain for adults. Med Sci Sports Exerc*, v. 33, p. 2145-56, 2001. In: PITANGA, F. J. G. **Epidemiologia da Atividade Física, do Exercício e da Saúde**. 3 ed. São Paulo: Phorte, 2010.
- BACURAU, Reuri Frank. **Nutrição e suplementação esportiva**. 6 ed. São Paulo: Phorte, 2009.
- GUYTON, Arthur C.; HALL, John E. **Tratado de fisiologia médica**. 11. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

MCARDLE, Willian. KATCH, Frank. KATCH, Victor. **Fisiologia do exercício: energia, nutrição, e desempenho humano**. 6. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2009.

PITANGA, F. J. G. **Epidemiologia da atividade física, do exercício e da saúde**. 3. ed. São Paulo: Phorte, 2010.

SBH. **Anais do III CONENSO Brasileiro de Hipertensão Arterial**. Campos do Jordão: 1998.

WILMORE, J. H.; COSTILL, D. L. **Fisiologia do esporte e do exercício**. São Paulo: Editora Manole, 2001.

## RESPONSABILIDADE CIVIL: ENSAIO SOBRE A NATUREZA JURÍDICA

Mário Henrique Rodrigues Bassi<sup>1</sup>

### RESUMO

O presente estudo teve como objetivo identificar a natureza jurídica da responsabilidade civil. Nesse ínterim, realizou-se um resgate histórico visando identificar sua origem e fatores que influenciaram seu desenvolvimento até o estágio atual. Ao final, apresentou-se a conclusão alcançada.

**PALAVRAS CHAVE:** Responsabilidade civil. Natureza jurídica. Classificação.

### *CIVIL RESPONSIBILITY: AN ESSAY ABOUT THE JURIDICAL NATURE*

### ABSTRACT

This work was the starting point to identify the legal nature of the civil liability. In the meantime, there was a historical aiming to identify its origin and factors influencing its development to the present stage. At the end presented the conclusion reached.

**KEY WORDS:** Civil liability. Legal nature. Classification.

---

<sup>1</sup> Graduação em Direito pela Universidade Paranaense (1999), especialização em Direito Processual Civil pela Universidade Federal do Paraná (2000) e Mestre em Direito Processual e Cidadania pela Universidade Paranaense (2012). Professor do curso de Direito da Faculdade Avantis. mariobassi@hotmail.com

## 1 INTRODUÇÃO

A responsabilidade civil é provavelmente o tema de Direito mais presente no dia-a-dia de qualquer sociedade, e possivelmente um tema relacionado ao dia-a-dia de todo cidadão. Por mais simples e corriqueira que seja qualquer relação social, seu desenrolar exige a observância de regras de conduta diretamente relacionadas à responsabilidade civil.

A presente pesquisa não se propôs a esgotar o tema da Responsabilidade Civil em suas inúmeras vertentes, nem poderia, pois seria objetivo impossível. Quando muito, buscou identificar sua natureza jurídica.

O parâmetro estabelecido para a pesquisa respeitou à sua extensão vertical e horizontal. Limitação vertical: o estudo estendeu-se, quanto possível, partindo da análise dos primeiros registros escritos acerca da responsabilidade civil de que se tem notícia até o atual Código Civil brasileiro, utilizando-se, na medida do possível, dos entendimentos doutrinários consolidados ao longo dos tempos. Limitação horizontal: o estudo se restringiu aos fatos culturais e seus consequentes reflexos jurídicos dos povos que diretamente influenciaram a doutrina brasileira da responsabilidade civil.

## 2 RESPONSABILIDADE

O surgimento das teorias subjetivista e objetivista, e a dicotomização do estudo da responsabilidade civil em contratual e extracontratual foram acontecimentos relativamente recentes na história do Direito. Por outro lado, as modalidades de atos sociais que deram origem a essas correntes doutrinárias foram identificados nas mais antigas codificações escritas de que se tem notícia. Ao longo da história, desde a época em que começou a viver em grupos, o homem tem dedicado especial atenção à elaboração e desenvolvimento de regras que possibilitassem e aperfeiçoassem o convívio social.

Toda manifestação da atividade humana traz em si o problema da responsabilidade. Isso talvez dificulte o problema de fixar seu conceito, que varia tanto

como os aspectos que pode abranger, conforme as teorias filosófico-jurídicas. (DIAS, 1994, p. 1).

Não obstante, a primordial função de proteção dos bens da vida, da própria vida, da liberdade, do patrimônio, da segurança e outros valores individuais ou coletivos, o que de fato propiciou a evolução do Direito e das modernas sociedades foi a possibilidade de responsabilização do indivíduo por seus atos,

[...] devido ao convívio em sociedade, sendo o homem um animal gregário, e para evitar o caos e a anarquia, surgiu o Direito exatamente como fixador de regras de conduta, dotadas de coercibilidade. (ROMÃO; CAVALCANTI; KOGAN, 2003, p. 22).

Remonta-se, ainda, a história sobre as regras de conduta social desde os povos primitivos sem escrita, que eram ditadas pelos detentores do poder, passando pelos povos cujas regras de origem essencialmente divinas influenciaram decisivamente os mais antigos códigos escritos de que se tem conhecimento, como o Código de Ur-Nammu, o Código de Eshnunna, o Código de Lipit-Ishtar, o Código de Hammurabi. Ainda, o Direito egípcio, o Direito hebraico e o Direito indiano. Perpassa-se por toda a Antiguidade Clássica, em que despontaram o Direito helênico, atribuindo caráter de ciência política ao Direito e dando os primeiros passos rumo à democracia; o Direito romano, começando a se estruturar de forma mais sistemática. Atravessa-se a Idade Média, marcada tanto pelo surgimento das universidades na Europa quanto pelas peculiaridades do Direito Canônico. Ainda, o início do Constitucionalismo na Inglaterra de João sem Terra e particularidades do Direito Português. Durante a Idade Moderna e o Renascimento, Século das Luzes e Iluminismo. E por fim o Direito contemporâneo. Nessas várias épocas e lugares o Direito foi resultado da conjugação de imensa variedade de costumes, objetivos e métodos, tendo, por consequência, gerado grande diversidade de regras para solução dos problemas do cotidiano. Um ponto, porém, foi-lhes comum, muito embora, a grande diversidade de tratamentos dispensados com objetivo de proteção dos bens da vida, todos os sistemas, sem exceção, desenvolveram-se a partir da possibilidade de responsabilização do indivíduo.

Nenhuma sociedade, antiga ou contemporânea, efetivamente evoluiu a partir unicamente de um senso comum de cooperação e proteção, foi fator decisivo nesse processo a possibilidade da imposição de sanções, sejam de natureza mística, religiosa ou física.

Vem do ordenamento mesopotâmico, como do Código de Hamurabi, a idéia de punir o dano, instituindo contra o causador um sofrimento igual; não destoa o Código de Manu, nem difere essencialmente o antigo direito Hebreu (Leonardo A. Colombo, Culpa Aquiliana, nºs 26 e segs.). Mais avançada, a civilização helênica legou o conceito de reparação do dano causado, com sentido puramente objetivo, e independentemente da afronta a uma norma predeterminedada (Ludovic Beauchet, Histoire du Droit Privé de la République Athénienne, vol. IV, p. 387) (PEREIRA, 2000, p. 1).

Segundo a tradição judaico-cristã, o próprio Criador há muito identificara nos homens a inclinação para a desordem:

Não amaldiçoarei mais a terra por causa dos homens: porque o espírito e o pensamento do coração do homem são inclinados para o mal desde a sua mocidade. (BÍBLIA CRISTÃ - Gênesis, 8:20).

As lições de Palma (2011) não deixam esquecer as atrocidades praticadas pelos povos do passado, em nome do interesse do grupo social. Mazeaud e Tunc (1957, p.5) esclarecem que, muito embora os métodos de coerção estatal tenham evoluído vertiginosamente, a fórmula para possibilitar a estabilidade social sempre possuiu e, ainda possui em sua essência, a necessidade de responsabilização do indivíduo:

*La société doit se défendre contre tous les faits qui lui causent un dommage, c'est-à-dire menacent l'ordre sur lequel elle est établie. Pour empêcher l'auteur d'un pareil acte d'en commettre un nouveau et pour éviter que d'autres soient tentés l'imiter, le moyen le plus brutal consiste à le punir. Seulement, du moment qu'il est question de peine, partant de souffrance, on comprend que la société ne demande compte de leurs actions qu'à ceux qui ont agi méchamment et que, il faille, pour déclarer quelqu'un responsable pénalement, analyser son état d'âme. Par là, la responsabilité pénale se rapproche de la responsabilité morale. Il convient toutefois de ne pas aller trop avant dans cette voie. L'idée de la peine mesurée exactement à la faute morale, au péché, ne peut être recue dans son entier sans risquer de manquer le but même que la*

*peine se propose justement d'atteindre: celui de la défense de la société<sup>2</sup>.*

### 3 RESPONSABILIDADE CIVIL

Na esfera das relações civis, não obstante a imensa gama de acontecimentos cotidianos que desencadearam inúmeras situações passíveis de invocar a responsabilização individual de um cidadão, um fato se mostrou notável. No decorrer desses longos anos em que o Direito vem se reconstruindo, considerando as minúcias das relações cotidianas, destacou-se o brilhantismo dos pensadores que criaram e desenvolveram as teorias da responsabilidade civil, tão amplamente disseminadas nas culturas jurídicas das mais peculiares nações e que se mostraram quase sempre aptas a solucionar, de forma satisfatória, os mais inusitados litígios do dia-a-dia.

*La responsabilidad civil es tal vez una de las materias jurídicas que más llama la atención de los hombres de derecho en los últimos tiempos, pudiéndose decir que es uno de los temas del derecho que más há evolucionado en los últimos cien años. [...] El porqué de este auge de la responsabilidad civil lo sintetizan muy bien Mazeaud e Tunc. Ellos dicen que a medida que la sociedad se desarrolla estamos tan cerca unos de otros, que resulta difícil obrar sin correr el riesgo de causar un perjuicio a otro<sup>3</sup>. (FERREYRA, 1993, p. 11) .*

2 "A sociedade deve defender-se contra todos os fatos antes que causem dano, ou seja, ameacem a ordem que está estabelecida. Para evitar que o autor de tal ato cometa um novo e para evitar que outros sejam tentados a imitá-lo, o meio mais brutal é puni-lo. Só que, o momento é da questão da pena, partindo de sofrimento, portanto, entendemos que a sociedade não pergunta por suas ações para aqueles que têm feito de mal, que cometem faltas, para declarar alguém criminalmente responsável, analisando seu estado de ânimo. Assim, a responsabilidade penal se aproxima da responsabilidade moral. No entanto, ela não deve ir muito longe nessa direção. A ideia da pena mensurar exatamente a falta moral, o pecado, não pode ser recebida na sua totalidade, sem perder o propósito de que a sentença visa precisamente atingir: a defesa da sociedade".

3 "A responsabilidade civil é talvez uma das matérias jurídicas que mais chama a atenção dos homens de direito nos últimos tempos, podendo-se dizer que é um dos temas do direito que mais evoluiu nos últimos cem anos. [...] O porquê deste crescimento da responsabilidade civil sintetizam muito bem Mazeaud e Tunc. Eles dizem que à medida que a sociedade se desenvolve estamos tão próximos uns dos outros, que é difícil trabalhar sem correr o risco de causar dano a outro".

Como foi possível extrair das lições de Mazeaud e Tunc (1957, p. 6), assim como de tantos outros, a Responsabilidade Civil surgiu para regular relações privadas:

Tout autre est la responsabilité civile; elle suppose non plus un préjudice social, mais un dommage privé; la victim n'est plus la société tout entière, mais un particulier<sup>4</sup>.

De fato, o surgimento da responsabilidade civil, “cujo objeto é o ressarcimento” (LISBOA, 2006, p. 22), se deu com vistas a regular relações privadas. Atualmente, não se lhe pode mais conceber tal definição.

A responsabilidade civil conquistou inegável importância prática e teórica no Direito moderno. Não é mais possível ignorá-la. Outrora circunscrita ao campo dos interesses privados, hoje a sua seara é das mais férteis, expandindo-se pelo direito público e privado, contratual e extracontratual, aéreo e terrestre, individual e coletivo, social e ambiental, nacional e internacional. Pode-se dizer que os seus domínios são ampliados na mesma proporção em que se multiplicam os eventos, as descobertas e outras conquistas da atividade humana. Alguns princípios da responsabilidade civil ganharam status de norma constitucional após a Carta de 1988, sem se falar no enriquecimento que lhe trouxe a edição do Código de Proteção e Defesa do Consumidor, que regula todas as relações de consumo, em seus múltiplos aspectos. (CAVALIERI FILHO, 2002, p. 19).

A conceituação da Responsabilidade Civil foi tarefa à qual se dedicaram grandes doutrinadores nacionais e estrangeiros, sem, contudo, haver consenso a seu respeito. Parece estar longe o dia em que se conceituará de forma definitiva a Responsabilidade Civil, haja vista a velocidade da mutação das relações sociais que tem se dedicado a disciplinar. Entretanto, sua base fundada na garantia de que a vítima de um dano receba a devida reparação, apresenta-se sólida e bem definida.

Pacífico é o direito e unânime a doutrina ao enunciar, em termos gerais, o princípio da responsabilidade, proclamando sem contradita e sem rebuscos, que a vítima de uma ofensa a seus direitos e interesses receberá reparação por parte do ofensor. Uma

4 “Outra é a responsabilidade civil; ela requer não um dano social, mas um dano privado, a vítima não é mais a sociedade como um todo, mas um indivíduo”.

pesquisa histórica, por todos os sistemas jurídicos, naquilo que eu denomino comparação vertical (ver o que designo como ‘comparação vertical ou histórica’ e ‘comparação horizontal ou direito comparado’ em trabalho por mim publicado sob o título Direito Comparado e seu Estudo), revela a presença do princípio em todas as civilizações anteriores. Em outro sentido, que eu designo como comparação horizontal, ou direito comparado, confirma que todos os sistemas jurídicos na atualidade não deixam de enunciar este propósito, que se integra na civilização jurídica. Não importa, pois, a filiação histórica ou a concepção ideológica. Não tem maior significado tratar-se de ‘direito escrito’, centrado na elaboração legislativa, ou de ‘direito não escrito’, elaborado na diuturnidade da construção jurisprudencial, como ocorre nos sistemas de Common Law. Não importa se se trata de direito constitutivo da organização capitalista, ou se daqueles de inspiração socialista. Em todos, mais minuciosamente ou mais casuisticamente, o princípio da responsabilidade civil encontra larga ressonância como fonte obrigacional, respondendo pela reparação o causador de um dano à pessoa ou aos bens de outrem. (PEREIRA, 2000, p. 13).

A existência da matéria em praticamente todos, senão todos, os sistemas jurídicos dos países do mundo ocidental, e possivelmente no de todas as nações, presentes e pretéritas, indica relevância do tema, amplitude e profundidade que lhe foi dada pelos mais importantes pensadores de todos os tempos.

O estudo dos mais antigos documentos jurídicos preservados pelo tempo e descobertos pela arqueologia revelou que, desde as primitivas sociedades que utilizavam a escrita, dois modos pelos quais os cidadãos se relacionam já estavam bem caracterizados desde a formação das primeiras tribos: os relacionamentos meramente sociais, que aqui se convencionou chamar de relação social casual, e os relacionamentos contratuais, que aqui se convencionou chamar relação social negocial.

#### 4 NATUREZA JURÍDICA DA RESPONSABILIDADE CIVIL

A investigação das causas das divergências doutrinárias acerca da classificação da Responsabilidade Civil, bem como celeumas envolvendo institutos afins, como, por exemplo, a culpa e suas respectivas teorias, conduziu o presente estudo em direção à realização de um resgate histórico.

A crise do direito privado é indissociável, como é a expressão, entre nós, de Luiz Edson Fachin. Os novos pilares axiológicos e a nova versão epistemológica emergem a exigir a revisão, a reconsideração e a reestruturação do sistema como um todo. Os estatutos fundamentais do novo direito estampam-se em outra feição, rejeitando – ou tornando desimportante – aquela segurança advinda de um sistema centrado e fechado em si mesmo, à volta do indivíduo, e cujo fim era a construção de seu acervo patrimonial, a garantia de sua liberdade contratual e a constituição matrimonializada de sua família. Estampam-se, certamente, na insuperável urgência de restauração da primazia da pessoa humana e expressam-se pelas formulações do trânsito jurídico – calcado na noção de contrato, de obrigações e suas modalidades –, das titularidades – fundamentalmente encimadas nas noções de posse e de apropriação de um modo geral – e do projeto parental – que se encontra assentado na noção de família (HINORAKA, 2009, p. 191-192).

O resgate histórico percorreu o caminho trilhado pela Responsabilidade Civil desde seu surgimento até o atual Código Civil brasileiro. A pesquisa se iniciou nos primeiros documentos jurídicos escritos, encontrados pela arqueologia. A análise dos primeiros documentos jurídicos produzidos pela humanidade e dos que os sucederam, revelou que a Responsabilidade Civil sempre esteve relacionada a duas modalidades de fatos verificados nas relações sociais; os decorrentes das relações sociais casuais e os decorrentes das relações sociais negociais.

Durante a primeira fase da Idade Antiga, no tocante à Responsabilidade Civil, os sistemas legislativos eram casuísticos. Foi somente na segunda fase, conhecida como Antiguidade Clássica, que o crescimento acentuado da população, das cidades e, por consequência, das relações sociais, tornou necessário o desenvolvimento de um sistema legal capaz de atender de forma ampla e irrestrita à novíssima gama de litígios que surgiam. Foi também nessa época que se inaugurou o estudo científico da Responsabilidade Civil. De início, os romanos criaram uma fórmula geral. A primeira fórmula prescrevia a necessidade da existência de dolo para verificação do dever de reparação (Lex Duodecim Tabularum), e podia ser assim resumida: dolo, dano e nexa causal. Ante sua ineficiência, pouco tempo depois criaram uma nova que, desde então, há mais de dois mil anos,

vem influenciando a construção dos sistemas de Responsabilidade Civil de, praticamente, todos os países do mundo ocidental. O dolo foi substituído pela culpa (Lex Aquilia) e a nova fórmula, pode assim, ser resumida: culpa, dano e nexa causal.

A fórmula romana foi, anos mais tarde, reformulada pelos franceses e a cláusula geral de Responsabilidade Civil, criada na França, perdurou no mundo ocidental até que, em decorrência da Revolução Industrial, uma novíssima gama de conflitos emergiu da nova realidade social que se instalava e juntamente com ela, ressurgiram as discussões.

Após a Revolução Industrial e, em decorrência dos fatos que o evento histórico desencadeou – notadamente acerca da dicotomização da Responsabilidade Civil em objetiva e subjetiva –, a doutrina acendeu um caloroso debate em torno da definição de sua natureza.

Para compreender a natureza da Responsabilidade Civil, esta pesquisa, antes de examinar seus meios e métodos, buscou examinar sua finalidade. Uma vez identificada, passou-se a examinar sua motivação. Ao fazê-lo, acreditou-se haver identificado a natureza da Responsabilidade Civil. Por considerá-la uma questão social, portanto, que envolve cidadãos e considerando que estes, antes de sê-los, são simplesmente homens, em um primeiro momento cogitou-se iniciar a pesquisa pelo berço da humanidade para, talvez, encontrar referências sobre sua natureza ou nas primeiras sociedades formadas, alguns subsídios para estudo. Os homens pré-históricos deixaram registros de seus costumes, evidenciados pela análise de seus fósseis, da sua arte e dos objetos rudimentares que utilizavam. Todavia, esses registros somente puderam dar ensejo a conjecturas sobre sua percepção de Responsabilidade Civil. Entretanto, como estes resquícios evidenciaram mais tarde, o simples fato de demonstrarem ser o Homem um animal gregário muito revelava sobre a natureza da Responsabilidade Civil.

Direcionando a pesquisa para documentos escritos notou-se que inicialmente se destinavam à atividade comercial (contabilidade) e, posteriormente, sua utilidade estendeu-se para outras áreas, como engenharia, política, economia, religião e Direito. Ainda não se tratavam de documentos caracteristicamente jurídicos, mas isso os tornou mais importantes, porque revelaram um amplo cenário da organização social da época. Nada obstante, não há nos primeiros registros escritos indicação de uma definição conceitual para a Responsabilidade Civil, sendo notória sua associação com a responsabilidade criminal. Contudo, já estava lá e, portanto, sua natureza não poderia estar depois. Já se havia procurado no passado, sem nada encontrar. Mesmo a contrassenso, só restou procurar evidências no futuro.

Nos anos que se seguiram, desde a construção das primeiras estelas, muito pouco, ou quase nada se alterou em relação à percepção de Responsabilidade Civil dos povos do oriente médio durante a Antiguidade.

Continuando a pesquisa dentro dos limites verticais e horizontais inicialmente estabelecidos, seguiu-se à análise do Direito dos povos cartaginês, grego e romano. O primeiro não deixou muitos documentos escritos; o segundo denotou características essencialmente constitucionais, sendo escassas as fontes que poderiam evidenciar características da noção de Responsabilidade Civil, tanto em um como em outro caso. Dentre os documentos jurídicos romanos foi possível identificar a inauguração do estudo científico da Responsabilidade Civil. Neles não se encontrou uma conceituação acerca da sua natureza, embora muitos fossem os indícios que poderiam conduzir a uma conclusão sobre suas características. Durante a era romana a Responsabilidade Civil esteve associada à sua eficácia prática e ainda fortemente influenciada pela casuística na elaboração de suas regras.

As invasões germânicas ocasionaram significativas transformações no sistema jurídico dos romanos e, da conjugação de costumes bárbaros com os cosmopolitas, surgiu um novo

Direito, que desde então influenciou a construção dos sistemas do mundo ocidental.

Séculos mais tarde, Rousseau (1999, p. 1) indagou

se pode existir, na ordem civil, alguma regra de administração legítima e segura, tomando os homens como são e as leis como podem ser.

Para responder à própria pergunta discorreu sobre as primeiras sociedades, sobre o direito do mais forte, sobre a escravidão e sobre muitas outras coisas. No interesse desta pesquisa, dois pontos em especial se destacaram em seu discurso: ponderações sobre o pacto social e sobre o estado civil.

Anos mais tarde, em decorrência de fatores desencadeados pela Revolução Industrial, evidenciou-se a necessidade de revisão do instituto da responsabilidade civil, sobretudo no tocante ao ônus da prova da culpa. Tal postura desencadeou sua reformulação, realizando mudanças estruturais e lhe atribuindo um novo significado. Desse fato, resultou a criação da teoria objetiva da Responsabilidade Civil, marco inicial para a divisão da classificação da matéria entre contratual e extracontratual. Em decorrência dessa divisão nasceram os termos: natureza contratual e extracontratual, que persistem ainda hoje. A análise dos fragmentos de sua composição resultou nas conclusões ora alcançadas. Como o objeto em foco era a natureza da Responsabilidade Civil, mostrou-se controverso o fato de o mesmo objeto possuir duas naturezas distintas.

Assim, a pesquisa percorreu todos os períodos da história sem encontrar resposta para qual seria a natureza da Responsabilidade Civil. Alternativa não restou senão reiniciá-la. Numa reanálise dos fatos, ressurgiram com grande importância algumas das questões levantadas por Rousseau (1999), bem como sobre respostas que apresentou: o que leva os homens a renunciar à total liberdade de que gozam na natureza e a aceitar, ou a instituírem para si, uma infinidade de leis? Gozam no estado natural. Quem elegeria os direitos a serem renunciados? Todos elegeriam direitos a serem

renunciados. Para tanto, todos deveriam expor seus interesses e, ressalvando os que lhes fosse comum, os demais seriam excluídos.

Certamente, o interesse de não lesar e, portanto, de não ser lesado, era intrínseco ao relacionamento social. Nos primeiros documentos escritos destinados a regulamentação do convívio social, foi possível constatar que estava sedimentado no seio das sociedades o interesse pela punição do causador de dano. Muito embora, de início, as formas de punição não fossem orientadas pela mesma finalidade que se lhes destinou atualmente, certo é que ato danoso era condenável e o agente deveria ser punido e, considerando a necessidade humana de convívio social, forçoso foi concluir que desestimular práticas danosas foi, desde sempre, do interesse comum.

Por fim, só restou concluir que a Responsabilidade Civil é um princípio originado nas vantagens que o homem natural vislumbrou na realização de um contrato social. Decorreu diretamente da renúncia a algumas liberdades e interesses individuais naturais de que goza, na ausência desse pacto. Consubstanciou-se em um dever negativo e um dever positivo. O dever negativo de não causar dano a outrem. O dever positivo de repará-lo, se causar.

A questão que mais tem preocupado a Filosofia do Direito, a teoria e a dogmática é a origem dos princípios. Trata-se de saber se os princípios são os valores do Direito natural ou se encontram no Direito positivo vigente, ou constituem um produto histórico. (LORENZETTI, 1998, p. 314).

A conceituação, desse princípio, como proposto, decorreu do reconhecimento de um significado intrínseco e uníssono, comportando uma condição “a priori intersubjetiva” (REALE, 2000, p. 30 e 40 apud ÁVILA, 2009), que o conteúdo da expressão Responsabilidade Civil, seu uso e sua interpretação, receberam tanto por parte do povo brasileiro, quanto da doutrina e da jurisprudência.

A fixação do dever de não causar dano e, se causar, o de reparar, na dimensão de um princípio, não induz, todavia, à impossibilidade

de se estabelecerem exceções.

Alexy, partindo das considerações de Dworkin, precisou ainda mais o conceito de princípios. Para ele os princípios jurídicos consistem apenas em uma espécie de normas jurídicas por meio da qual são estabelecidos deveres de otimização aplicáveis em vários graus, segundo as possibilidades normativas e fáticas. Com base na jurisprudência do Tribunal Constitucional, Alexy demonstra a relação de tensão corrente no caso de colisão entre princípios: nesse caso, a solução não se resolve com a determinação imediata da prevalência de um princípio sobre outro, mas é estabelecida em função da ponderação entre os princípios colidentes, em função da qual um deles, em determinadas circunstâncias concretas, recebe a prevalência. Os princípios, portanto, possuem apenas uma dimensão de peso e não determinam as consequências normativas de forma direta, ao contrário das regras. É só a aplicação dos princípios diante dos casos concretos que os concretiza mediante regras de colisão. Por isso, a aplicação de um princípio deve ser vista sempre com uma cláusula de reserva, a ser assim definida: ‘Se no caso concreto um outro princípio não obtiver peso’. É dizer o mesmo: a ponderação dos princípios conflitantes é resolvida mediante a criação de regras de prevalência, o que faz com que os princípios, desse modo, sejam aplicados também ao modo tudo ou nada (Aller-oder-Nichts). Essa espécie de tensão e o modo como ela é resolvida é o que distingue os princípios das regras: enquanto no conflito entre regras é preciso verificar se a regra está dentro ou fora de determinada ordem jurídica (problema do dentro ou fora), o conflito entre princípios já se situa no interior desta mesma ordem (teorema da colisão). (ÁVILA, 2009, p. 37-38).

Nesse ponto residiu a defesa do caráter princípio lógico da responsabilidade civil. Os fundamentos históricos, sobretudo os que são comuns a toda a humanidade, não poderiam ser desprezados. O presente estudo, ainda que consideradas as limitações anteriormente enunciadas, evidenciou a existência desses valores sociais inerentes à Responsabilidade Civil, desde a formação das primeiras sociedades.

## 5 CONCLUSÃO

O presente trabalho intentou identificar a natureza da Responsabilidade Civil. Para tanto, empreendeu-se uma pesquisa histórica visando à origem e desenvolvimento do tema, na qual se constatou ocorrência de comportamento padrão, pautado por valor intrínseco à formação

e ao desenvolvimento de todas as sociedades, desde as primeiras analisadas até as atuais. A Responsabilidade Civil melhor se traduz como um princípio geral de Direito consubstanciado em um dever negativo e um dever positivo. O dever negativo de não causar dano a outrem e o dever positivo de repará-lo, se causar, sendo que o dever negativo de não causar dano a outrem implica na prática de todo ato necessário a esse fim, negativo ou positivo.

Longe de tentar enunciar a identificação de um princípio geral de Direito, propõe-se reflexão sobre a conveniência de adaptação ou construção de um sistema de Responsabilidade Civil sob outro paradigma, voltado para a defesa da vítima. Cumpriria estabelecer, de regra, o dever geral de reparação do dano e, por exceção, as hipóteses em que estaria afastada a responsabilização.

Como afirmado desde o início, não pretendeu o presente estudo esgotar a disciplina da Responsabilidade Civil, nem poderia. Muito pelo contrário, pretendeu tão somente contribuir de alguma forma para sua resolução.

## REFERÊNCIAS

ÁVILA, H. **Teoria dos princípios**: da definição à aplicação dos princípios jurídicos. 10 ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2009.

BÍBLIA. Português. **Bíblia Sagrada**. São Paulo: Barsa, 1977.

CAVALIERI FILHO, S. **Programa de responsabilidade civil**. 3. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2002.

DIAS, J. de A. **Da responsabilidade civil**. 9. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1994.

FERREYRA, R. A. V. **Responsabilidad por daños: elementos**. Buenos Aires: Depalma, 1993.

HINORAKA. G. M. F. N. Responsabilidade Civil: o estado da arte, no declínio do segundo milênio e albores de um tempo novo. In: RESPONSABILIDADE civil: estudos em

homenagem ao Professor Rui Geraldo Camargo Viana. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

LISBOA, R. S. **Responsabilidade civil nas relações de consumo**. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006.

LORENZETTI, R. L. **Fundamentos do direito privado**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1998.

MAZEAUD, H.; MAZEAUD, L.; TUNC, A. **Traité théorique et pratique de la responsabilité civile délictuelle et contractuelle**. Cinquième Édition. Paris: Éditions Montchrestien, 1957.

PALMA, R. F. **História do direito**. 4 ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

PEREIRA, C. M. da S. **Responsabilidade civil**. 9 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2000.

ROMÃO, J. M.; CAVALCANTI, V. S.; KOGAN, F. **História do direito**: uma breve viagem do Direito na História. Rio de Janeiro: Rio, 2003.

ROUSSEAU, J. J. **Do contrato social**. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

## A PRODUÇÃO CIENTÍFICA EM GESTÃO DO CONHECIMENTO APLICADA À TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO<sup>1</sup>

Sigmundo Preissler Junior<sup>2</sup>  
João Artur de Souza<sup>3</sup>  
Gertrudes A. Dandolini<sup>4</sup>

### RESUMO

Este artigo descreve, por meio de uma pesquisa bibliométrica, a situação atual da produção científica na área de gestão do conhecimento aplicada a Tecnologia da Informação. O objetivo é realizar um levantamento de obras científicas produzidas entre os anos de 2006 a 2011. Trata-se de um trabalho submetido à disciplina de Gestão Estratégica da Tecnologia da Informação do Programa de Pós Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento da UFSC.

**PALAVRAS CHAVE:** Produção Científica. Engenharia e Gestão do Conhecimento. Tecnologia da Informação.

### PRODUCTION IN SCIENTIFIC KNOWLEDGE MANAGEMENT APPLIED TO INFORMATION TECHNOLOGY

### ABSTRACT

This paper describes, through a bibliometric survey, the current situation of scientific production in knowledge management area applied to Information Technology - IT. The objective is to do

1 Trabalho vinculado ao departamento de Engenharia e Gestão do Conhecimento da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

2 Doutorando em Engenharia e Gestão do Conhecimento pela UFSC. Mestre em Engenharia Elétrica - ênfase em IA, Especialista em Redes de Computadores e Aplicações para Web, Especialista em Metodologias e Gestão em EaD (em defesa), Bacharel em informática. É professor titular dos cursos de Graduação e Pós-Graduação da Católica de Santa Catarina, Universidade do Contestado, Faculdade de Tecnologia de Jaraguá do Sul, Faculdade Avantis (Cursos Administração, Sistemas de Informação e Odontologia) e Diretor da FollowUp Soluções em TI Ltda. Email: sigmundojr@gmail.com

3 Pós-doutor pela Universidade Federal de Santa Catarina (2000). Doutor em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina (1999), Mestre em Matemática e Computação Científica pela Universidade Federal de Santa Catarina (1993). Graduado em Matemática (Licenciatura) pela Universidade Federal de Santa Catarina (1989). É Professor Associado da Universidade Federal de Santa Catarina do Departamento de Engenharia do Conhecimento. Na graduação tem trabalhado com disciplinas das áreas de Estatística, Inteligência Artificial e Lógica Matemática. Na pós-graduação tem colaborado com o Programa de Pós Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento da UFSC na área de métodos de pesquisa quantitativo, Inteligência para Inovação e Gestão das Tecnologias da Informação. Área de pesquisa: Inteligência para Inovação, Educação a distância, Inteligência artificial (Redes neurais, Conjuntos difusos, Reconhecimento de padrões). Email: jartur@gmail.com

4 Doutora em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina (2000). Mestre em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina (1997), Graduada em Matemática (Licenciatura) pela Universidade Federal de Santa Catarina (1992). Foi professora da Universidade Federal de Pelotas entre 2003 e 2007, onde foi coordenadora do curso de Matemática e do curso de Matemática na modalidade a distância. Atualmente é Professora Associada da Universidade Federal de Santa Catarina do Departamento de Engenharia do Conhecimento e pesquisadora da Universidade Aberta do Brasil (UAB). Email: ggtude@gmail.com

a scientific work survey produced from 2006 to 2011. It is a work submitted to the discipline of Strategic Management of Information Technology from UFSC Postgraduate Program in Engineering and Knowledge Management.

**KEY WORDS:** Scientific Production. Engineering And Knowledge Management. Information Technology.

## 1 INTRODUÇÃO

Com a crescente velocidade do uso e disseminação da Tecnologia da Informação – TI e outras tecnologias nas organizações, o diferencial competitivo deixa de ser apenas o uso de máquinas que auxiliam os processos organizacionais, mas sim o seu uso aplicado ao conhecimento. O conhecimento coletivo, articulado por estas novas tecnologias possibilita às organizações modernas estarem à frente de seus concorrentes.

Entende-se por TI, todo software e todo hardware de que uma empresa necessita para atingir os seus objetivos organizacionais (LAUDON; LAUDON, 2007). Já os sistemas de gestão do conhecimento, referem-se a uma classe de sistemas de informação aplicada à gestão do conhecimento organizacional (ALAVI; LEIDNER, 2001). Portanto, pode-se dizer que a Gestão do Conhecimento - GC e a TI se relacionam, principalmente, pela existência dos Sistemas de Gestão do Conhecimento – SGC (*Knowledge Management Systems*).

Este artigo tem como objetivo principal realizar um levantamento bibliométrico da situação atual da produção científica na área de gestão do conhecimento aplicado a TI. A pergunta norteadora deste trabalho é: “Qual é a atual situação das pesquisas científicas na área de Gestão do Conhecimento aplicado a Tecnologia da Informação?”

O desenvolvimento deste trabalho justifica-se pelo fato de não ter sido encontrado em periódicos disponíveis na Internet, um levantamento bibliométrico com esta temática proposta. Além deste fator, faz-se necessária a pesquisa para que esta sirva como embasamento a futuras investigações a serem realizadas pelo Departamento de Engenharia e Gestão do Conhecimento da UFSC e demais pesquisadores interessados.

Os objetivos específicos são: pesquisar dados no *Web of Science*<sup>®</sup> - WoS (REUTERS, 2011) organizar as informações no *Bibexcel*<sup>®</sup> (PERSSON, 2008) e *Ucinet*<sup>®</sup> (BORGATTI, 2002); coletar informações de frequência, idioma e autores citados; relacionar os periódicos encontrados e a relação com o fator de impacto e analisar e documentar os resultados obtidos.

A atual pesquisa se caracteriza como descritiva-exploratória. Descritiva por possuir como objetivo apresentar os indicadores de produção científica na área proposta e exploratória por realizar um levantamento bibliométrico sobre o tema. O estudo possui abordagem quantitativa, pois busca avaliar a quantidade de publicações no tema proposto.

Para o desenvolvimento deste trabalho foram utilizadas pesquisas em livros, revistas e na internet. Também será utilizada a técnica de estudo bibliométrico. A metodologia para esta pesquisa bibliométrica é apresentada no tópico 3.

O presente artigo está estruturado da seguinte forma: o tópico 2 trata do referencial teórico, abordados os temas: gestão do conhecimento, tecnologia da informação e bibliometria. O tópico 3 descreve a metodologia da pesquisa bibliométrica; o tópico 4 apresenta a análise dos dados obtidos e, por último, os tópicos 5 e 6 compreendem respectivamente as considerações finais e as referências utilizadas nesta pesquisa.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

Este tópico é responsável por apresentar definições sobre os assuntos a serem pesquisados e a forma pela qual ocorrerá a investigação. As seções que seguem apresentam os seguintes temas: Gestão do Conhecimento, Tecnologia da Informação e Bibliometria.

## 2.1 A GESTÃO DO CONHECIMENTO

A área de Gestão do Conhecimento – GC tem se popularizado e atraindo a atenção de diversos pesquisadores devido ao seu caráter multidisciplinar. Trata-se de uma área de conhecimento que tem como objetivo o estudo do gerenciamento do conhecimento organizacional coletivo, suas formas de criação, armazenamento, distribuição, dentre outros (DAVENPORT; PRUSAK, 1999). A grande maioria das definições de conhecimento compiladas indica que conhecimento é algo inerentemente humano, “está na cabeça das pessoas” e que o conhecimento formalizado é chamado de informação (STEIL, 2007).

AGC é um processo constituído por quatro elementos básicos: criação, armazenamento, transferência e aplicação. Os sistemas de GC são considerados como uma classe de sistemas de informação aplicados à gestão organizacional conhecimento (WAKEFIELD; TSENG, 2011).

Para a realização bem-sucedida dos trabalhos ligados ao conhecimento, é essencial que as organizações saibam definir o que são dados, informações e conhecimento, pois o sucesso ou o fracasso organizacional muitas vezes pode depender da aplicação desses elementos para solução de problemas e tomada de decisões (DAVENPORT; PRUSAK, 1999). A área de estudos que trata destas definições é conhecida como Gestão do Conhecimento.

AGC é caracterizada no âmbito acadêmico como a área que promove, com visão integrada, o gerenciamento e o compartilhamento de todo o ativo de informação possuído pela empresa. Esta informação pode estar em um banco de dados, documentos, procedimentos, bem como em pessoas, através de suas experiências e habilidades (GARTNER GROUP; STEIL, 2007).

Em outras palavras, os sistemas de GC são baseados em TI e desenvolvidos para apoiar e reforçar os processos organizacionais de criação, agregação, divulgação e aplicação do conhecimento. Desta forma, o objetivo do conhecimento sistemas de gestão é

apoiar a criação, transferência e aplicação do conhecimento nas organizações (TSENG, 2011).

Dentre as subáreas de estudo da GC pode-se citar a criação do conhecimento como uma etapa inicial de toda a cadeia de administração do conhecimento organizacional coletivo. O ato de criar conhecimento é um processo contínuo de transcendência, por meio do qual se ultrapassam os limites de sua própria existência, não é apenas um tipo especial de aprendizagem que ocorre em um ponto no tempo (NONAKA; TAKEUCHI, 1995). A criação do conhecimento se dá, portanto, de maneira constante nas organizações.

A gestão do conhecimento codifica e reutiliza conhecimento relevante que é considerado valioso em uma organização particular (TANG, 2009). Diversas técnicas e ferramentas têm sido propostos e utilizados para esta finalidade. Podem-se exemplificar com a utilização dos sistemas para armazenamento de documentos ou gestão eletrônica de documentos, sistemas para gerenciamento de projetos, entre outros.

A GC também pode ser definida como sendo o gerenciamento formal do conhecimento para facilitar a criação, o acesso, e a reutilização do conhecimento, geralmente com a utilização de tecnologia da informação (O’LEARY, 1998). Dessa forma, pode-se atribuir à tecnologia da informação o papel de ferramenta facilitadora para a aplicação da gestão do conhecimento nas organizações.

## 2.2. A TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

O uso da TI nas organizações é fator preponderante para que o sucesso dos negócios. A TI surgiu da necessidade de se estabelecer estratégias e instrumentos de captação, organização, interpretação e uso das informações (PEREIRA; FONSECA, 1997) no mundo corporativo.

Na concepção da palavra, tecnologia é um conjunto organizado de todos os conhecimentos científicos, técnicos, empíricos

e intuitivos empregados no desenvolvimento, na produção, na comercialização e na utilização de bens ou serviços. Já a tecnologia da informação é a aplicação da tecnologia na coleta, armazenamento, processamento e manipulação das informações presentes nas organizações (MATTOS; GUIMARÃES, 2005).

A tecnologia da informação é utilizada para processar, armazenar e transportar dados no formato digital. É ainda um conjunto de recursos tecnológicos e computacionais para a geração e uso da informação, fundamentada nos componentes: hardware e seus dispositivos e periféricos; software e seus recursos; sistemas de telecomunicações; e gestão de dados e informações (SORDI; MEIRELES, 2010).

Em síntese, os gestores utilizam recursos de informática para adquirir dados operacionais internos e externos à organização. Estes dados são utilizados na produção da informação e na geração do conhecimento, de modo que os gestores possam tomar decisões eficazes, eficientes e efetivas. Tais dados, informações e conhecimentos devem ser transmitidos para outras pessoas e processos, dentro e fora da empresa.

À medida que o conhecimento se torna um patrimônio essencial e estratégico, o sucesso organizacional depende cada vez mais da capacidade da empresa de produzir, reunir, armazenar e disseminar conhecimento (LAUDON; LAUDON, 2007). As informações com qualidade e apresentadas em tempo hábil à tomada de decisão são de vital importância para as empresas modernas. O uso adequado dos recursos da TI garante a pontualidade e a qualidade das informações.

A tecnologia da informação cresce, não apenas em tamanho e importância, mas também incrementa a descentralização organizacional, nenhuma perspectiva de planejamento provou ser completamente satisfatória, até mesmo com atualizações. Hoje, há uma pergunta característica que os gerentes fazem aos profissionais de sistemas de informação: “Onde está aquilo que eu necessito?” (SORDI; MEIRELES, 2010).

Sendo a TI uma importante ferramenta que viabiliza a aplicação da gestão do conhecimento das organizações e que esta, pode ser utilizada como ferramenta para a viabilização da GC, faz-se necessário realizar um levantamento quantitativo sobre a produção científica na GC aplicada a TI. A seção que segue apresenta o método pelo qual este trabalho fará uso para a referida pesquisa.

### 2.3 A BIBLIOMETRIA

A bibliometria é o estudo dos aspectos quantitativos da produção, disseminação e uso da informação registrada (MACIAS-CHAPULA, 1998). O estudo bibliométrico possui caráter documental e não de conteúdo.

O objetivo da análise documental é a representação condensada da informação, para consulta e armazenagem (BARDIN, 2004). Apesar de não possuir um caráter de análise de conteúdo, a bibliometria é importante na geração de pesquisas quantitativas documentais no que diz respeito à: quantidade de obras, autores, anos de publicação, dentre outros indicadores. Estes indicadores auxiliam a comunidade científica em pesquisas futuras.

O termo *statistical bibliography* – hoje bibliometria – foi usado pela primeira vez em 1922 por E. Wyndham Hulme, antecedendo à data a qual se atribui a formação da área de Ciência da Informação, com a conotação de esclarecimento dos processos científicos e tecnológicos, por meio da contagem de documentos (GUEDES, 2007). Em 1969, o termo bibliometria se popularizou com a publicação do artigo clássico de Pritchard discutindo a polêmica “bibliografia estatística ou bibliometria?” (ARAÚJO; MUNIZ, 2011).

Inicialmente, o estudo bibliométrico estava voltado para a quantificação de exemplares de livros, palavras e edições. Posteriormente, o estudo bibliométrico foi sendo utilizado para periódicos e para a quantificação ou estudo de produtividade de autores e citações.

A bibliometria é também um instrumento quantitativo, que permite minimizar a

subjetividade inerente à indexação e recuperação das informações, produzindo conhecimento, em determinada área de assunto. Em última análise ela contribui para tomadas de decisão na gestão da informação e do conhecimento, uma vez que auxilia na organização e sistematização de informações científicas e tecnológicas (GUEDES, 2007).

O presente artigo fará uso desta metodologia conhecida como bibliometria para reunir indicadores sobre a produção científica em gestão do conhecimento aplicada a TI. O tópico que segue apresenta a forma pela qual o presente estudo bibliométrico foi realizado.

### 3 A METODOLOGIA DA PESQUISA

Para a coleta de dados foi utilizada na plataforma WoS - *Web of Science*<sup>®</sup> (REUTERS, 2011). Nesta base de dados foram consideradas apenas as publicações datadas entre 2006 e 2011. A pesquisa objetivou reunir publicações dos últimos cinco anos, ou seja, pesquisas mais recente nas áreas estudadas.

Para a realização das análises de dados foram utilizadas as ferramentas *Bibexcel*<sup>®</sup> (PERSSON, 2008) e *Ucinet*<sup>®</sup> [BORGATTI, 2002], ambas de distribuição gratuita e, para a geração dos gráficos foi utilizada a ferramenta *Microsoft Excel 2007*. Segue abaixo o detalhamento das etapas da pesquisa.

A pesquisa ocorreu em três etapas distintas. Na primeira etapa foram pesquisadas as quantidades de artigos cadastrados que possuíam em seus títulos, resumos ou palavras-chave as expressões: “gestão do conhecimento” e, posteriormente, a expressão: “tecnologia da informação”.

Na segunda etapa, foram pesquisadas as quantidades de artigos que continham a expressão “gestão do conhecimento” e também a expressão “tecnologia da informação” em seus títulos, resumos ou palavras-chave. Para os artigos localizados na segunda etapa da pesquisa foi realizado um levantamento quantitativo de dados conforme apresentado na seção 4.

Na terceira e última etapa da pesquisa, foram localizados todos os artigos que continham as expressões “gestão do conhecimento” e “tecnologia da informação”, concomitantemente em seus títulos. Destes artigos localizados, foi realizada uma pesquisa qualitativa por meio de leitura dos resumos, títulos e palavras-chave para verificar a coerência entre si e com esta pesquisa.

Posterior à pesquisa qualitativa, ainda na terceira etapa, foi realizada uma pesquisa quantitativa dos artigos localizados. Nesta busca foram encontrados artigos constantes na base de dados WoS, apresentada na seção 3.2, já a seção que segue, 3.1, é apresentada a de coleta de dados.

#### 3.1. COLETA DE DADOS

Para a realização da coleta de dados, primeiramente, foram digitados os seguintes termos para a pesquisa: “Gestão do Conhecimento” e, posteriormente, “Tecnologia da Informação”. Pesquisados de maneira separada, resultaram em distintas quantidades apresentadas na seção 4. Na segunda etapa foram buscados os mesmos termos, porém de maneira concomitante e na última etapa, novamente ambas as expressões, porém constantes apenas nos títulos das obras pesquisadas.

Os anos das publicações analisados estavam entre 2006 e 2011. É necessário observar que esta pesquisa foi realizada no dia 15 de outubro de 2011, desta forma, as publicações do ano de 2011, em pesquisas futuras, poderá sofrer alterações em relação à sua quantidade.

#### 3.2. POPULAÇÃO E AMOSTRA

A plataforma *Web of Science*<sup>®</sup> - WoS é um produto da Thompson Reuters (REUTERS, 2011). Conta com publicações desde o ano de 1945 que podem ser obtidos de cinco bases distintas de citações.

Estas cinco bases possuem informações sobre ciências, ciências sociais, artes e humanidade nos 9.300 jornais de pesquisa mais

prestigiados do mundo (REUTERS, 2011). Esta plataforma conta com mais de 36 milhões de registros.

A WoS oferece a possibilidade de buscas com uso de diversos filtros como: autores, títulos, palavras-chave, resumos, região, linguagem entre outros. Dentre estes, um dos principais e mais utilizado é o filtro por “tópico”, que reúne buscas em títulos ou resumos ou palavras-chave.

#### 4 A DEMONSTRAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

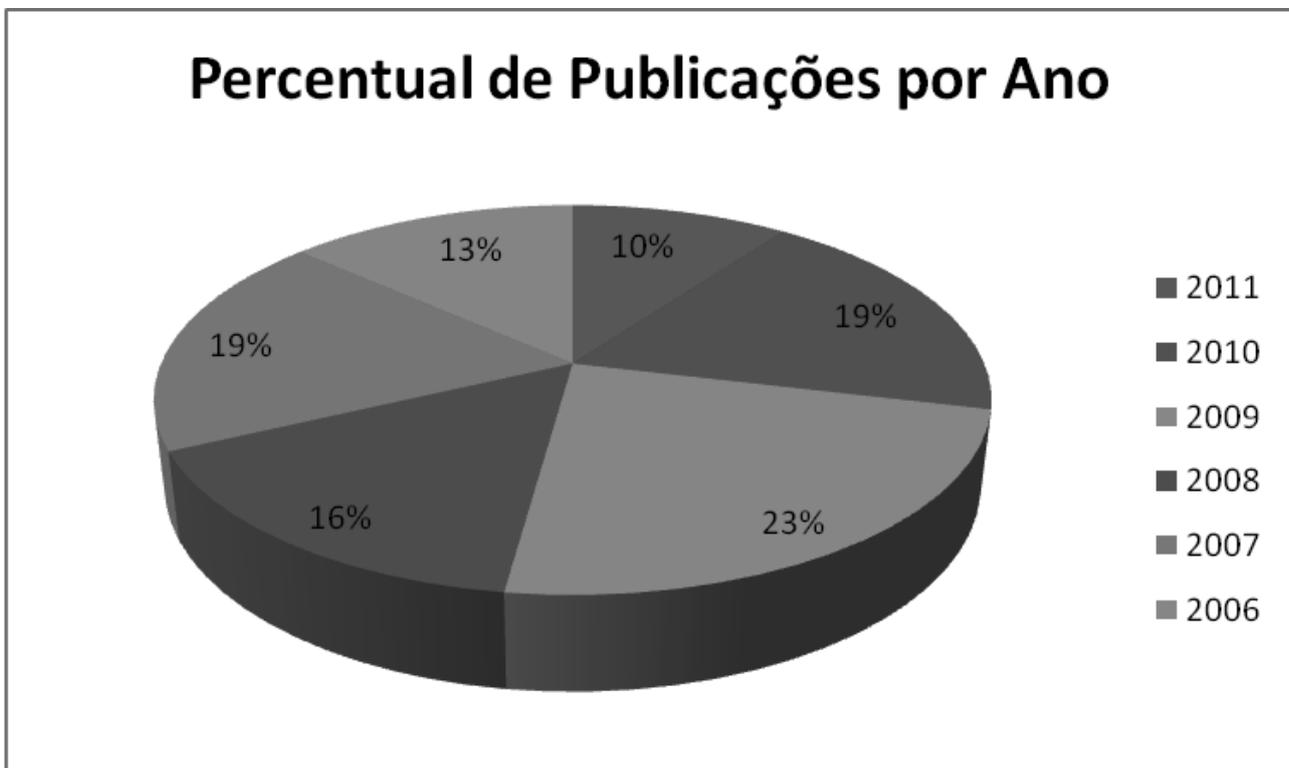
A análise desta pesquisa nas etapas 1 e 2 é somente quantitativa. A análise quantitativa é definida pelo emprego de quantificação tanto nas modalidades de coleta de informações, quanto no tratamento delas por meio de técnicas estatísticas, desde as mais simples como: percentual, média, desvio-padrão, às mais complexas, como coeficiente de correlação, análise de regressão etc. (RICHARDSON, apud PINTO, 2009).

Na etapa inicial, etapa 1, a busca por

somente o termo “Gestão do Conhecimento” retornou 6.795 registros e o termo “Tecnologia da Informação” retornou 12.550 registros. Para esta etapa da pesquisa, foi utilizada a busca por “tópico”. Pesquisa esta que realiza buscas tanto nos títulos, nos resumos quanto nas palavras-chave dos documentos presentes na base de dados.

Na etapa dois, foram utilizadas as expressões: “Gestão do Conhecimento” e “Tecnologia da Informação” por meio de uso da partícula aditiva “AND” da ferramenta WoS. Nesta fase da pesquisa foram localizados 508 registros.

Para estes 508 registros foi realizada uma pesquisa quantitativa. Esta pesquisa demonstra: anos de publicação, linguagens utilizadas e países. Na Figura 1 apresenta-se a distribuição em relação ao ano das publicações.



**GRÁFICO 1** – Percentual de Publicações por Ano (etapa 2)  
Fonte: Os autores, 2012.

Na Figura 1 demonstra-se que o maior percentual de publicações ocorreu em 2009. Os

demais anos variam de 10 a 19%, com destaque para os 10% do ano de 2011. Este baixo percentual

em relação aos demais, pode se dever ao fato de que a atual pesquisa tenha sido realizada há dois meses para o encerramento do ano de 2011.

Para verificar a linguagem pela qual as publicações foram veiculadas foi realizada uma pesquisa quantitativa dos 508 artigos pesquisados na segunda etapa. A tabela 1

apresenta os resultados obtidos.

A Tabela 1 apresenta que a maioria das publicações, 98,6% delas foram veiculadas na língua inglesa, 0,4% em língua portuguesa e 1% das publicações não foram classificadas pela plataforma em relação à língua de publicação.

Linguagens	Quantidade	Percentual
Inglês	501	98,6%
Português	002	0,4%
Não Especificado	005	1,0%
<b>TOTAIS</b>	<b>508</b>	<b>100,0%</b>

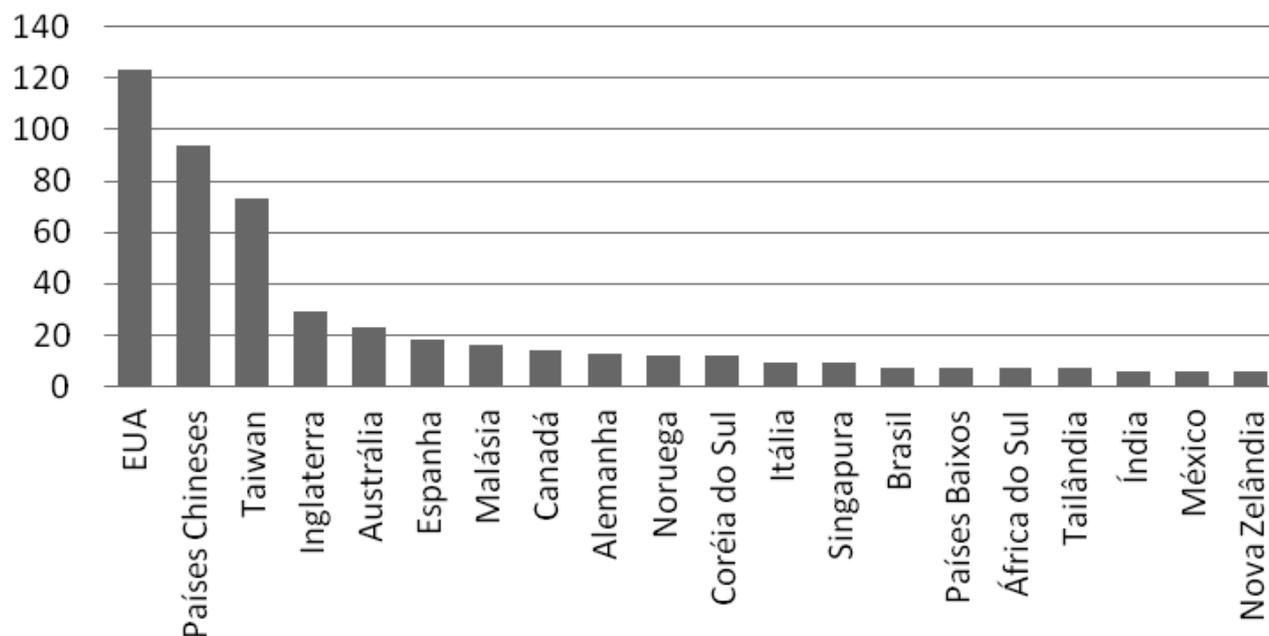
**TABELA 1** – Quantidade e Percentual de Publicações por Linguagem (etapa 2)

Fonte: Os autores, 2012.

Na Figura 2 apresentam-se os 20 primeiros países que mais produziram publicações no tema pesquisado. A pesquisa retornou 42 países com destaque para os Estados Unidos da América

– EUA, que ocupa a primeira posição com 123 artigos publicados e para o Brasil que ocupa a 14ª posição com sete artigos publicados no tema pesquisado.

## Quantidade de Publicações por País



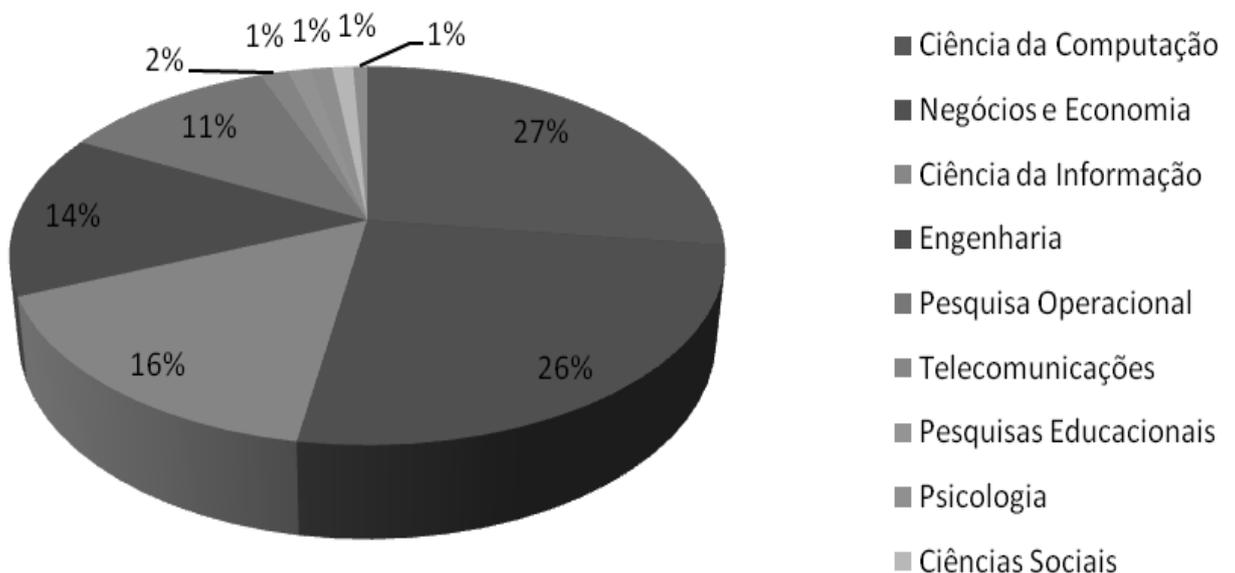
**GRÁFICO 2** – Quantidade de Publicações por País (etapa 2)

Fonte: Os autores, 2012.

Conforme apresentado na seção 2.1, a GC é uma área multidisciplinar. Por este motivo foi realizada uma pesquisa quantitativa em relação ao percentual de publicações por área do conhecimento. Foram relacionadas 27 áreas do conhecimento que abordaram os temas: GC e TI em seus títulos, palavras-chave ou resumos.

Na Figura 3 ilustra-se as 10 áreas do conhecimento ou áreas temáticas que mais tiveram publicações registradas. De todas as áreas pesquisadas, pode-se destacar que 25,6% das publicações são da Ciência da Computação, 24% da área de Negócios e Economia, 15,1% de Ciências da Informação, 13,2% Engenharias e 10,8% da área de Pesquisa Operacional.

## Percentual de Publicações por Áreas Temáticas



**GRÁFICO 3** – Percentual de Publicações por Áreas Temáticas (etapa 2)  
Fonte: Os autores, 2012.

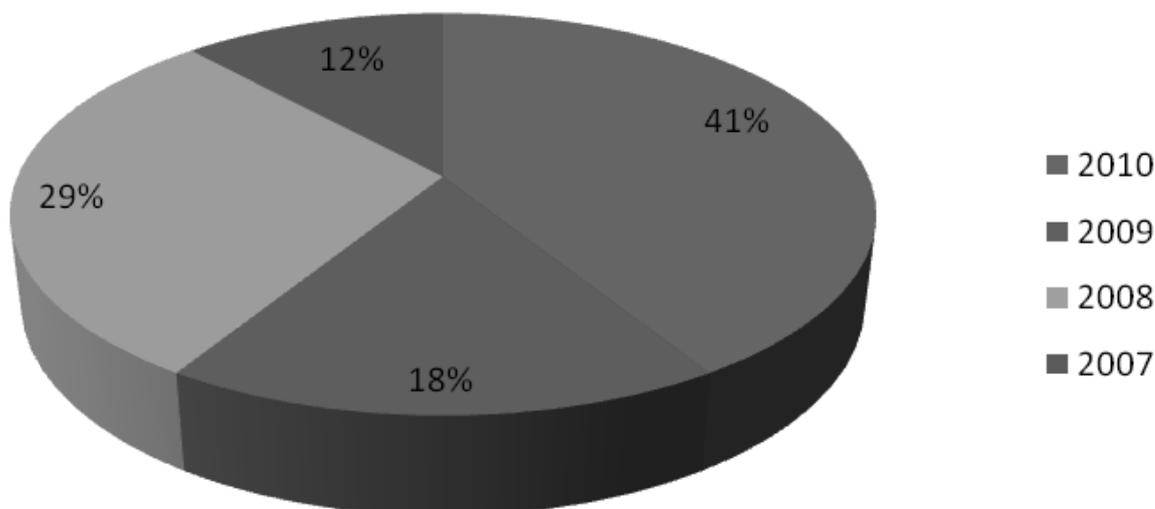
Na terceira etapa foram pesquisadas conjuntamente as expressões “gestão do conhecimento” e “tecnologia da informação” apenas nos títulos dos artigos. Foram encontrados 17 artigos.

A fim de detectar a relação dos artigos pesquisados com o tema estudado foi realizada uma pesquisa qualitativa nos 17 artigos por meio da realização de leitura dos resumos. Os 17 resumos apresentaram semelhanças em relação à temática estudada: GC aplicada a TI.

Alguns artigos tratavam da aplicação da GC, por meio da TI, em casos de uso. Outros relacionavam a GC à análise estratégica de TI e as duas GC e TI sendo utilizadas de forma “alinhada” aos negócios corporativos.

Nesta terceira e última etapa também foi realizada uma pesquisa quantitativa dos 17 artigos localizados. Na Figura 4 mostra-se o percentual de publicações por ano.

## Percentual de Publicações por Ano



**GRÁFICO 4** – Percentual de Publicações por Ano (etapa 3)  
Fonte: Os autores, 2012.

Na Figura 4 pode-se perceber que não foram encontradas publicações nos anos de 2006 e 2011. Dos 17 registros encontrados, apenas no ano de 2010 foram 07 as publicações realizadas, o que totaliza 41% do total pesquisado. Este estudo quantitativo dos 17 artigos revelou ainda que 100% destas publicações foram veiculadas na língua inglesa.

Na Tabela 2 apresentam-se os resultados obtidos na pesquisa por quantidade e percentual de publicações, dos 17 artigos localizados em relação ao país de origem. A busca encontrou 29,4% das publicações como sendo oriundas do país Taiwan e um grande número, 41,2% delas como sendo “Não identificadas” pelos autores no momento do registro.

Países	Quantidade	Percentual
Taiwan	5	29,4%
Países Chineses	3	17,6%
EUA	2	11,8%
Não Identificados	7	41,2%
<b>TOTAIS</b>	<b>17</b>	<b>100,0%</b>

**TABELA 2** – Quantidade e Percentual de Publicações por País de Origem (etapa 3)  
Fonte: Os autores, 2012.

O estudo quantitativo da terceira etapa ainda revelou que aproximadamente 12% das publicações apontaram a IEEE - Instituto de Engenheiros Eletricistas e Eletrônicos, como sendo o veículo de publicação de seus artigos. Os demais não registraram veículos de publicação. Por fim, o capítulo que segue, apresentará as considerações finais deste trabalho.

Este estudo atingiu os objetivos propostos ao realizar a pesquisa bibliométrica no WoS, analisar seus resultados e descrevê-los. Os dados obtidos neste trabalho deverão servir para fins de novas publicações na área de GC aplicada a TI bem como deverá dar subsídios para as futuras pesquisas na área de Planejamento Estratégico em TI.

### 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Frente aos dados recolhidos nesta

pesquisa pode-se considerar, na etapa 2, que houve uma significativa quantidade de publicações no ano de 2009, o que se reflete na pesquisa realizada na etapa 3. Porém, a pequena quantidade de publicações do ano de 2011 não contribuíram para os 17 artigos encontrados na etapa 3.

A língua inglesa é a principal linguagem utilizada nos artigos encontrados em todas as fases da pesquisa. Este é, portanto, um forte indicador de sucesso para futuras publicações: que elas sejam veiculadas na língua inglesa.

O país que mais obteve publicações na etapa 2, os Estados Unidos da América não foi o primeiro colocado na terceira etapa. Conferindo assim à Taiwan a maior quantidade de publicações encontradas com o tema específico proposto.

A área de Ciência da Computação é a que obteve maior percentual de publicações na etapa 2. Esta colocação pode estar relacionada com a área de TI possuir uma grande quantidade de publicações, detectada na etapa 1.

A etapa três revelou uma grande incidência de artigos que tratavam do tema GC aplicado a TI como sendo a TI "ferramenta" para a aplicação da TI. Porém, foram encontrados artigos que apresentavam pesquisas na área da gestão da TI fazendo uso da GC para facilitar no "alinhamento" estratégico da TI com os objetivos da corporação.

Pode-se destacar a importância e necessidade de haver um correto cadastramento dos artigos e publicações nas bases de dados. Os dados faltantes podem resultar em distorções nas avaliações bibliométricas e comprometer desta forma os resultados da pesquisa.

Em relação aos resultados obtidos nas três etapas, pode-se considerar este trabalho como balizador para outras pesquisas na área porém, enquanto proposição para trabalhos futuros, sugere-se que sejam realizadas pesquisas equivalentes em outras bases de dados. Além desta pesquisa, sugere-se que seja realizada uma pesquisa sociogramática de autores na

comparação entre as diferentes bases de dados.

## REFERÊNCIAS

ALAVI, M.; LEIDNER, Dorothy E. *Knowledge management and knowledge management systems: conceptual foundations and research issues*. **MIS Quarterly**, LOCAL, vol. 25, nº. 1, p. 107-136, March 2001.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 3. ed. Lisboa: Edições 70, 2004.

BORGATTI, S. P., EVERETT, M. G.; FREEMAN, L.C. **Ucinet for Windows: Software for Social Network Analysis**. Harvard: Analytic Technologies, 2002.

DAVENPORT, T. H.; PRUSAK, L. **Conhecimento empresarial**. Rio de Janeiro: Campus: Publifolha, 1999.

GUEDES, V.; BORSCHIVER, S. **Bibliometria: uma ferramenta estatística para a gestão da informação e do conhecimento, em sistemas de informação, de comunicação e de avaliação científica e tecnológica**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007.

LAUDON, K. C; LAUDON, J. P. **Sistemas de informação gerenciais: administrando a empresa digital**. São Paulo: Prentice Hall, 2007.

MACIAS-CHAPULA, C. A. O papel da informetria e da cienciometria e sua perspectiva nacional e internacional. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 27, n. 2, p. 134-140, maio/ago, 1998.

MATTOS, J. R. L.; GUIMARÃES, L. S. **Gestão da tecnologia e inovação: uma abordagem prática**. São Paulo: Saraiva, 2005.

MUNIZ, Jorge *et. al.* Os principais trabalhos na teoria do conhecimento tácito: pesquisa bibliométrica 2000-2011. **Anais SIMPOI**. UNESP: São Paulo, 2011.

NONAKA, I.; TAKEUCHI, H. **The knowledge-creating company: how Japanese companies create the dynamics of innovation**. New York: NY, Oxford University Press, 1995.

O'LEARY, D. *Using AI in knowledge management: knowledge bases and ontologies*. In: INTELLIGENT Systems. **IEEE**, LOCAL, 13, 1998, p. 34-39. Singapore: SuperStar Virgo, 2011.

PEREIRA, M. J. L. B.; FONSECA, J. G. M. **Faces da decisão**: as mudanças de paradigmas e o poder da decisão. São Paulo: Makron Books, 1997.

PERSSON, O. Ferramenta para análise de dados bibliométricos. *Inforsk*, Umea Univ. Sweden. Disponível em: <<http://www8.umu.se/inforsk/Bibexcel/>>. Acesso em: 31 set. 2011.

PINTO, J. et. al. **Análise bibliométrica dos artigos sobre controladoria publicados em periódicos dos programas de pós-graduação em Ciências Contábeis recomendados pela Capes**. Blumenau: FURB, 2009.

QUANDT, C. O. et. al. A Produção Científica Brasileira em Gestão do Conhecimento: análise cienciométrica e mapeamento de redes de autores do ENEGEP, 1998-2008. In: REVISTA Gestão Industrial. Curitiba, v. 05, 2009, p.172-188.

REUTERS, T. **Online academic citation index**. Disponível em <<http://science.thomsonreuters.com/pt/produtos/wos/>>. Acesso em 31 set. 2011.

SORDI, J. O.; MEIRELES, M. **Administração de sistemas de informação**: uma abordagem interativa. São Paulo: Saraiva, 2010.

STEIL, A. V. **Estado da arte das definições de gestão do conhecimento e seus subsistemas**. Florianópolis: Instituto Stela. Technical Report, 2007.

TANG, A. et. al. *A comparative study of architecture knowledge management tools*. **The Journal of Systems and Software**. Australia: Elsevier, 2009.

TSENG, Shu-Mei. *Information technologies, organizational cultures and knowledge management*. **The 6th International Conference on Computer Science & Education** (ICCSSE 2011).

---

**SEMIÓTICA E SEMÂNTICA: A PROBLEMÁTICA EXPERIMENTAL DA PROPRIEDADE DA LINGUAGEM NO FENÔMENO DO JORNALISMO DIGITAL NA COMUNICAÇÃO CULTURAL DA SOCIEDADE – SIGNOS PÚBLICOS E SIGNOS PRIVADOS<sup>1</sup>**Tayane Medeiros d'Oliveira<sup>2</sup>  
Paulo Negrini Filho<sup>3</sup>**RESUMO**

A comunicação digital é realizada por diversos mecanismos que facilitam o intercâmbio entre emissor e receptor de qualquer notícia a ser informada. Estes mecanismos são elementos hipermodais que funcionam como aparato à expressão da linguagem para facilitar a comunicação entre as partes, além de apresentarem as mesmas características signas da linguagem verbal e imagética durante a ação comunicativa. Contudo, estes elementos inseridos na cultura do ciberespaço não são utilizados com propriedade e a notícia a ser repassada, principalmente em blogs e sites jornalísticos, se torna mais confusa do que esclarecedora devido à aplicação errônea de determinados mecanismos de comunicação digital na estrutura interfásica da informação, ou ainda na própria arquitetura da informação que se apresenta inadequada à utilização de determinados mecanismos para a exposição textual e imagética do tema a ser transmitido. Por isso, compreender a estrutura semântica e semiótica da comunicação digital, por meio de uma pesquisa qualitativa bibliográfica explicativa, é buscar uma reflexão a respeito de quais são os elementos sígnicos públicos e privados dentro destes mecanismos de comunicação digital, tentando pontuá-los na ação da cultura como na ação da linguagem a fim de melhorar a abordagem emissor-mensagem-receptor-linguagem-entendimento.

**PALAVRAS CHAVE:** Semiótica. Semântica. Linguagem. Comunicação Digital. Jornalismo Digital.

***SEMIOTICS AND SEMANTICS: THE PROBLEM OF EXPERIMENTAL PROPERTY OF LANGUAGE IN THE PHENOMENON OF JOURNALISM DIGITAL IN THE COMMUNICATION CULTURAL OF SOCIETY - PUBLIC SIGNS AND PRIVATE SIGNS*****ABSTRACT**

The digital communication is accomplished through several mechanisms that facilitate the exchange between sender and receiver of any news to be informed. These mechanisms are elements that function as hypermodals apparatus to the expression of language to facilitate communication between the parties, and offer the same features signs verbal language and imagery during communicative action. However, these elements inserted in the culture of cyberspace aren't used properly and news to be passed on, especially in blogs and newspaper sites, becomes more confusing than enlightening due to the misapplication of certain digital communication mechanisms in the structure of interphase information or even in the very architecture of the information that is presented to the inadequate use of certain mechanisms for display textual imagery and theme to be transmitted. Therefore, understanding the structure semantics and semiotics of digital communication, through

---

1 Este é o artigo de conclusão do Curso de Especialização de Tayane Medeiros d'Oliveira, cujo texto da obra presente encontra-se em apresentação reduzida.

2 Graduada em Filosofia (Licenciatura) pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR). Especialização em Jornalismo Digital pela Faculdade Internacional de Curitiba (Facinter/ Grupo Uninter). E-mail: th\_yanne@yahoo.com.br

3 Mestre em Educação pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Professor Orientador do Grupo Uninter. Email: paulonegri@gmail.com

a qualitative explanatory literature, is seeking a reflection on what they are sign elements public and private within these mechanisms of digital communication, trying to score them in action of culture as in action of language to improve the approach sender-message-receiver-language-understanding.

**KEY WORDS:** Semiotics. Semantics. Language. Digital Communication. Digital Journalism.

## 1 INTRODUÇÃO

Com o fenômeno da emergência da comunicação hipermediática da *WEB 2.0*, a linguagem se tornou um fator de grande preocupação e estudo principalmente em sua função semântica-semiótica a fim de que os mecanismos de busca auxiliem numa elaboração da informação com maior validade de conhecimento, viabilizando, assim, uma maior capacitação do usuário. Essa prioridade da formalização de um conhecimento mais adequado visa uma instauração do usuário como gerente, gerador e modificador da cultura da sociedade hipermediática.

Em vista disso, debruçou-se sobre a importância de uma linguagem objetiva na arquitetura da informação, para uma melhor compreensão dos caracteres verbais e não verbais transmitidos no ciberespaço na elaboração de *blogs* jornalísticos. Cujas problematizações procuram especificar, na arquitetura da informação, quais os caracteres verbais e não verbais realmente significativos na expressão linguística digital que possibilitam que a mensagem seja compreendida de maneira clara e objetiva com o mínimo de ambiguidade semântica-semiótica possível.

O artefato da comunicação, a linguagem humana e todas as representações que a ela estão elencadas pela base dos signos semióticos e semânticos, cuja essência do ato é transmitir alguma coisa a um determinado interlocutor, para conhecimento, informação e deterioração dos fatos acontecidos, é uma característica daqueles que dominam o léxico e conseguem, com isso, pronunciar o seu entendimento de modo simples, mas concreto e com o mínimo de prejuízo possível pelo veículo de comunicação escolhido.

Este veículo traz por si deliberado também um significado para ação comunicativa

do sujeito emissor da mensagem. Logo, ele também deve ser elemento de análise de todo o contexto justificativo da transmissão da mensagem comunicada. Por isso que é importante conhecer os mecanismos funcionais da comunicação digital, que são as estruturas físicas bases de todo o acontecimento midiático do artefato da comunicação pela *internet*. Esses mecanismos são dispostos nos seguintes componentes: *link*, *hiperlink*, hipertexto, sistema de comentários. Ou seja, todo um sistema de *interface* que auxilia o agente comunicante publicar o conteúdo de uma determinada notícia, estruturando-as nas circunstâncias ativas da interatividade, multimídia, personalização, memória e atualização (RIBAS, 2011), como comunicabilidade com outros pontos históricos da precedente notícia. Para averiguar todas essas potencialidades buscar-se-á fundamentação na obra de Steven Johnson, “Cultura da Interface: Como o computador transforma nossa maneira de criar e comunicar”; como na obra de Pollyana Ferrari, “Hipertexto e Hipermedia: As novas ferramentas da comunicação digital”.

Não se deve esquecer, contudo, que esses elementos de *interface* relacionam-se com aspectos de usabilidade e ergonomia (arquitetura da informação), os quais visam facilitar a busca da informação previamente referenciada num determinado lugar do ciberespaço.

Este espaço possibilita a interação ativa, contínua e ubíqua de todo o conhecimento produzido, como dos fatos acontecidos instantaneamente. Cria-se, nesse ponto, um intercâmbio de informações tanto gerais quanto científicas que transformam a ação comunicativa de cada pessoa como a sua representação de mundo e de saber até pouco tempo não diligente. Desse modo, é preciso entender qual a importância da informação em si como emissora de expectativa e de fatos de verdade, e como estes fatos de verdade são compreendidos no

ciberespaço, cujo lugar as informações do mundo se inter-interpretam, se intercomunicam, se inter-geram, e se inter-significam para o sujeito-emissor da mensagem quanto para o sujeito-receptor da mensagem. Para tanto, será utilizado para fundamentar tais conceitos os seguintes artigos: “Ciberespaço: novas formas da interação social”, da Prof. Dra. Tamara Tania Cohen Egler<sup>4</sup>; “O tempo e o espaço da ciência da informação” de Aldo de Albuquerque Barer<sup>5</sup> – Presidente da ANBIC. Também será utilizada a monografia de Marina Alves de Mendonça<sup>6</sup> cujo título é: “A relação entre as ferramentas de interação da internet e as mudanças na comunicação: Análise no contexto da sociedade da informação”. Ainda os livros de Pierre Levy, “Cibercultura”; como a obra de Adriana Amaral, Raquel Recuero e Sandra Montardo, “*Blog.Com: estudos sobre blogs e comunicação*”.

Conservando a coerência e coesão do texto ao tema, se torna necessário encontrar referentes numa perspectiva semiótica e semântica que possibilitem a leitura de todo o orgânico proposto dos signos de comunicação no ciberespaço. E tal tarefa só acontecerá quando houver uma diferença entre os signos verbais e não verbais enquanto elementos comunicativos públicos e privados para a transmissão eficaz da informação. Para tanto, é necessário identificar o sistema semiótico e semântico na comunicação digital e compreender os aspectos sócio-culturais da linguagem no jornalismo digital a fim de que se possam encontrar estes caracteres como elementos constituintes de *blogs* de transmissão do fazer jornalístico, isto é, da arte de transmitir uma mensagem em uma linguística compreensível, universal e interativa. Para este contexto final, além das obras já referidas, mencionar-se-ão os seguintes autores com as determinadas obras, as quais procurarão abalzar esses três objetivos: Silvana Drumond Monteiro, cuja obra é “Aspectos filosóficos do virtual e as obras simbólicas no ciberespaço 1 e 2”<sup>7</sup>; Lúcia

Santaella, cujas obras são “O que é Semiótica” e “Semiótica Aplicada”; como a obra de Lucy Niemayer, “Elementos de semiótica aplicados ao design”; e a obra clássica da filosofia da linguagem de Charles Pierce, “Semiótica”.

Portanto, para valorizar o tema apresentado desenvolveu-se uma pesquisa de cunho qualitativo teórico metodológico de natureza explicativa (GIL, 2010) a fim de verificar a problemática experimental da propriedade da linguagem no fenômeno do jornalismo digital na comunicação cultural da sociedade em face da emergência de uma correspondência mais específica entre os caracteres semióticos e semânticos da ação comunicativa para tornar a busca pela informação mais pontual ao conteúdo que está se pesquisando.

Para tanto, foi utilizada uma pesquisa de cunho qualitativo de natureza bibliográfica, cuja ferramenta utilizada foi análise de materiais bibliográficos tais como livros, artigos, monografias, e as quais, juntamente com o levantamento de dados bibliográficos, auxiliaram o aprofundamento do problema.

Proporcionando, desse modo, uma análise apropriada da linguagem no fenômeno do jornalismo digital enquanto elemento aglutinador da comunicação no ciberespaço, a qual, perante os caracteres verbais e não verbais semióticos e semânticos da linguagem natural deve ser significativa e representada de maneira mais pontual e objetiva possível a fim de eliminar os ruídos e ambiguidades que existem no processo de transferência da mensagem. Sendo o objetivo principal verificar quais são os elementos semântico-semióticos da linguagem verbal e não verbal que sejam significativos para aperfeiçoar a compreensão da mensagem transmitida no ciberespaço com maior propriedade de expressão a fim de que os ruídos de comunicação se tornem ínfimos.

4 Texto disponível no seguinte endereço: <<http://cumin-cades.scix.net/data/works/att/9009.content.pdf>>.

5 Artigo disponível no seguinte endereço: <<http://aldoibct.bighost.com.br/tempespa.htm>>.

6 Monografia disponível no seguinte endereço: <<http://www.repositoriobib.ufc.br/000003/000003BB.pdf>>.

7 A obra é apresentada em dois endereços distintos, os quais estão disponíveis respectivamente: <[\[tynof.wordpress.com/2008/07/13/aspectos-filosoficos-do-virtual-e-as-obras-simbolicas-no-ciberespaco-1/\]\(http://sele-tynof.wordpress.com/2008/07/13/aspectos-filosoficos-do-virtual-e-as-obras-simbolicas-no-ciberespaco-1/\); e, <<http://seletynof.wordpress.com/2008/07/13/aspectos-filosoficos-do-virtual-e-as-obras-simbolicas-no-ciberespaco-2/>>.](http://sele-</a></p>
</div>
<div data-bbox=)

## 2 A AÇÃO SEMÂNTICO-SEMIÓTICA DA INTERFACE: OS MECANISMOS DA COMUNICAÇÃO DIGITAL

Para que haja comunicação no ciberespaço, é necessário que o ambiente virtual criado possua uma estrutura funcional e utilitária entre o emissor e receptor da mensagem. Esta estrutura funcional divergente caracteriza-se por uma interatividade espiral de construção da mensagem entre o informante e o informado. Esta mensagem conectada a outras informações existentes no tempo e no espaço visam, não concluir o assunto abordado, mas fomentar hipóteses críticas acerca do tema apresentado; resultando, assim, num crescente processo de construção e pesquisa da informação tratada. E a estrutura funcional, que gerencia todo esse processo nesse espaço, denomina-se *interface*.

A *interface* atua como uma espécie de tradutor, mediando entre as duas partes, tornando uma sensível para a outra. Em outras palavras, a relação governada pela *interface* é uma relação semântica, caracterizada por significado e expressão, não por força física. [Ela trabalha] com sinais e símbolos, embora seja quase impossível compreender essa linguagem em sua forma mais elementar. [Pois, a] simplicidade da *interface* reflete a simplicidade das ferramentas que o próprio computador oferece. (JOHNSON, 2011).

Desse modo, olhar a mensagem pela *interface* é se colocar diante de um espelho, na qual a mensagem emissora deve refletir exatamente aquilo que este quer que seja compreendido pelo receptor. Sendo o espelho desta mediação a própria *interface* - sua identidade -, e a linguagem verbal e não verbal - o fio condutor da expressividade de determinada realidade que se almeja expressar.

A fim de que essa ação comunicativa aconteça, a construção da mensagem no ciberespaço deve utilizar diversos mecanismos diferentes que levam o receptor a pontos conexos do assunto primeiramente apresentado. Além disso, estes elementos possibilitam a transmissão de diversificados posicionamentos que o receptor, durante o processo de utilização do conteúdo, possa, por fim, chegar a sua conclusão sobre determinada informação.

Estes diversos mecanismos são utilizados na comunicação digital para que a interatividade entre o emissor e o receptor mantenha um vínculo de proximidade na transmissão da informação. Eles caracterizam-se por ser o sistema semiótico de todo o sistema de comunicação digital, uma vez que representam os signos públicos e privados do processo comunicativo-interativo no ciberespaço. Elencando, com isso, simultâneos conteúdos, contextos e histórias, sendo estes elementos a argumentação semântica que fundamenta, em propriedade, a formação cultural da sociedade presente no ambiente digital.

Portanto, a cultura da informação jornalística hipermediática é diretamente influenciada pela multiplicidade sócio-cultural que esses mecanismos predeterminam na ação comunicativa no ciberespaço, a qual se encontra organizada pela estrutura semântico-semiótica desses elementos. Como explica Bressane (2007, p. 152):

A noção de escolha é fundamental para entendermos a produção de significados como uma prática social. É a partir da noção de escolha que as atitudes dos interlocutores e a carga expressiva presentes numa manifestação discursiva podem ser compreendidas. Quando selecionamos apenas um item para empregar num enunciado ou em qualquer produção, dentro de um leque de opções disponíveis no sistema linguístico ou em qualquer outra linguagem, estamos desprezando todos os demais itens que também poderiam ter sido usados no mesmo contexto e não o foram. Nossas opções não são aleatórias, mas carregadas de significados culturais. Os significados são criados a partir de escolhas motivadas socialmente. O que escrevemos ou falamos, as cores ou fontes tipográficas que usamos num documento digital, as barras de navegação que colocamos numa produção, a roupa que vestimos e qualquer outra escolha de elementos de significação manifestam escolhas motivadas pelo contexto de cultura e de situação em que uma produção acontece.

Em vista disso, a produção de significados pelos mecanismos de comunicação digital (os signos) deve ser parte constitutiva da *interface* de uma determinada informação colocada num *blog* jornalístico pela disposição arquitetônica da notícia, já que a própria disposição ergonômica textual agrega sentido discursivo ao contexto

apresentado da informação, pelo simples fato de que a contribuição da comunicação visual altera a substancialidade da estrutura semântica-semiótica neste sistema semiótico. Por isso, deve-se compreender que o emprego aleatório desses mecanismos, além de poluir o texto, prejudica a multilinearidade na usabilidade da leitura e em sua ação discursiva, uma vez que esta sofrerá a ação da incoerência do contexto no qual esta notícia é residente, além de apresentar ambiguidades nos dizeres que a elencam. Como considera Bressane (2007, p. 152 - 153):

No ambiente digital não há construção de significados apenas por meio de um único sistema semiótico. Lidamos com sistemas hipermodais que permitem a navegação de informações distribuídas de maneira multilinear e que envolvem várias modalidades integradas de linguagem além da verbal, como a linguagem imagética (fixa ou em movimento), a sonora (em sons e músicas), a animação, além do uso de cores, fontes tipográficas e demais recursos gráficos para produção de significados; daí a necessidade de não privilegiar uma ou outra linguagem. Isso implica a necessidade de percebermos os significados que cada elemento produz, levando em conta a sua relação com os demais elementos empregados, a integração do conjunto desses elementos no todo, além dos fatores que são específicos do meio e que também interferem na construção de sentido na hipermídia, como os percursos de navegação e a expectativa de ação do usuário. [...]. O percurso de navegação entre sites diferentes ou dentro de um mesmo site também produz sentidos para o leitor e interferem na construção do sentido final [da própria informação].

Este sistema semiótico hipermediático é constituído pelo *link*, *hiperlink*, hipertexto e o sistema de comentários. Eles formatam as perspectivas sígnicas públicas e privadas presentes em *blogs* jornalísticos, por caracterizarem os instrumentos de toda a ação comunicativa no ciberespaço e na construção de significados da informação. Podem ser usados em sua representatividade exclusiva ou coletiva no sistema semiótico digital. Representam, no triângulo pierciano, o signo em toda a sua totalidade expressiva. Contudo, em determinadas interações a sua representação pode significar uma ação comunicativa pública (signos públicos), que são ações hipermediáticas que visam, após a compreensão do objeto (objeto),

o compartilhamento seja via *e-mail* ou para redes sociais e outros *blogs*. Nisso se manifesta o intercâmbio gerado através da divulgação e da publicação deste contexto culturalmente produzido na *interface* disponibilizada pelo autor do *blog*, sendo a finalidade da postagem da notícia. Em outras determinadas interações a representação sígnica se individualiza em um ato de ação comunicativa privada (signos privados), que são ações hipermediáticas que têm em vista, o ato após a interpretação da informação (interpretante ou *representamen*), o comentário pessoal, a ampliação do texto produzido pelo receptor da mensagem, a citação, a paráfrase ou a produção de um novo conteúdo digital por este receptor embasado nas premissas do emissor da mensagem original, tornando-o também um novo emissor e agente de todo o processo da ação semiótica digital presente nos *blogs* jornalísticos que visam ao acontecimento do intercâmbio da comunicação no ciberespaço em sua multidisciplinaridade. Este processo de semiose encontra-se retratado na figura 1 a seguir:

## O SISTEMA SEMIÓTICO DOS BLOGS JORNALÍSTICOS



**FIGURA 1** - A Semiose dos Blogs Jornalísticos  
Fonte: A autora, 2011.

Por isso, a exposição do signo em um determinado contexto determina correlatamente a construção sógnica da constituição do interpretante, e este, de modo referencial, afeta a formação do objeto. A ação resultante desse relacionamento referencial é a semiose, cujo resultado é a satisfação total do sistema semiótico, o qual, ao seu final, pode levar a outro referencial elencando um objeto plenamente satisfeito a um signo ininterruptamente, uma vez que a ação semiótica é uma atividade contínua, crescente e fundamentalmente lógica na relação significado e significante. Como explica Correia (2011):

A semiose é usualmente definida como um processo de atividade característico da capacidade inata humana de produção e entendimento de signos das mais diversas naturezas. [...]. Vale ressaltar, que através da aquisição gradual de um sistema simbólico, o homem descobre uma maneira de adaptação ao meio, transformando toda a vida humana. Esta capacidade de abstração, responsável pela formalização de todo um universo simbólico, representa uma capacidade exclusiva do

homem, diferente em espécie de qualquer outro organismo [já que é a única espécie que tem em si o pensamento circunstancial, lógico e relacional acerca de todas as coisas com as quais teve contato vivo].

É o que acontece com a formação da notícia *on-line*: ela não é um todo acabado, mas um todo em contínua produção espiral, cuja finalidade é o acontecimento da comunicação digital. Em outras palavras, o processo da ação semiótica, a semiose, nos *blogs* jornalísticos somente pode acontecer na medida em que o receptor é capaz de decodificar a mensagem transmitida pelo emissor através das circunstâncias relacionais do discurso em uma determinada e única realidade. Já que a condição única e necessariamente verdadeira para que esta ação aconteça é o código linguístico, falado ou visual e público ou privado, não adquirir em si processo algum de dubiedade, mas a possibilidade de ser transformado de significante a significado num processo ininterrupto de estruturação de

sentido. Ou seja, o signo (significante) depois de todo o processo lógico de decodificação semântico deve expressar exatamente aquilo que o objeto (significado) quer dizer, apesar dos aspectos relacionais inscritos na formação semiótica, desse mesmo objeto, este por si deve ser transformado novamente em signo, seja por meio de um mecanismo hipermodal que leva o receptor a intercomunicações complementares da notícia lida, ou mesmo a um comentário que não só transforma o objeto em significante, como modifica o receptor em emissor da mensagem.

Por isso que estes mecanismos de comunicação digital estruturam toda a apreciação do discurso e significado cultural da informação transmitida, enquanto meios multiplicadores de toda a produção de sentido, os quais se encontram acoplados na interface da engenharia modal da arquitetura de informação pelos mais diversificados meios de interação informação-mensagem-resposta. Como justifica Recuero (2011): “[...] os weblogs são elementos de diálogo, de co-produção discursiva, na medida em que ambos os interagentes participam da construção do discurso”, no que a linguagem e a compreensão se estruturam argumentativamente numa problemática interdepende de emergência semântica-semiótica, cuja valorização na construção cultural dessa informação é responsável por uma influência convergente de produção de milhares significados ou o sentido que o receptor da mensagem expressa e atribui à informação lida.

A finalidade de tudo isso é condensar um valor direto ao objeto (signo) para que não se perca toda a construção intuitiva mental que este objeto (signo) proporciona na mensagem conceitual que se quer transmitir (objeto). Não obstante, o sentido entre o significante e o significado pode ser interpretado simultaneamente, sem, por isso, o signo perder a sua substância.

Desse modo, a teoria semiótica nos permite penetrar no próprio movimento interno das mensagens, no modo como elas são engendradas, nos procedimentos e recursos nelas utilizados. Permite-nos também captar seus vetores de referencialidade não apenas a um conceito imediato, como também a um contexto estendido, pois em todo processo

de signos ficam marcas deixadas pela história, pelo nível de desenvolvimento das forças produtivas econômicas, pela técnica e pelo sujeito que as produz. Frente a esse potencial, não há nada mais natural, portanto, do que buscar, nas definições e classificações abstratas de signos, os princípios-guias para um método de análise a ser aplicado a processos existentes de signos e às mensagens que eles transmitem, tais como aparecem em poemas, músicas, pinturas, fotos, filmes, matérias de jornal, dança, peças publicitárias [ou peças gráficas], em qualquer meio em que essas peças possam aparecer: impresso, foto, cine[, blogs] ou videográfico etc. (SANTAELLA, 2007, p. 5).

Por isso, os processos de representação deixam-se atingir pelas próprias características produtivas, materiais e tecnológicas que obscurecem suas funções de veículo para ocupar o próprio foco de atenção gerando uma espécie de naturalização da função representativa e uma espécie de anestesia perceptiva, ou seja, “cada comunicação compreende, pois, uma parte de *informação* explícita e uma parte de *expressão*”. (VOLLI, 2007, p. 199; grifo do autor).

Nessa atribuição de sentido encontra-se o ponto de partida do complicado processo de interpretação. Consequentemente, trata-se do ato decisivo da comunicação. (VOLLI, 2007, p. 2).

No *blog* misturam-se a história, a sociedade, a educação, a política, a economia e suas representações com o aperfeiçoamento tecnológico, no qual se encontra estes mecanismos de comunicação digital, e desfazer essa mistura organicamente construtiva de sua realidade cultural atual supõe enfrentá-los como um texto que solicita um trabalho criptográfico atento e preenchido pela operação semiótica em busca de um adequado sentido da informação transmitida, pois ao ignorar esta ação do mundo na produção do sentido do discurso nesses *blogs*, especificamente, é desconsiderar a potencialidade da referência mediada pelos mecanismos de comunicação digital da própria informação, tornando-a algo sem significado no sistema semântico-semiótico apresentado.

Ora, quaisquer que sejam os casos, uma frase, uma fato ou uma música, ou seja lá o que for, os signos só podem se reportar a algo, porque, de alguma maneira, esse algo que eles denotam está representado dentro do próprio signo. O modo

como o signo representa, indica, se assemelha, sugere, evoca aquilo a que ele se refere é o objeto imediato. Ele se chama imediato porque só temos acesso ao objeto dinâmico através do objeto imediato, pois, na sua função mediadora, é sempre o signo que nos coloca em contato com tudo aquilo que costumamos chamar de realidade. (SANTAELLA, 2007, p. 15).

Percebe-se, desse modo, que o signo<sup>1</sup> não é algo distante do representante, mas muitas vezes tende a ser o próprio representante (*representâmen*<sup>2</sup>), isto é, aquilo que dá sentido próprio a semiose, ou seja, a interpretação do objeto numa contínua relação de significação entre significante e significado. Nas palavras de Pierce (2008, p. 46):

Um signo, ou *representâmen*, é aquilo que, sob certo aspecto ou modo representa algo para alguém. Dirige-se a alguém, isto é, cria, na mente dessa pessoa, um signo equivalente, ou talvez um signo mais desenvolvido. Ao signo assim criado denomino interpretante do primeiro signo. O signo representa alguma coisa, seu objeto. Representa esse objeto não em todos os aspectos, mas com referência a um tipo de idéia que eu, por vezes, denominei fundamento do *representâmen*. (grifo do autor).

Diante disso, a ação comunicativa digital só pode ser estabelecida quando, e somente se, o emissor e o receptor conseguem interagir por esses mecanismos da comunicação digital compreendidos enquanto signos públicos e privados do sistema semiótico digital embutidos na mensagem, cuja finalidade singular é o compartilhamento, a interação, o comentário, a divulgação e a ampliação da própria mensagem. E toda essa semiose, por fim, visa ampliar, formar e construir conhecimentos.

Nesse sentido, o uso de *interfaces* constitui-se não apenas como um recurso presente na produção de veículos jornalísticos *on-line*, ele supera essa categoria na direção de ser uma forma cultural de produção de conteúdo, à medida que para ela convergem os esforços e práticas correntes.

1 “o signo é, pois, composto de um significante e um significado”. (BARTHES, 2006, p.43).

2 “o signo em si ou *representâmen* é algo que integra o processo de representação, passível de ser percebido, sentido. Ele é o suporte das significações que serão extraídas do signo. O *representâmen* corresponde às dimensões sintáticas e materiais do produto”. (NIEMEYER, 2003, p. 35; grifo do autor).

O contexto tecnológico e social das redes proporciona um binômio: tanto há facilidade de produção e edição de conteúdo, como se reduzem significativamente as etapas e barreiras envolvidas na circulação desse conteúdo. Assim, há, um reposicionamento entre os dispositivos tecnológicos e aspectos da prática jornalística. O dispositivo tecnológico permite assim, um multuso [no processo comunicativo, isto é, a própria ação da comunicação digital]. (SILVA JUNIOR, 2011).

É nesse contexto que se realiza a cultura da informação, modificada por meio de mecanismos tecnológicos que levam ao leitor da mensagem a escolha pela formação de um conhecimento aprofundado ou superficial do assunto relacionado ao seu saber. Estes mecanismos de comunicação digital garantem a flexibilidade no ciberespaço, a usabilidade da informação, como a agregação de novos conceitos do que é se produzir conteúdo noticioso para a *WEB*, já que predeterminam a acessibilidade dos caminhos pelo qual o receptor deverá percorrer para interagir no ambiente virtual em que se encontra.

### 3 O BLOG JORNALÍSTICO E A PRODUÇÃO DE SENTIDO NO ATO DO DISCURSO

O ato do discurso somente é possível pela intervenção direta da linguagem verbal ou visual, visto que é através de seus elementos que a comunicação humana se torna realidade palpável de ação e reação entre o emissor e receptor numa atividade dialógica dinâmica.

Todavia, a linguagem apesar de sua riqueza de sinônimos, em diversas circunstâncias, não consegue ser um instrumento exato para exprimir exatamente aquilo que o agente da palavra deseja dizer em seu ato do discurso, desapropriando, assim, o contexto de ação da linguagem de diversas características semânticas, limitando a ação do discurso e o seu sentido numa simples referência sintaxe do contexto vivenciado.

Percebe-se, desse modo, que a linguagem enquanto ato de discurso não consegue apresentar toda a propriedade vivida em relação à realidade vivenciada, uma vez que no momento do desenvolvimento de sua ação o

sentido a ser expresso pode-se perder enquanto propriedade do próprio ato do discurso porque

[...] apesar dos sentidos possíveis de um discurso estarem preestabelecidos, eles não são constituídos a priori, ou seja, eles não existem antes do discurso. O sentido vai se constituindo à medida que se constitui o próprio discurso. Não existe, portanto, o sentido em si, ele vai sendo determinado simultaneamente às posições ideológicas que vão sendo colocadas em jogo em relação entre as formações discursivas que compõem o inter-discurso. (MUSSALIM, 2009, p. 132).

Ou seja, não há discurso que não seja influenciado direta ou indiretamente em sua produção, que não tenha em seu ato elementos ideológicos e culturais determinantes na formação do que se quer comunicar. A imparcialidade do emissor, apesar de ser ideal, não é garantia que a formação de qualquer discurso seja inseto de opinião. Já que esta é o elemento chave que transforma o sentido do que está sendo noticiado. Por consequência disso, a construção de sentido pelo receptor, não passa somente pela sua visão de mundo, mas especificamente por aquilo que o emissor tem a intenção de dizer.

Tudo aquilo que se pensa, lê, ou observa, não é puro, mas filtrado pelos conceitos e ações de vida do enunciatário (receptor) em relação às observâncias do enunciador (emissor). A pureza da linguagem está na reflexão que se realiza em cima do que se lê ou informa, e não nos meios pelos quais é divulgada a ciência do autor, uma vez que o meio, principalmente no organismo digital, também é um modo prosaico de produzir sentido. Este organismo digital não é comum pelo simples fato de ser ordinário, mas comum pela interferência que passa despercebida no processo de interpretação e decodificação do texto, perdendo, com isso, sentido e significância tal como um quadro em exposição, no qual o navio foi esboçado no meio de uma cidade urbana, com um monte de pessoas passando ao redor sem dar a devida importância; as pessoas que observam esta obra provavelmente irão considerar a beleza conforme o gosto, as cores, as posição das pessoas, porém muito poucos olharão criticamente para entender a cena apresentada pelo artista, alguns desses poucos

tentarão entender a mensagem, mas muito poucos destes alguns conseguirão se aproximar da expressividade que o artista quis apresentar com a exposição dessa obra.

Exposição está aí um termo que resume a ação persuasiva da comunicação digital e toda a comunicação humana, já que é por sua ação que a semiose é propícia de acontecer enquanto fato pontual de ação comunicativa. O fato de o autor expor um conteúdo, o torna possível de ser visto e discutido (o autor ou a obra em si<sup>3</sup>) por diversificados pontos de vista, que não o torna único e individual, mas múltiplo e social. A comunicação humana somente acontece dentro desta perspectiva que encadeia informações e construções sociais, uma vez que não há fato sem ação, e não há ação que não possa ser divulgada, contada, recontada, impressa, reimpressa, pois a sua construção é comunitária e ativa. Como pontua Lévy (2008, p. 142 – 143):

A cultura fornece um enorme equipamento cognitivo aos indivíduos. A cada etapa de nossa trajetória social, a coletiva nos fornece línguas, sistemas de classificação, conceitos, analogias, metáforas, imagens, [sinais, símbolos,] evitando que tenhamos que inventá-las por conta própria. As regras jurídicas ou administrativas, a estrutura hierárquica das grandes organizações e suas normas de ação são tipos de memória, de raciocínio e de tomada de decisão automáticas, incorporadas à máquina social e que economizam certa quantidade de atividade intelectual dos indivíduos. Uma vez que são convencionais e historicamente datadas [...].

Por isso que a produção da notícia nos blogs jornalísticos também não está isenta de todas as características intersociais da comunicabilidade do discurso enquanto objeto formador de cultura social como da própria cultura digital, já que a estrutura semântica-semiótica da interfase interfere diretamente no sentido do que será noticiado quanto à transmissão da própria informação. Este sentido está imerso no conjunto de valores, crenças, idiossincrasias, perspectivas artísticas e

3 O sentido do termo “obra” está relacionado ao texto também. Pois, o texto, mesmo que pequeno e pouco persuasivo, não deixa de ter estilo, linguagem, fundamento, conotação, denotação. Enfim, características estas que o torna uma obra, dependendo de seu contexto, artística ou pessoal.

estéticas do gosto particular e comportamentais tanto do emissor quanto do receptor. Esses elementos constroem toda ação noticiosa, pois são propriedade e fundamento da transmissão do sentido da informação enquanto fenômeno e acontecimento de produção sócio-cultural. Em vista disso, os mecanismos da comunicação digital (*link*, *hiperlink*, hipertexto e sistema de comentários) também são produtores de sentido, não somente por serem elementos semióticos pertencentes ao texto, pois sem eles toda a estrutura da *interface* não teria a compreensão que se busca no receptor do texto que é, em linhas gerais, o *feedback* e o comentário do assunto noticiado, como também tornam-se, nesse contexto, mecanismos produtores da cultura digital, já que são o sistema nervoso da comunicabilidade no ciberespaço, e, por conseguinte, agregadores da cibercultura.

Todos esses elementos de comunicação digital são interdependes e intercomunicativos. Isto é, por não ser uma comunicação presencial, mas à distância, na qual o emissor somente consegue observar a reação do receptor, quando este, e somente quando, a atitude deste se torna um instrumento de sentido para o próprio emissor. Não é, portanto, uma simples atitude dialógica, na qual o emissor possui uma perspectiva imediata da transmissão da mensagem, mas um complexo entre um “mapeamento de *bits*”, “janelas”, “*links*” e “textos” que provocam a mudança vertical do sentido semântico-semiótico da construção da leitura e formação do conhecimento em relação à experiência da comunicação horizontal entre emissor e receptor anteriormente constituído.

Nessa acepção, a comunicação digital é um acontecimento de uma contabilização da emissão de cliques que se encontra posicionada para dentro da arquitetura de informação do blog ou da página de notícia jornalística digital que dará ao emissor a consonância e a importância do ato e do sentido do discurso ao receptor, o qual busca de complementariedade da informação apresentada encontra nos sistemas hipermodais o significado daquilo que é articulado numa comunicação presencial em relação aos fatos acontecidos anteriormente ao

objeto noticiado, os quais elencados por estes sistemas hipermodais de comunicação tornam possível o resgate e a ampliação da própria informação, mas numa perspectiva de formação de sentido digitalmente palpável. Como descreve Bressane (2007, p. 153) sobre a produção de sentido na informação noticiada pelo *blog* ou *site* jornalístico:

O percurso de navegação entre sites diferentes [pode-se dizer site receptor] de um mesmo site [pode-se dizer site emissor] também produz sentidos para o leitor e interferem na construção do sentido final [daquilo que está sendo noticiado]. A navegação se constrói por diversos percursos do usuário através de seqüências de *lexias*<sup>4</sup>, isto é, as seqüências de textos ou parte de textos, imagens ou sons, percorridos pelo usuário por meio de *links*, e que constituem o que Lemke denomina de ‘texto lido’. Há uma lógica de conexão e de criação de coerência entre as *lexias*, que são percebidas pelo usuário cumulativamente no decorrer de sua trajetória, mesmo que tenha seguido a trajetória criada pelo autor ou a trajetória fruto de uma navegação por sites externos. Um usuário pode, por exemplo, navegar por todos os links oferecidos num site, enquanto outro pode fazer uma navegação espontânea sem seguir os caminhos oferecidos pelo autor. Os dois terão diferentes ‘textos lidos’ como resultado final de sua navegação, [e] diferentes construções de sentido do mesmo site. Mesmo que o planejamento da navegação leve em conta os interesses do usuário e que as seqüências de percursos potenciais sejam antecipadas pelo autor/designer, o sentido final que o leitor constrói não pode ser totalmente previsto pelo autor. (grifo do autor).

Percebe-se, assim, que a produção semântica-semiótica, em sua complexidade de produção de sentido, é uma problemática não somente de linguística funcional ou teórica, mas também da interpretação do emissor quanto à utilização dos meio significantes para a produção do significado da mensagem implícita da notícia a qual se deseja comunicar no ciberespaço.

Ao agregar fatores semânticos e

4 Segundo Luna (2011), “*Lexias* são os blocos de informação que compõem o hipertexto. São tidas como as unidades básicas de informação. Outros autores preferem denominá-la de nó. Conforme Leão (1999), ‘ambos os termos correspondem às unidades básicas de informação. Uma *lexia* pode ser formada por diferentes elementos, tais como textos, imagens, vídeos, ícones, botões, sons, narrações, etc.’”.

semióticos a produção jornalística digital deve conceber que os mecanismos de comunicação digital utilizados para a transmissão de notícias obrigatoriamente devem fazer parte do próprio tema textual e cultural de produção de sentidos no meio digital a fim de que a ação da semiótica seja profícua e alcance o seu desígnio que é a interação signíca pública e privada mediada no ciberespaço por esses mecanismos. Em toda a expressividade do processo semiótico, o sentido contido nessa articulação da linguagem, é algo presente e ativo durante o processo da leitura e formação de conceitos da notícia que está sendo incorporada pelo receptor e agente da mesma notícia.

Nesse sentido, o interlocutor da mensagem, ou seja, tanto o emissor e o receptor, devem valorizar todo o processo semiótico, pois este tem valor semântico ao estabelecer pontes em toda a formação da arquitetura da informação em relação aos mecanismos de comunicação digital, e que alteram em sentido e significado a informação noticiosa que se deseja comunicar. Por isso que a ação interpretativa dessa mensagem nunca será a mesma nem o próprio emissor, e muito menos ainda para o receptor, porque no ato da postagem, por mais que o emissor domine a articulação que deseja fazer com os mecanismos da comunicação para expressar essa informação, ele sofre interferência dos atos de cultura e influência direta da sociedade ao expor o texto, podendo esquecer-se ou acrescentar algo que não estava programado no momento de produção da mensagem; e o receptor, em relação aos seus conceitos de vida, além de poder produzir e interferir na produção artística daquele, concebe uma interpretação diferente daquela que aquele quis transmitir.

Todo esse processo de invenção cultural quanto pessoal também é um sistema semântico-semiótico, o qual deve ser acrescentado e percebido pelo emissor a fim de que a mensagem não padeça em contradição e em ruído desnecessariamente.

Nessa acepção, a expressividade de todo o processo semiótico, a estruturação

semântica e o sentido contido na articulação desses mecanismos de comunicação digital com a cultura privada e pública deve ser analisada e pensada pelo emissor e receptor, pois ela interferirá inevitavelmente na utilização dos signos privados e públicos utilizados para se comunicar no ciberespaço. Por isso, os meios para operá-los digitalmente não dependem unicamente de uma orientação semântica e sintaxe, mas de todo o organismo semântico e semiótico, na qual a notícia se encontra formatada e elencada.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na comunicação humana há diversas dificuldades como barreiras que impossibilitam que exista uma compreensão exata entre significado e sentido do que se deseja expressar, pois os signos utilizados, apesar de poderem estar bem colocados e estruturados, nunca poderão ser transmitidos em sua essência e nunca serão compreendidos em sua substância.

Pode-se, entretanto, durante o processo de comunicação haver uma aproximação entre aquilo que foi expresso e aquilo que foi compreendido. Pois, os sentidos de uma informação são definidos pela conotação, denotação e realidade vivenciada, na qual, em si, já se encontra o significado das circunstâncias a serem representadas e argumentadas.

Tudo isso acontece de modo semelhante à transmissão de uma notícia pelo ciberespaço, visto que a linguagem é um incremento humano vivo e mutável para autoexpressar aquilo que se pensa, que se sente, que impressiona, que se exorta, que surpreende, que se indaga em uma atitude sem fim de espectador e agente da História. Contudo, a atitude de comunicação nesse espaço é mediada por mecanismos hipermodias que visam facilitar a transmissão noticiosa para o entendimento e compreensão humana dos fatos acontecidos em um curto período de tempo. Eles funcionam como aparato semântico, pois são organizadores de uma linearidade da informação, auxiliando na coesão e coerência do texto transmitido, e semiótico por serem capazes também de proporcionar uma

agregação de conceitos e informações correlatas para aumentar o grau de informacionalidade da mensagem e a interação entre o agente emissor e o agente receptor sobre a missiva, que se quer, ou que está sendo, transmitida ou modificada.

Em vista disso, a compreensão desses elementos enquanto signos públicos e privados da comunicação digital são necessários para que se possa aproximar da utilização mais pontual possível pela arquitetura da informação para minimizar ruídos comunicacionais no momento de elaboração dos blogs e sites noticiosos jornalísticos.

Porém, a ação da cultura é um fator condicionante e determinante no ato do discurso, o que a torna também um elemento agregador da ação semiótica da palavra falada e da palavra escrita, porque sem a influência da ação cultural o ato do discurso torna-se ininteligível, perde-se em seu contexto e em sua atitude enquanto força modificadora da realidade presentemente dialogada.

É certo, contudo, a sua autoridade na ação do discurso no ciberespaço, como modificadora através dos mecanismos de comunicação digital, que proporciona ao texto, além de contexto, uma cultura própria de utilização, aplicação e requerimento. Ela, portanto, será algo audacioso e concludente da compreensão, mesmo porque não é fonte dissipadora, mas aglutinadora da produção semântico-semiótico de todo o sistema de comunicação verbal ou visual independente do meio ou veículo de sua propagação.

Em relação todo esse contexto, é preciso, cada vez mais, que se aprofunde no estudo dos mecanismos de comunicação digital e suas misteriosas metáforas em relação ao universo linguístico verbal e imagético, a fim de que se possa tentar aproximar a realidade mental num lineamento tátil e pontual da construção de sentidos e expressões orgânicas de sinônimos concretos digitalmente. Como ainda desvencilhar as fronteiras argumentativas do ato do discurso e a produção textual decorrente da mesma, já que a influência cultural e história são fatores determinantes para realização da própria

comunicação. Além disso, é necessário averiguar a presença dos elementos sintáticos em todo esse processo do ato do discurso a fim de melhorar a perspectiva semiótica-semiótica da ação do pensamento em toda a sua problemática psico-neuro-sociolinguística e a influência ética e política dessa ação na linguagem verbal, escrita e visual. Sendo, portanto, perspectivas para o aprofundamento do tema e sua problemática em futuras pesquisas.

## REFERÊNCIAS

AMARAL, Adriana; RECUERO, Raquel; MONTARDO, Sandra. **Blog.Com**: estudos sobre blogs e comunicação. Disponível em: <<http://portugues.free-ebooks.net/ebook/Blogs-com-Estudios-sobre-Blogs-e-Comunica-o>>. Acesso em: 30 ago. 2011.

BARRETO, Aldo de Albuquerque. **O tempo e o espaço da ciência da informação**. Disponível em: <<http://aldoibct.bighost.com.br/tempespa.htm>>. Acesso em: 14 set.2011.

BARTHES, Roland. **Elementos de Semiologia**. 17. ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

BRESSANE, Tais. Navegação e construção de sentidos. In: FERRARI, Pollyana. (org.) **Hipertexto, hipermídia: as novas ferramentas da comunicação digital**. São Paulo: Contexto, 2007.

CORREIA, Claudio Manuel de Machado. **Fundamentos da semiótica peircena**. Disponível em: <<http://www.filologia.org.br/ixfelin/trabalhos/pdf/38.pdf>>. Acesso em 15 set. 2011.

EGLER, Tamara Tania Cohen. **Ciberespaço: novas formas da interação social**. Disponível em: <<http://cumincades.scix.net/data/works/att/9009.content.pdf>>. Acesso em: 07 set.2011.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

JOHNSON, Steven. **Cultura da interface: Como o computador transforma nossa maneira de criar e comunicar**. Disponível em:<<http://wiki>.

- nosdigitais.teia.org.br/images/f/fe/Steven\_Johnson\_-\_Cultura\_da\_interface.pdf>. Acesso em 01 set. 2011.
- LÉVY, Pierre. **As Tecnologias da Inteligência: O futuro do pensamento na era da informação**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 2008.
- \_\_\_\_\_. **Cibercultura**. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/11036046/Cibercultura-Pierre-Levy>>. Acesso em: 15 ago. 2011.
- LUNA, Diógenes D'Arce Cardoso de. **Entre Links e Lexias da Hipermídia: Um estudo sobre a narrativa do jornalismo na web**. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/luna-diogenes-entre-links-e-lexias.pdf>>. Acesso em 15 set 2011.
- MENDONÇA, Marina Alves de. **A relação entre as ferramentas de interação da internet e as mudanças na comunicação: Análise no contexto da sociedade da informação**. Disponível em: <<http://www.repositoriobib.ufc.br/000003/000003BB.pdf>>. Acesso em: 03 ago. 2011.
- MONTEIRO, Silvana Drumond. **Aspectos filosóficos do virtual e as obras simbólicas no ciberespaço 1**. Disponível em: <<http://seletynof.wordpress.com/2008/07/13/aspectos-filosoficos-do-virtual-e-as-obras-simbolicas-no-ciberespaco-1/>>. Acesso em: 18 set. 2001
- \_\_\_\_\_. **Aspectos filosóficos do virtual e as obras simbólicas no ciberespaço 2**. Disponível em: <http://seletynof.wordpress.com/2008/07/13/aspectos-filosoficos-do-virtual-e-as-obras-simbolicas-no-ciberespaco-2/>>. Acesso em: 18 set. 2001
- MUSSALIM, Fernanda. Análise do Discurso. In: \_\_\_\_\_; BENTES, Anna Christina (orgs.). **Introdução à lingüística: Domínios e fronteiras**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2009. v. 2. p. 101-142.
- NIEMEYER, Lucy. **Elementos de semiótica aplicados ao design**. Rio de Janeiro: 2AB, 2003.
- PEIRCE, Charles S. **Semiótica**. 4. ed. São Paulo: Perspectiva, 2008.
- RECUERO, Raquel da Cunha. **O interdiscurso construtivo como característica fundamental dos *webrings***. Disponível em: <<http://www6.ufrgs.br/limc/PDFs/interdiscurso.pdf>>. Acesso em 25 ago. 2011.
- RIBAS, Beatriz. **Características da Notícia na WEB – Considerações sobre modelos narrativos**. Disponível em: <<http://br.monografias.com/trabalhos/noticia-web-modelos-narrativos-jornalismo/noticia-web-modelos-narrativos-jornalismo.shtml>>. Acesso em 10 out. 2011.
- SANTAELLA, Lúcia. **O que é semiótica**. São Paulo: Brasiliense, 2008.
- \_\_\_\_\_. **Semiótica aplicada**. São Paulo: Thomson Learning, 2007.
- SILVA JUNIOR, José Afonso da. **A interface como estrutura de produção do jornalismo de fonte aberta**. Disponível em: <<http://galaxy.intercom.org.br:8180/dspace/bitstream/1904/17330/1/R0655-1.pdf>>. Acesso em 07 set. 2011.
- VOLLI, Ugo. **Manual de semiótica**. São Paulo: Loyola, 2007.

# REVISTA SOPHIA - AVANTIS

## NORMAS DE APRESENTAÇÃO DE ORIGINAIS

A Revista Científica Sophia da Faculdade AVANTIS tem por objetivo publicar trabalhos nas áreas de Administração, Ciências Contábeis, Psicologia e Sistemas da Informação, Educação Física, e Direito, bem como, de novos cursos a serem aprovados pelo MEC. Tem como objetivo divulgar os artigos de estudos e pesquisa dos acadêmicos e professores da Instituição.

De modo geral, os artigos deverão estar focados, especificamente, em resultados de pesquisa de caráter teórico/empírico, revisões críticas da literatura de pesquisa acadêmica temática ou metodológica, e reflexões críticas sobre experiências dos profissionais das áreas mencionadas que ampliem e aprofundem o conhecimento das mesmas. Ou seja, trata-se de publicações inéditas ou ampliadas de estudos apresentados em outros periódicos.

Os artigos, de responsabilidade do autor, devem atender às normas estabelecidas nos direitos autorais, de acordo a Lei nº 6.610, de 19/02/98. Ainda, devem atender à seguinte classificação:

- **Artigo Original:** relato completo de investigação. Limitado a 15 laudas, sua estrutura deve conter: introdução, desenvolvimento (métodos - procedimentos básicos -, resultados, discussão), conclusão e referências.

- **Relato de Pesquisa ou Experiência:** análise de implicações conceituais/investigação e descrição de pesquisas originais. Limite: 15 laudas, sua estrutura deve conter: introdução, desenvolvimento (métodos - procedimentos básicos -, resultados, discussão), conclusão e referências.

- **Resenha de Livros:** Abordagem de obra recém-publicada. Limite: 4 laudas.

- **Ensaio Jornalístico:** relato crítico estruturado em obras literárias, acadêmicas e acontecimentos atuais do mundo que são perspectivas de

mudanças drásticas, não somente, no modo de pensar humano como pontuar justificativas que intervirão em mudanças consecutivamente rápidas do modo de agir do eu e da sociedade globalizada. Limite: 15 laudas, sua estrutura deve conter: introdução, desenvolvimento (métodos - procedimentos básicos -, resultados, discussão), conclusão e referências.

### 1 Orientações Finais e Recomendações

Serão publicados os trabalhos aprovados pelos membros da Comissão Científica.

O autor responde pelos trabalhos publicados.

O trabalho que não estiver com as características exigidas, ou em desacordo com a prática acadêmica normalizada pela ABNT, será devolvido ao seu autor.

Os casos não previstos por estas Normas serão resolvidos pela Comissão Científica da Revista.

As informações e conceitos emitidos nos trabalhos, bem como a exatidão das citações e referências, são de inteira responsabilidade dos autores.

Os trabalhos que abordem pesquisas envolvendo seres humanos terão suas aprovações condicionadas ao cumprimento das Normas da Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde.

### INFORMAÇÕES PARA ENVIO DO ARTIGO:

Os artigos e correspondências deverão ser enviados por e-mail para:

revistacientificasophia@avantis.edu.br

A Revista de Científica Sophia solicita que os autores enviem, acompanhado do texto, uma “carta de encaminhamento” assinada por todos os autores contendo:

- autorização para o início do processo

editorial;

- assinatura da Declaração de Originalidade e Responsabilidade de Direitos Autorais;

- compromisso de respeito aos aspectos éticos inerentes à realização de um trabalho científico.

### **INFORMAÇÕES TÉCNICAS-NORMATIVAS**

#### 1- Formato do trabalho

O trabalho deverá ser gravado em editor de texto *Word for Windows*, devendo ter de 08 a 12 páginas, com as seguintes especificações:

- Layout da página A4/ RETRATO;

- Margem: ESQUERDA E SUPERIOR 3 cm, INFERIOR E DIREITA 2 cm.

- FONTE TIMES NEW ROMAN: Para o TÍTULO do artigo corpo 18, para os SUBTÍTULOS corpo 14, e para o TEXTO corpo 12;

- ESPAÇAMENTO: do título para o nome do autor um espaço de 1,5, para o Resumo também um espaço de 1,5, para as Palavras-chaves, um espaço de 1,5, para a Introdução e os outros subtítulos dois espaçamentos de 1,5.

- O ALINHAMENTO DO PARÁGRAFO DO TEXTO JUSTIFICADO, exceto para o TÍTULO que deve ser CENTRALIZADO e o nome do (s) autor (a) (es) que deve estar alinhado à DIREITA.

- Para Citação Longa, de 4 a + de 4 linhas, dois espaços simples antes e depois da citação, com a tabulação de 4cm.

- Palavras estrangeiras em itálico.

#### 2 Apresentação do Artigo Científico

##### 2.1 Página inicial contendo:

- O título do artigo em caixa alta;

- Nome(s) completo(s) do(s) autor(es);

- Vinculação acadêmica em nota de rodapé (Exemplo: Curso de Psicologia da Faculdade Avantis);

- Resumo na Língua Materna (PORTUGUÊS) do texto com, no máximo, de 200 palavras;

- Três a cinco palavras-chave, separadas por ponto e finalizadas também por ponto (palavras representativas do conteúdo). Exemplo: Revista Sophia. Revista Técnica. Pesquisa.

- Abstract na Língua Inglesa (INGLÊS) do texto com, no mínimo, de 200 palavras.

- Three or five key-words separadas por ponto e finalizados por ponto.

- Itens e subitens destacados hierarquicamente, no corpo do texto, alinhados à esquerda e numerados, conforme normalização da ABNT (NBR 6024). Exemplo:

### **1 FORÇAS VITAIS**

#### 1.1 FORÇAS VITAIS

##### 1.1.1 Forças Vitais

#### 2.2. Citações

As citações diretas e indiretas, no corpo do texto, deverão estar acompanhadas das respectivas notas de referência, conforme (NBR 10520), colocadas no início da citação, se o autor for mencionado na entrada da citação, ou ao final quando não mencionado.

Exemplos:

- CITAÇÃO INDIRETA - Segundo Beltrano (2005) ...

- CITAÇÃO DIRETA - Segundo Beltrano (2005, p. 25) "... "ou" ..." (BELTRANO, 2005, p. 25). Ou Conforme Beltrano e Ciclano (2008, p 357). Ou ainda, Como diz Beltrano, Ciclano e Fulano (2006, p. 78). E também Fulano et al (2002, p. 9).

- CITAÇÃO DE CITAÇÃO - Segundo Ciclano (*apud* BELTRANO, 2003, p. 28)

- CITAÇÃO COM DOIS AUTORES – (BELTRANO; CICLANO, 2007, p. 258)

- CITAÇÃO COM TRÊS OU MAIS AUTORES – (BELTRANO; CICLANO; FULANO, 2004, p 13).

#### 2.3 Referências e Notas de Rodapé:

As referências deverão ser apresentadas logo após o texto, pela ordem alfabética do

sobrenome do(s) autor(es), obedecendo às normas da ABNT (NBR 6023), em espaçamento simples, e entre linhas, um espaçamento de 1,5. Quando houver repetição de autor, livro deverão ser utilizados, um traço contínuo de 6 espaços)

Notas explicativas deverão ser colocadas no rodapé da página, as quais deverão ser da seguinte forma: com espaçamento simples, letra do corpo de texto no tamanho 10 na Fonte *Times New Roman*, em parágrafo justificado.

#### 2.4 Outras Considerações

Apêndices e/ou anexos serão incluídos somente quando imprescindíveis à compreensão do texto.

Ilustrações como tabelas, gráficos, quadros, figuras, fotos, entre outros deverão ser numeradas consecutivamente em algarismos arábicos e acompanhadas de seus respectivos títulos e fontes. Só serão aprovados nessas disposições, conforme o exemplo:

CENTRALIZADO	CENTRALIZADO	CENTRALIZADO
TIMES NEW ROMAN TAMANHO DO CORPO DE TEXTO TAMANHO 10, ALINHAMENTO O MELHOR ESTETICAMENTE, ESPAÇAMENTO SIMPLES.		
	TIMES NEW ROMAN TAMANHO DO CORPO DE TEXTO TAMANHO 10, ALINHAMENTO O MELHOR ESTETICAMENTE, ESPAÇAMENTO SIMPLES.	
		TIMES NEW ROMAN TAMANHO DO CORPO DE TEXTO TAMANHO 10, ALINHAMENTO O MELHOR ESTETICAMENTE, ESPAÇAMENTO SIMPLES.

**TABELA 1/QUADRO 1:** TÍTULO EM CAIXA ALTA EM TIMES NEW ROMAN TAMANHO DO CORPO DE TEXTO TAMANHO 10, ALINHAMENTO JUSTIFICADO, ESPAÇAMENTO SIMPLES.

Fonte: Nome do Elaborado, ano.



**FIGURA 1/GRÁFICO 1/ FOTO 1:** TÍTULO EM CAIXA ALTA EM TIMES NEW ROMAN TAMANHO DO CORPO DE TEXTO TAMANHO 10, ALINHAMENTO JUSTIFICADO, ESPAÇAMENTO SIMPLES.

Fonte: Nome do Elaborado, ano.